

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

Hesáú Rômulo Braga Pinto

**REPRESENTAÇÃO POLÍTICA EM COMUNIDADES TRADICIONAIS: UMA
ANÁLISE SOBRE LIDERANÇAS POLÍTICAS QUILOMBOLAS NO
LEGISLATIVO MUNICIPAL.**

Teresina

2016

Hesaú Rômulo Braga Pinto

**REPRESENTAÇÃO POLÍTICA EM COMUNIDADES TRADICIONAIS: UMA
ANÁLISE SOBRE LIDERANÇAS POLÍTICAS QUILOMBOLAS NO
LEGISLATIVO MUNICIPAL.**

Dissertação de Mestrado
apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Ciência Política do
Centro de Ciências Humanas e
Letras da Universidade Federal do
Piauí como requisito para obtenção
do título de Mestre em Ciência
Política.

Orientador: Prof. Dr. Raimundo
Batista dos Santos Junior.

Teresina

2016

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas e Letras
Serviço de Processamento Técnico

P659r Pinto, Hesaú Rômulo Braga.
Representação política em comunidades tradicionais:
uma análise sobre lideranças políticas quilombolas no
legislativo municipal / Hesaú Rômulo Braga Pinto. – 2016.
107 f.

Dissertação (Mestrado em Ciência Política) –
Universidade Federal do Piauí, 2016.
Orientação: Prof. Dr. Raimundo Batista dos Santos
Junior.

1. Representação Política. 2. Comunidades
Tradicionais. 3. Poder Legislativo. I. Título.

CDD 320

HESAÚ RÔMULO BRAGA PINTO

REPRESENTAÇÃO POLÍTICA EM COMUNIDADES TRADICIONAIS: UMA ANÁLISE SOBRE LIDERANÇAS POLÍTICAS QUILOMBOLAS NO LEGISLATIVO MUNICIPAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, da Universidade Federal do Piauí, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

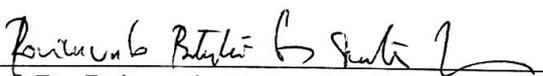
Área de Concentração: Estado, Movimento Sociais, Cidadania e Comportamento Político.

Linha de Pesquisa: Comportamento Político e Sociedade.

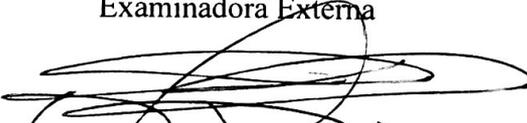
Orientador: Prof. Dr. Raimundo Batista dos Santos Junior

Aprovado em 15 de março de 2016.

BANCA EXAMINADORA


Prof. Dr. Raimundo Batista dos Santos Junior (UFPI)
Orientador


Prof.ª Dra. Carmem Lucia Silva Lima (UFPI)
Examinadora Externa


Prof. Dr. Ricardo Agum Ribeiro (UFPI)
Examinador Interno


Prof. Dr. Vitor Eduardo Veras de Sandes Freitas (UFPI)
Examinador Interno

Aos meus filhos, Heitor Miguel e Maria Teresa.

A quem interessar possa.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer imensamente a confiança depositada em mim por parte do meu orientador Prof. Dr. Raimundo Batista dos Santos Junior. Quando nos conhecemos em 2012 eu falei sobre um projeto distante. Quase todas as pessoas com quem conversei disseram que aquilo era impraticável. Ele acreditou e hoje este projeto intelectual finalmente se materializou. No fim, faz toda a diferença poder contar com pessoas que sabem o quanto você pode render

Agradeço a Rogério e Ruth, pessoas que não escolhi conhecer mas que são seres humanos fantásticos. Me ensinaram coisas que definiram aquele que hoje digo ser. Tenho o prazer de viver na mesma época que os dois e principalmente de chamá-los de pai e mãe. Nunca desistiram de mim, mesmo quando eu – várias vezes – quis fazer isso.

Ao Prof. Dr. Bruno Rubiatti, um amigo que conheci no percurso desta empreitada e que me deu dicas pelas quais nunca vou conseguir pagar. Alguém em quem reconheço um valor acadêmico imenso e com quem quero contar sempre.

Agradeço ao Prof. Ricardo Agum, pela paciência e austeridade em aguentar todas as minhas imperícias. Por sobretudo saber direcionar e reiterar não raras vezes de que é possível fazer ciência e de que sim vale à pena este caminho.

Ao amigo Ricardo Agum, pela atenção dedicada a mim nas horas mais embaçadas. Que fique registrado o quanto valorizo esta amizade.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES – pelo apoio para a realização deste trabalho.

Aos vereadores que disponibilizaram tempo dentro de suas atividades para colaborar com a realização deste trabalho.

Agradeço a Ananda Marques por todas as reticências que colocou em mim. O peso de uma existência ao seu lado é incrível.

Todos aqueles que de alguma forma contribuíram diretamente ou indiretamente nesta trajetória, sintam-se incluídos neste parágrafo.

RESUMO

Os estudos sobre representação política e seus desdobramentos no legislativo municipal têm, ao longo dos anos, gerado um debate frutífero acerca dos impactos da atuação de agentes políticos em espaços de deliberação local, bem como da percepção sobre a responsividade destes agentes junto ao seu eleitorado. O presente trabalho busca explorar precisamente estas implicações em um contexto étnico específico: o de vereadores autodefinidos como quilombolas, eleitos – na maioria das vezes – por suas comunidades de origem.

Palavras-chave: Representação Política, Legislativo, Comunidade Tradicional.

ABSTRACT

Studies of political representation and its consequences in the municipal legislature have, over the years, generated a fruitful debate about the performance of the impact of political actors in local decision spaces as well as the perception of the responsiveness of these agents with their electorate. This work seeks to explore precisely these implications in a specific ethnic context: the self-defined councilors as quilombos, elected - in most cases - by their communities.

Keywords: Political Representation, Legislative, Traditional Community.

LISTA DE SIGLAS

ACONERUQ – Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas.

CPT – Comissão Pastoral da Terra.

CNBB – Comissão Nacional dos Bispos do Brasil.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

FCP – Fundação Cultural Palmares.

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro.

PT – Partido dos Trabalhadores.

PP – Partido Progressista.

PT do B – Partido Trabalhista do Brasil.

PSL – Partido Social Liberal.

MOQUIBOM – Movimento dos Quilombolas da Baixada Ocidental Maranhense/

Movimento dos Quilombolas do Maranhão

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. CAPÍTULO 1: REPRESENTAÇÃO, IDENTIDADES E COMUNIDADE TRADICIONAL: UMA BREVE ANÁLISE SOBRE O ELEMENTO REPRESENTATIVO EM GRUPOS ÉTNICOS.....	15
1. Representação como fio condutor.....	15
2. Comunidade tradicional e comunidade cívica.....	26
3. CAPÍTULO 2: REPRESENTAÇÃO E PARTICIPAÇÃO ENQUANTO CONSTRUÇÕES POLÍTICAS DE AFIRMAÇÃO COLETIVA.....	41
1. Representação como consequência do associativismo.....	43
2. Participação para além do pressuposto de Putnam.....	48
3. O Fenômeno da descontinuidade e as neocomunidades.....	60
4. CAPÍTULO 3: SEIS EXPERIÊNCIAS DE REPRESENTAÇÃO POLÍTICA QUILOMBOLA NO LEGISLATIVO MUNICIPAL EM MUNICÍPIOS MARANHENSES.....	67
1. A representação quilombola em municípios maranhenses.....	70
2. Lima Campos.....	71
3. São Luís Gonzaga.....	75
4. Itapecuru-Mirim.....	81
5. Vargem Grande.....	86
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS: OS DESAFIOS DE UMA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA INCLUSIVA.....	95
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	101
7. ANEXOS.....	104

INTRODUÇÃO

A maior característica deste trabalho é sem sombra de dúvidas o seu poder de fronteiras. Estar situado em uma região interdisciplinar, no limiar entre Antropologia e Ciência Política. Talvez ele vá ser classificado como um trabalho de simples descrição de aspectos de ambas as disciplinas. Um amontoado de conceitos nucleares arranjados de maneira tal a produzir algum sentido no leitor mais atento. Se esta for a assertiva, discordamos plenamente. O trabalho que segue é uma tentativa de compreender um fenômeno político recorrente dentro de grupos étnicos e que por diversas razões não tem sido devidamente tratado nas investidas acadêmicas. Falar sobre algo usualmente não elucidado sempre nos traz implicações teóricas e metodológicas. “Não se estuda isto porque é irrelevante ou porque já foi superado dentro do campo das ciências humanas?”. Pensamos que não. Considerar a representação política e todo seu escopo de consequências em grupos minoritários nos coloca numa dimensão de afirmar que a Ciência Política tem ferramentas suficientes para verticalizar debates tanto em perspectivas macro ou micro. As comunidades quilombolas do Estado do Maranhão são alvo de pesquisas desde meados da década de 1970, destacadas à época sob a rubrica de “estudos sobre o campesinato”. Esta discussão amadureceu de maneira exponencial dentro da Antropologia, em que pesem as questões de identidade diferenciada, processos comunitários e investigações sobre matrizes ancestrais que seriam – e ainda são – substrato e motor de toda a lógica particular de organização social destes indivíduos.

Pensar em termos de uma *comunidade* tem implicações políticas aparentemente óbvias e esta é para nós uma questão primordial. É a partir da noção de comunidade enquanto conjunto organizado de ideias que os indivíduos projetam seus anseios coletivos de maneira a atingir seus interesses em comum. Isto é importante pois nos tira o peso de advogar em defesa dessas comunidades. Essa é uma crítica pertinente: grande parte dos trabalhos que abordam grupos étnicos confundem a defesa que os grupos fazem de si com a defesa que o investigador faz sobre os possíveis achados do seu trabalho. Defender estas comunidades não é o papel que pretendemos adotar, não obstante procuramos compreender de que maneiras os representantes oriundos destas comunidades engendram seus respectivos representados no âmbito do legislativo municipal. Muito além de realizar um trabalho arqueológico em busca de elementos que comprovem a particularidade dos representantes quilombolas, o trabalho buscou confrontar as perspectivas – normativa e pragmática – da atuação destas lideranças diante dos seus pares e diante do seu eleitorado.

É numa destas dimensões que o trabalho se coloca: como a democratização da representação política atua nos seus diferentes níveis, 1) no funcionamento da casa legislativa municipal, ou seja, qual o comportamento do vereador quilombola diante do contexto institucional, e como esse contexto lida com a sua atuação; 2) da comunidade ou comunidades que apoiaram o projeto político do referido representante; 3) do representante e os dilemas que ele enfrenta quando administra interesses do universo restrito daqueles que proporcionaram a concretude de seu mandato e o universo maior de indivíduos do município, comportando assim comunidades quilombolas e não quilombolas.

A Ciência Política tem demonstrado ao longo das décadas uma capacidade interna de renovação e ampliação de objetos de estudo, aprofundando e expandindo questões objetivas quando se trata de pensar como os processos democráticos encontram-se disseminados em uma gama variada de grupos e associações. O trabalho a seguir é consequência desta flexibilização.

Dividimos metodologicamente este trabalho em três capítulos de modo a abranger aspectos teóricos a respeito de uma atualização sobre a discussão existente dentro da disciplina, partindo para a questão empírica de funcionamento e atuação dos agentes no contexto social escolhido. Assim, o primeiro capítulo discute os elementos imprescindíveis a uma teoria da representação política. Tratando de maneira breve, mas concisa, quais os pontos fundamentais para explicar a transição dos diversos sentidos políticos que a representação figurou seja nos regimes de governo, seja no cotidiano de decisão pública dos grupos. Partimos do pressuposto que a representação é um fio condutor entre as instituições e a sociedade civil. Da sua capacidade de fazer circular demandas e organizar vozes de tal forma que este fluxo seja cíclico. A característica da circularidade é o que tentamos mostrar ao final do capítulo. No capítulo dois os esforços são de verticalizar o debate, saindo de um nível de abstração maior para visualizar os conceitos trabalhados no capítulo anterior serem desenvolvidos no cotidiano das comunidades em questão. A representação funciona como consequência da participação política. O objetivo do capítulo é discutir essa premissa, ou seja, em que grau ela é empiricamente comprovável ou não. Os indivíduos pertencentes a um grupo étnico elegem um representante ao legislativo municipal por serem mais organizados politicamente que outros. Tentaremos desconstruir esse paradigma, problematizando a questão da participação política e do engajamento cívico como elemento agregador da

identidade étnica para além dos elementos recorrentes da literatura especializada, quais sejam a ancestralidade, a negritude, os laços de parentesco, consanguinidades etc. A configuração social destas comunidades é cada vez mais heterogênea e diversidade de pensamentos dos indivíduos existentes traz à tona um debate que precisa ser fortalecido: o de que a participação política pode atuar enquanto mecanismo de coesão e também de ruptura dos grupos, ou seja, à maneira pela qual participo e me inteiro dos assuntos públicos me coloca mais próximo ou não de um sentimento de pertença com relação ao grupo. O terceiro capítulo trata especificamente da questão das lideranças quilombolas que atuam no legislativo municipal. Com o intuito de traçar um perfil destes vereadores, a ideia de construir um quadro inteligível a respeito da trajetória política destes agentes, identificando suas conexões com a comunidade de origem, sua atuação no legislativo e suas relações com as demandas que a comunidade vocaliza. O universo da pesquisa se concentra em quatro municípios maranhenses (Lima Campos, São Luís Gonzaga, Itapecuru-Mirim e Vargem Grande) e seus respectivos vereadores autodefinidos como quilombolas. Acreditamos que é importante concentrar esforços nesta relação (representante-representados) em um ambiente institucionalizado (legislativo municipal) em virtude da proximidade deste agente com seu eleitorado e uma série de questões demandadas pelo contexto social em que ambos estão inserindo. Assim, pretende-se retomar as discussões teóricas do primeiro capítulo, identificar os processos de autorização e prestação de contas que o representante faz, ou não, com os representados.

Utilizamos para isto a análise qualitativa dos discursos com intuito de confrontar a agenda política normativa dos vereadores e sua prática cotidiana junto à câmara. Para tanto, utilizamos a descrição minuciosa das trajetórias destas lideranças, identificando em cada uma delas elementos comparativos que possam nos ajudar a traçar um perfil, formando assim uma análise sóbria sobre a participação destes representantes no legislativo municipal.

CAPÍTULO 1

Representação, identidades e comunidade tradicional: uma breve análise sobre o elemento representativo em grupos étnicos.

Falar sobre os aspectos que envolvem a representação política em grupos étnicos requer que façamos uma reflexão teórica sobre os núcleos conceituais que compõem os sentidos etimológicos e políticos da “representação” no interior da teoria política. Para tanto, é necessário buscar o desenrolar histórico do conceito de representação, identificando de que maneira ele se comporta no debate político. Não entendendo-o como uma instituição atômica, mas perseguir uma interpretação relacional do sentido que este tem hoje na consolidação das democracias representativas. Em se tratando de grupos específicos, este traço ganha contornos ainda mais singulares principalmente por estar associado ao elemento identitário e ancestral¹. A literatura especializada nos conta que em comunidades tradicionais os indivíduos encontram-se mergulhados em um espectro quase simultâneo e totalizante de visões de mundo e compreensões semelhantes, o que proporciona entendimentos bastante próximos sobre diversos aspectos da vida social, incluído aí o binômio representante/representados. Este capítulo tem o intuito de problematizar esta visão, ampliando a perspectiva da relação política existente entre a liderança política e aqueles a quem ele diz representar.

1. A representação como fio condutor²

O conceito de representação tem obtido ao longo dos séculos as mais diversas acepções, adquirindo assim definições peculiares, e em alguns casos até mesmo opostas. É preciso realizar uma arqueologia teórica para compreender o trajeto semântico do termo ao longo dos anos. A linguagem proporciona, como fala Hanna Pitkin, uma visão do mundo formada basicamente por ideias. Ou seja, o que fazemos e como fazemos depende de como enxergamos e a nós mesmos. Isto obviamente é mutável e o trabalho do teórico social não se resume a compreender “um” conceito em questão, mas uma rede de conceitos que possibilite que aquele conceito faça sentido.

Talvez a confusão moderna que se tenha em relação à representação advenha do uso indiscriminado por parte de praticamente todos os grupos políticos, governos ou

¹ A descrição de identidade e ancestralidade é invocada pelos grupos étnicos como um dos vários elementos de diferenciação cultural, criando assim uma fronteira étnica entre o “nós” e os “outros”.

² Utilizo para esta seção as obras de (URBINATI, 2006), (PITKIN, 1972), (MANIN, 1997)

causas sempre relacionando-os com as ideias de democracia, justiça ou liberdade. A representação deveras tem uma relação de proximidade com estes conceitos, mas por uso indiscriminado refiro-me à atribuí-la muitas vezes como sinônimo de democracia ou como versão mais ou menos elaborada de liberdade ou justiça. Ora, em primeiro lugar para o cientista social palavras não são meramente palavras. Se existem duas palavras elas devem significar claramente coisas distintas. Em segundo lugar que a necessidade de representação não significa um governo representativo³. Ou seja, a representação não se concretiza com a figura do representante, mas através da tomada de decisões que este representante faz com seus representados. O conceito de humanos representando humanos é eminentemente moderno. Os gregos por exemplo, não o tinham. Os romanos usavam *representare* como recurso de trazer à presença aquilo que estava ausente ou a materialização de uma abstração em um objeto. (PITKIN, 1972).

Somente na Inglaterra nos séculos XIII e XIV pessoas foram enviadas para participar em conselhos de igreja e mais tarde no parlamento inglês onde esse pensamento representativo foi introduzido de maneira gradual⁴. Digo isto porque inicialmente nem o conceito nem as instituições que o aplicavam tinham relação sequer com eleições ou democracia. Pitkin recorre a um fato histórico aparentemente decisivo para elucidar a questão:

A participação do conselho do rei (convocação de cavaleiros e burgueses) não era um privilégio ou direito. Parece ter surgido como uma necessidade ou conveniência real. Esta participação no parlamento era vista como uma tarefa e um dever. (PITKIN, 1972, tradução nossa)

O trecho acima deixa claro que a representação não era considerada como um problema de direito, mas como uma tarefa a ser desempenhada por indivíduos ou grupos de indivíduos específicos. Pode parecer irônico, mas com o passar do tempo a representação passou a ser usada como uma ferramenta para controlar os poderes do rei, promovendo interesses locais.

Na Inglaterra a partir do século XVI o direito de eleger um membro do parlamento é então reivindicado. Tem-se a representação se desenvolvendo institucionalmente a partir de uma prática, não necessariamente fruto de uma ideia orientada para uma ação política. Isto é importante para tentar compreender os caminhos que ela assumiu nos

³ “Um rei pode representar uma nação, assim como pode fazê-lo um embaixador e ainda desta maneira não ser representativo” (PITKIN, op.cit.)

⁴ PITKIN, op.cit.

governos da Europa. Com as revoluções francesa e americana ela se transforma em “direitos do homem”⁵. A revolução americana pode ser vista de fato como um momento que simboliza a expansão a ideia de representação além do território europeu e ganhando o ocidente como o conhecemos hoje

Segundo Pitkin, é a partir da ideia de autogoverno que a representação passa a significar *representação popular* estendida a população sem restrições. “Todo homem tem o direito de dizer o que acontece com ele”. (PITKIN, 1972).

Dito isto, é preciso então entender quais as instâncias intrínsecas ao termo. 1) Relacionando-se às histórias do governo representativo. Significa dizer que a representação esteve – e ainda está – ligada aos diversos regimes políticos que de alguma maneira valeram-se do mecanismo de soberania popular (em maior ou menor grau, seja uma soberania efetiva ou apenas do plano formal) como base para sua consolidação sobre determinado território. 2) O saber sobre a arte de representar. Ou seja, da tradição romana de trazer à presença algo/alguém que está ausente. (PITKIN, 1972). Seja uma ideia encarnada, ou a materialização da coragem em uma expressão humana ou em uma escultura. 3) Por fim, e intimamente ligado à segunda instância, a maneira pela qual os atores representam no palco. A referência do palco é feita no sentido que este funciona como o espaço público, onde os atores/agentes argumentam de modo clarividente na arena política sobre algo ausente. Queremos assim dizer que etimologicamente *representar* significa deveras apresentar novamente. Mas além desta definição significa tornar presente de algum modo algo que não está presente – de fato ou literalmente.

Não se pretende chegar a um ponto conciso a respeito deste breve resgate político-histórico sobre a representação ao longo dos séculos. Embora ele seja imprescindível para os objetivos deste capítulo, a indefinição de um uso exclusivo para o conceito talvez dê o tom sobre sua principal característica, qual seja, de que na realidade o comportamento e o tipo de representação depende inteiramente de como esta é concebida. Tornar presente um elemento X por um elemento Y nada mais é do que uma fórmula estática. A representação da qual tratamos aqui refere-se a indivíduos em movimento, isto é, tomando posições em um percurso histórico observável. A representação encaixa-se exatamente na orientação do juízo e da opinião. Mais importante que isto é como o raciocínio é entendido, o que de fato significa, qual suas circunstâncias e ocorrências.

⁵ PITKIN, op.cit.

Se A está ausente, ele não está presente. Isto é meramente concebido, imputado na presença de B. Tal como uma concepção pode forçar a si mesmo sobre ele. Pode ser institucionalizado ou dado por uma tradição não questionada ou convicção geral. (PITKIN, 1972, tradução nossa)

Qualquer equação pura e simples é insuficiente para enquadrar o conceito da representação. Entender o conceito de uma perspectiva histórica não é suficiente para explicá-lo. A dimensão histórica de compreensão dos conceitos nos dá apenas uma visão contextual de quais acepções ele se valia em conjunturas pretéritas. É preciso, como temos tentado esboçar aqui, em identificar a recorrência do fenômeno em situações contemporâneas. Como vimos anteriormente, faz-se necessário entender a rede de conceitos. Indo além, é preciso entender a representação como um fenômeno político circunstanciado e orbitado por nuances dinâmicas, ritmadas de acordo com a percepção e posições dos agentes. Assim, o significado de representação terá diferentes aplicações dependendo do que está sendo feito presente ou considerado presente, e em que situações.

Uma vez apresentada a discussão sobre em que contextos a representação apareceu no cenário político e se desenvolveu, então podemos começar a identificá-la como um processo circular⁶ (suscetível ao atrito) entre instituições estatais e práticas sociais. (URBINATI, 2007). Neste íterim, é demasiado rotulá-la como regime aristocrático ou como um mero substituto para a democracia direta. Para compreender de maneira sistemática estas peculiaridades, é salutar mencionar as duas principais escolas oriundas da teoria da representação que se inicia no século XVIII. A primeira desenvolveu um modelo eleitoral de democracia e a segunda um modelo representativo. Abaixo um quadro sintético para facilitar o entendimento.

Modelo eleitoral	Modelo representativo
Elitismo nas instituições políticas e legitimação popular; Domínio da competência e domínio do consentimento; A representação se funda na divisão do trabalho e numa seleção funcional de <i>expertise</i>	Representação fundada na teoria do consentimento; Fuga da concentração da fonte de legitimação nas instituições e a redução do consentimento a um mero ato de autorização; Eleição como expressão do direito de participar em algum nível da produção das leis, não um mecanismo de transferência de preferências particulares

⁶ A circularidade reside em enxergar a representação política através do fluxo representante-instituições representantes-sociedade. Neste esquema, deve haver um movimento perene que faça girar os três elementos.

O quadro acima procura demonstrar as nuances existentes entre duas visões bastante difundidas sobre a representação em seus usos no cotidiano do debate político. Sua tradição aristocrática parece ter se firmado na escola do modelo eleitoral, que preconiza o elitismo nas instituições políticas sob a justificativa da *expertise*. O domínio da competência ainda é atualmente uma das associações imediatas feitas com relação ao conceito de representação. A república seria o regime de governo dos mais aptos, dos competentes o suficiente para governar e liderar. Vale à pena também ressaltar o papel da legitimação popular no processo de formação das elites governantes. Este ponto é contrastante com o modelo representativo quando este tenta exatamente não reduzir o consentimento a um ato simplório de autorização, procurando entender a eleição como uma expressão do direito de “interferir” de alguma maneira no nível de produção de leis.

De acordo com a escola do modelo eleitoral, a representação busca conectar sociedade e instituições. Para tanto, há uma necessidade latente de revisar a concepção moderna de soberania popular no que marcaria o fim da política binária do sim/não e encararia uma arena de opiniões contestáveis e decisões sujeitas a revisão a qualquer tempo. Ora, parece-nos claro que a manifestação de opiniões contrárias acontece justamente no processo de vocalização. Tal processo é viabilizado através da arena política. “A representação provoca a disseminação da presença do soberano através de uma tarefa contínua e regulada de contestação e reconstrução da legitimidade”. (URBINATI, 2006). Importante ressaltar que as eleições engendram a representação, mas não engendram os representantes, ou seja, elas podem produzir um governo responsivo e circunscrito, mas não necessariamente um governo representativo.

Fica perceptível então a representação política como unificação política. Ainda assim, ela não pode ser definida 1) nem nos termos de um acerto contratual entre eleitores e eleitos, 2) nem decomposta a partir de um sistema de competição que aponte quais aqueles que deverão pronunciar o interesse geral de todos. Qual seria então a excepcionalidade da representação? Vejamos, o representante é único porque ele precisa ser constantemente recriado e estar dinamicamente em sintonia com a sociedade para aprovar leis legítimas. Mas seu trabalho não se resumiria à aprovação de leis, muito além disto, de consolidar o diálogo permanente entre instituições e sociedade civil. Uma vez que as demandas estão em ativa mudança, o representante precisa estar sintonizado com os movimentos contínuos em que pese a observância destes dois elementos: *juízo e*

opinião. Eles dois são sedes tanto da soberania⁷ quanto da vontade. A representação cria um vestígio sobre estes dois elementos, quando seus agentes políticos escolhidos correspondem ou devem corresponder a estas flutuações.

É preciso contudo aprofundar a pauta em torno dos debates internos sobre as visões de representação. Diante deste contexto, apresentam-se três teorias principais 1) teoria jurídica; 2) institucional e por fim 3) teoria política sobre a representação. Tanto “a teoria jurídica e institucional são ambas baseadas em uma analogia entre Estado e Pessoa e em uma concepção voluntarista de soberania, sendo expressas em uma linguagem formalista. (URBINATI, 2006)”. Por ser mais antiga, a abordagem jurídica cunhou o modelo para a teoria institucional. Ela trata a representação como um contrato privado de comissão, nos termos de uma *concessão de autorização*. Ou seja, a permissão de realizar uma ação para uma ou grupo de pessoas, uma vez que esta pessoa – ou grupo – devem ser eles mesmos os detentores do direito de realizar tal ação.

O modelo jurídico configura a relação entre representado e representante conforme as linhas de uma lógica individualista e não-política, na medida em que supõe que os eleitores julgam as qualidades pessoais dos candidatos ao invés de suas ideias políticas e projetos (URBINATI, 2006).

Esta lógica contratual parece ser o alicerce do governo representativo liberal que mais tarde se desenvolveria no modelo de democracia eleitoral. O que esta visão realmente apresenta? Ora, uma perspectiva dualista firmemente acentuada no papel do Estado em que pese o juízo do representante atuando como tutor de uma sociedade civil deixada de lado. Os termos dessa “marginalidade” das ações políticas se expressa nas características do dualismo citado. Sociedade civil e Estado são antagônicos e a primeira materializa suas vontades na pessoa do seu representante, que o faz porque ela – sociedade- não conseguiria sozinha. Esta configuração propicia o modelo eleitoral procedimental que restringe a participação política dos indivíduos. Em uma frase hipotética: “Não importa o quanto nos organizemos, *teremos* de escolher alguém para nos representar e ele o fará de uma maneira que nós nunca obteríamos êxito”.

⁷ Urbinati define a soberania como temporalidade ininterrupta e a influência calculável dos princípios e ideais básicos concernentes ao interesse geral, que transcendem os atos de decisão e eleição. (URBINATI, 2006).

Não serão exauridos os pormenores de cada uma das duas teorias, no entanto é importante mencionar que ambas assumem que o Estado deve transcender a sociedade, isto é, que as pessoas devem esconder suas identidades sociais para, de maneira absolutamente imparcial, escolher seus mandatários. Diante da breve investigação realizada até este ponto, parece claro que tanto a teoria jurídica como a institucional não se preocupam em representar povo e nação, mas buscam primordialmente organizá-los.

Temos então a terceira teoria que reorganiza de maneira abruta os dois modelos anteriores. Isto porque a teoria da representação:

Cria uma categoria inteiramente nova na medida em que concebe a representação dinamicamente, ao invés de estaticamente: a representação não tem que fazer uma entidade preexistente visível; diferentemente, ela é uma forma de existência política criada pelos próprios atores (o eleitorado e o representante). Esta teoria faz jus à especificidade da representação política em relação a todas as outras formas de mandato e em particular ao esquema privado de autorização (URBINATI, 2006)

Nesta nova perspectiva, a representação não pertence aos agentes políticos ou instituições estatais, pelo contrário, esta visão substancialista é substituída por uma noção de processo político onde a circularidade entre instituições/sociedade ultrapassa os limites da decisão e deliberação de uma assembleia. Fala-se agora em um processo contínuo de criação e recriação, baseado em juízo e opinião, que deslocam-se em uma escala qualitativa mais ou menos afastada do seu ponto anterior. O agente político então é uma expressão temporal desses juízos, devendo movimentar-se tal qual estas variações.

Isto não implicaria inconstância de opiniões em um amontoado confuso e desorganizado de vozes que a todo momento contradizem-se. Significa, por outro lado, de que as posições políticas assumidas não são cristalizadas. Elas caminham segundo a variação tanto do juízo quanto a opinião. O crescimento de um mundo complexo, de sociedades conectadas em rede, a opinião pública e a vida em associações ganham seus tons de profundidade. Este cenário proporciona ao juízo político um peso nunca antes experimentado. “A representação significa agir no interesse dos representados, de uma maneira responsiva a eles. (PITKIN, op.cit.)”. Em termos práticos, é constitutiva e imprescindível deixar ativada uma corrente de comunicação entre a sociedade civil e o representante é a peça que –metaforicamente – aciona esta corrente. O fio condutor o qual

me refiro é exatamente esta possibilidade normativa de estabelecer pontes comunicativas, um horizonte de diálogo estável entre dois ou mais agentes.

Retorna-se para o dualismo como cerne da refutação viva de uma sociedade que vive sobre as lâminas de uma mesma navalha: a política da presença e a política das ideias⁸. Vontade e juízo se engendram desta maneira na *presença física imediata*, que pode ser caracterizada como direito ao voto e de uma *presença idealizada mediada* entendida como o direito à livre expressão e associação. Desta forma, segundo Urbinati, toda presença é um artefato do discurso e o ato de autorização não seria mais importante que o processo de autorização em si⁹. Este ponto é particularmente importante pois a própria engenharia do Estado constitucionalista estabeleceu um projeto lúcido onde o espaço entre cidadãos e instituições seria supostamente produzido de maneira imparcial e competente pelas eleições. Esta engenharia pode ser vista como uma herança da visão elitista da razão pública rousseauiana¹⁰. Esta razão seria realizada por cidadãos selecionados e virtuosos.

Esta visão elitista é problemática por alguns fatores que mencionarei a seguir: 1) Os representantes não agem de maneira imparcial muito menos estão desvinculados das influências sociais. Pode-se dizer exatamente o oposto a isso, eles estão vulneráveis a elas; 2) As eleições existem como método de seleção pois nem o governo nem os indivíduos podem dispor da sorte para escolher –bons – representantes. Isto parece suficiente para derrubar o pressuposto elitista à medida que não existe uma aristocracia naturalmente escolhida ou auto referenciada; 3) Por fim, as eleições como método de controle reforçam a ideia debatida aqui de que os representantes não estão ou jamais deveriam estar isolados da sociedade. Historicamente, desta maneira, “...eleição se tornou sinônimo de democracia e a exigência de instituições representativas tornou-se sinônimo de reivindicação popular. (URBINATI, 2006)”.

Dentro desta sequência lógica, eleição se tornou sinônimo de democracia e esta por sua vez se associou cada vez à competição eleitoral. No entanto, a competição eleitoral ensina tanto os indivíduos a se livrarem dos governos de maneira pacífica como também torna estes mesmos indivíduos livres dos governos. Não se trata, neste caso, de

⁸ Para um aprofundamento desta encruzilhada teórica. Ver: From a Politics of Ideas to a Politics of Presence?’, em PHILLIPS, Anne, The Politics of Presence (Oxford: Oxford University Press, 1995. p. 1-26)

⁹ URBINATI, 2006.

¹⁰ J. Madison e Burke são ícones desta tradição que se inicia com Rousseau.

reduzir à democracia à competição por votos em condições minimamente idôneas, mas compreender que o direito ao voto promove agendas políticas em disputa e provoca nos legisladores uma forma constante de vida política fortalecida pela oposição de ideias, para além do processo eleitoral. O limiar da questão se refere então ou a legitimidade de escolha do povo, baseada na opinião e no juízo político, ou na racionalidade imparcial dos representantes que tomam boas decisões ao passo que se blindam de uma opinião popular altamente passível de manipulação.

O paradoxo dessa abordagem não política (já que é guiada pela competência) da política é que, a respeito de ela se arrogar ser a marca registrada das liberdades civis e econômicas e do constitucionalismo, ela abre caminho para uma teoria das instituições que é tão insensível à representação quanto a teoria de Rousseau do governo direto. Ela supõe que o representante deve ser surdo à opinião pública para tomar boas decisões (URBINATI, 2006)

Existe claramente uma visão formalista incluída nesta acepção, qual seja a de entender a participação como um mecanismo de autorização dos magistrados. Funcionando como se eles dispusessem de toda capacidade técnica para fazer as melhores escolhas, no entanto precisam de um aval da sociedade para atuar em nome desta. Em um regime democrático representativo o indivíduo deve dispor de direitos ou meios legais de ser ativo quando entender que deva ser útil sua participação. “A especificidade da democracia moderna está em jogar ‘pedras de papel’ por intermédio do voto sem se limitar a isto”. (URBINATI, 2006).

Temos dito aqui exatamente que tanto a especificidade como a singularidade da democracia residem no elemento da *circularidade* criada pelas eleições ao passo que é feita a ligação entre os cidadãos e a assembleia legislativa através de um contínuo processo de tomada de decisões. Neste sentido, a questão que se coloca é precisamente sobre o processo de tomada de decisões, isto é, a respeito da “presença” por meio das ideias e do discurso. “A representação política invalida a opinião de que a sociedade é a soma de indivíduos dissociados que competem e se unem, votam e agregam preferências por atos discretos de livre escolha e cálculo instrumental”. (URBINATI, 2006). Há uma contraposição clara sobre o entendimento de democracia como um aglomerado de números unitários impelidos a eleger e delegar seu poder com a justificativa de que um aglomerado de indivíduos – em outros termos, multidão – é incapaz de ter uma vontade, exercer ou ser um governo. A democracia é capaz de extrair das diferenças um elemento agregador, onde não se abre mão das particularidades para objetivar pontos comuns.

Sobre este ponto, Urbinati faz uma distinção importante entre a democracia representativa e a democracia direta. Na primeira nem a influência política tampouco a complexidade de opiniões podem ser encaradas como entidades computáveis aritmeticamente. Além disto, na democracia direta há um impulso pela transcendência da ação de votar, onde um esforço é feito toda oportunidade em que esta ação é invocada. Neste sentido, todo voto é um novo ponto de partida, ou em um sentido inverso, sempre um ponto sem saída. A democracia direta busca quantificar essas opiniões à medida em que não ficam traços destas opiniões¹¹.

Por outro lado, uma democracia representativa orchestra uma cadeia de opiniões, interpretações e também ideias que possibilitam *visibilidade* das posições por intermédio de uma ordem política. A votação seria uma expressão disto quando consolida – através de partido e/ou candidato – a ordem referida acima.

É a respeito da posição dos partidos no conjunto de sistemas que vem-se discutindo que a representação ativa do universo total de uma comunidade política se manifesta. Em primeiro lugar deve ser posta a seguinte questão: A democracia requer algum consenso básico porque diz respeito à divergência e também ao raciocínio pragmático. Em segundo lugar porque vencedores e perdedores devem confiar que seus respectivos adversários irão abrir mãos da violência.

Queremos dizer com isto que os partidos políticos articulam o “interesse universal” a partir de pontos de vista periféricos. Neste sentido, funcionam como pontos de referência possibilitando tanto aos cidadãos como aos representantes um reconhecimento mútuo no sentido de formar alianças, situando ideologicamente os compromissos que estão dispostos a estabelecer.¹²

Bernard Manin¹³ constrói uma argumentação bastante sólida a este respeito quando rebate a impressão existente de que os partidos impõem clivagens insuperáveis à sociedade. Ora, a perspectiva de articulação de interesses num sentido universal se opõe à esta visão primária. Segundo Manin, é a partir da segunda metade do século XIX que os partidos começam a ser vistos como componentes essenciais para a democracia

¹¹ “Votos expressam preferências individuais, ao invés de representarem opiniões”. (URBINATI, op.cit)

¹² Urbinati explica que a dialética entre as partes e o todo explica a função complexa do arranjo legislativo em um governo representativo, como órgão mediador entre Estado e sociedade. (URBINATI,2006).

¹³ MANIN, BERNARD. The Principles of representative government. Cambridge University Press, 2007: Melbourne

representativa na organização da expressão do eleitorado. Além disso, consolidaram tanto a ideia de programa como a de plataforma política.

Neste sentido, se houve um elemento que transformou a relação da própria representação em si foi o aparecimento dos partidos de massa. Digo isto pois, em primeiro lugar a existência de partidos organizados aproximava representantes e representados. Em segundo lugar, militantes de base tiveram a oportunidade de participar na escolha dos candidatos da legenda partidárias. Por último, a crise da representação não foi trazida à cabo pelos partidos de massa, pelo contrário, estes possibilitaram uma outra forma à esta representação. O papel dos partidos de massa cresce, no século XIX, devido a extensão do sufrágio. “O governo de partido parecia criar uma maior identidade social e cultural entre governantes e governados. (MANIN, 1997)”¹⁴.

Isto posto, a representação 1) torna-se a instituição que possibilita a todos os devidos componentes da sociedade a qualidade de identificar-se politicamente, influenciando as direções políticas; 2) ela possibilita a transformação e expansão da política à medida em que não apenas permite que o social seja traduzido ao político. Por transformação e expansão referimo-nos principalmente aos princípios do governo representativo (discutidos por Manin e explorados no próximo capítulo).

O esforço de construir um quadro consistente, ainda que breve, de tentar entender como a representação atuaria nos regimes democráticos a partir desta metáfora do fio condutor entre indivíduo (isolado ou articulado) e as instituições políticas que de uma maneira mais ou menos eficiente, tentam organizar a vida pública. O diferencial seria justamente não apenas organizar, mas ser responsiva às demandas colocadas pelos diversos agentes sociais. Esta responsividade implica necessariamente na circularidade criada e mantida pelo representante, mas não dependente única e exclusivamente dele. Vimos aqui que o elo é rompido quando seu esfacelamento se dá por algum dos agentes – quer seja o representante ou os representados. A fragilização do fio condutor está suscetível quando o processo de autorização é superestimado por parte dos candidatos e/ou quando a prestação de contas existentes entre os agentes é meramente uma

¹⁴ A crise de representação – que não é o objetivo explicativo central do capítulo – do século XX tem a sua relação com o declínio das relações de identificação entre representantes e representados. Semelhanças entre a forma de representação e o modelo de governo que a democracia partidária teria substituído.

formalidade. Por outro lado, quando os cidadãos subestimam estes dois momentos, prevalecem formas arbitrárias e não dialógicas de condução das ações públicas de grupos.

2. Comunidade tradicional e comunidade cívica

Ver a representação política através de lentes históricas nos coloca diante de um muro extenso de conceitos ressignificados ao longo do tempo. É preciso então buscar mecanismos – teóricos – de aproximação da teoria normativa com uma prática empírica. Em se tratando de grupos étnicos, buscar ferramentas teóricas que encaixem na discussão anterior é de importância primeira. Desta maneira, apresentamos aqui dois conceitos cruciais para nossa pretensão: o conceito de comunidade tradicional e o conceito de comunidade cívica. Mais uma vez, não pretendemos esgotar os diversos prismas a respeito de cada um, porém situá-los em uma definição sólida para então operá-los com a questão representativa.

Faremos aqui um breve discussão sobre o conceito de cultura utilizando os aportes da autora Seyla Benhabib (BENHAHIB, 2006). Em primeiro lugar ele deriva da raiz latina *colare* e estava associada a atividades de preservação, atenção e cuidado. O surgimento da modernidade e da economia capitalista mercantil, de uma visão de mundo científica e racional colocou em oposição o conceito de cultura ao de civilização. Benhabib comenta que Johan Herder explicita a definição alemã de *kultur* como representando valores, significados, signos linguísticos e símbolos compartilhados por um povo de um ponto de vista unificado e homogêneo. Sob este aspecto, *kultur* significaria o “espírito de um povo”. Em oposição radical a esta visão, “civilização” refere-se a valores e práticas materiais que são compartilhados com outros povos e que não refletem a individualidade. Com os movimentos de massa totalitários na Europa nas décadas de 20 e 30 do século XX a seguinte reflexão surge: as massas têm cultura? Hannah Arendt e os membros da escola de Frankfurt discutiam o caso aplicado das democracias de consumo de massas. Cultura de massa, o termo referenciado, não tem aspecto sequer de formação de um “espírito coletivo”. Ao contrário disto, é recheada de atributos pejorativos. Adiantando, a postura atualmente dominante deriva de uma concepção igualitária, em tese, de cultura da antropologia social (Malinowski, Evans-Pritchard, Mead, Lévi-Strauss etc.). A respeito deste ponto de vista, cultura é a totalidade de sistemas e práticas sociais de significação, representação e simbolismo que possuem

uma lógica autônoma. Esta lógica, por sua vez, não é reduzível às intenções daqueles que através de ações e práticas surgem e se reproduzem¹⁵.

A este respeito a maior parte da política cultural atual é uma estranha mistura da perspectiva antropológica sobre a igualdade democrática de todas as formas de expressão cultural e a ênfase romântica. Nas características únicas e irreduzíveis de cada uma destas formas. Seja no campo da política ou políticas. Nos tribunais ou dos meios de comunicação (BENHABIB, 2006)

Por sua vez, o conceito de *cultura cívica* vem de uma tradição política antiga¹⁶, como afirma Almond & Verba (1989) ao resgatar as principais vertentes de explicação a respeito da utilização do conceito. Em se tratando do pensamento político clássico, a abordagem sobre a mudança da cultura política (*political culture change*) foi abordada por Platão (428 a.c – 348 a.c), evidenciado pelo caráter transitório que o filósofo atribui aos governos. Almond também fala de Aristóteles (384 a.c – 322.a.c) no sentido de ser mais moderno e culturalista do que Platão. Não somente pela importância dada as variáveis culturais, mas explicitamente a relação delas com variáveis de estratificação de um lado e de outro, variáveis políticas estruturais¹⁷. As características do governo misto aristotélico, sustentado na concepção de uma classe média capaz de estabelecer uma ponte entre oligarquia e democracia, dão conta de uma configuração atual sobre cultura cívica, qual seja o consenso substancial na legitimidade das instituições políticas e direção e conteúdo de políticas públicas, uma difusão tolerante de uma pluralidade de interesses e a crença em seu sentido amplamente distribuído de competência política e confiança mútua entre os cidadãos. (ALMOND; 1989).

Seguindo a tradição político culturalista, Maquiavel (1469-1527) retoma a importância das variáveis culturais, de valores morais, de sentimentos de identidade e compromisso tanto para a força política quanto fraqueza, tanto de grandeza como de decadência¹⁸, no entanto o faz de maneira informal e ilustrativa quando descreve

¹⁵ BENHABIB, op.cit.

¹⁶ Utilizei para este tópico a referência do livro de Gabriel Almond e Sidney Verba; ALMOND, Gabriel A. (Ed.). *The civic culture: Political attitudes and democracy in five nations*. Sage, 1989

¹⁷ Aristotle is a more modern and scientific political culturalista than Plato, since he not only imputes importance to political culture variables, but explicitly treats their relationship to social stratification variables on the one hand and to political structure and performance variables on the other. op.cit.(p.3)

¹⁸ Ibidem

contextos de maneira alegórica. As duas características da empreitada de Maquiavel não podem ser confundidas com falta de recursos explicativos. Por informalidade fazemos referência ao estilo da escrita do autor, referenciando-se por várias vezes de maneira não hermética aos contextos. Por ilustrativa deduz-se a habilidade em colocar as situações políticas sob forma de alegorias ou exemplos que operavam de maneira a corroborar as teses por ele elaboradas.

Dois séculos depois, Montesquieu (1689-1755) refletindo sobre a similaridade da história romana como um caminho de derivações gerais sobre a política, atribui o triunfo da república de Roma à paixão patriótica da cidadania romanescas. “O Espírito das Leis” dispõe de uma série de variáveis (históricas, sociológicas, antropológicas etc.) na tentativa de explicar processos e instituições políticas tendo como método essencial aforismos e ilustrações¹⁹.

A apreciação que Rousseau tinha pela importância da cultura política na formação da legislação das nações reflete a influência de Montesquieu no seu pensamento, ao passo que serve de base para a obra de Tocqueville. Os termos que Rousseau usa para identificar a cultura política são moralidade, opinião e costume. Isto para o suíço estaria de tal forma enraizada nos corações dos cidadãos que os manteria no caminho de uma cidadania subjacente. O já mencionado Tocqueville tinha uma senso de subcultura política parecido. Sua análise sobre as atitudes políticas no campesinato, burguesia e aristocracia francesa às vésperas da revolução são exemplos claros deste tipo de análise²⁰.

Esta sucinta regressão é válida no sentido de indicar que a noção de cultura política, de algum modo, sempre esteve presente entre nós. Almond (1989) faz uma discussão baseada na contribuição do Iluminismo e das leituras liberais sobre o conceito de cultura política, que ganhou força na segunda metade do século XIX com o sucesso das reformas sociais na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos. A ideia evolucionária tomada de empréstimo da biologia preencheu o pensamento político num movimento progressista da ciência, da economia e, conseqüentemente da política²¹. No entanto, G. Almond faz algumas ressalvas a respeito da cultura cívica.

¹⁹ Ibidem

²⁰ Ibidem

²¹ By the second half of the nineteenth century these beliefs, simulated by the industrial revolution, strengthened by the success of political and social reforms in Britain and by the American example, and fortified by development of evolutionary ideas in biology, took on a sense of inevitability. It was a this liberal faith in the inevitability of incremental economic and political progress pushed forward by the progress of science and the spread of reason that underlay the discipline of comparative government and politics as it emerged in the late nineteenth century.

A cultura política não é uma teoria; refere-se a um conjunto de variáveis que podem ser usadas na construção das teorias. Mas na medida em que designa um conjunto de variáveis e incentiva a investigação, imputa algum poder explicativo para a dimensão psicológica ou subjetiva da política, assim como implica que há variáveis contextuais e internos que podem explicá-la **(tradução nossa)** (ALMOND,1989)²²

Cultura política não é uma teoria. Ela se refere a um número de variáveis que podem ser usadas na construção de teorias. Mas ao passo que ela designa um número de variáveis e encoraja a investigação,

Não estamos falando então de uma teoria em si, mas de um conjunto de variáveis que podem ser usadas na confecção de teorias. Desta maneira, a análise de categorias políticas dentro deste contexto serve de instrumento para o aprofundamento ou revisão de conceitos e premissas na dimensão política. Assim, três direções do conceito de cultura política foram elaboradas por Almond, quais sejam: conteúdo substantivo, variedades de orientação e as relações sistêmicas entre esses componentes. Os apontamentos da pesquisa de Almond e Verba indicaram que a estabilidade democrática requiritava um tipo específico de cultura política: a cultura cívica. Os trabalhos de Inglehart (1990) procuraram validar este enfoque

A “cultura cívica” de Inglehart (1990) consiste em três indicadores: (1) confiança interpessoal, (2) satisfação vital e (3) apoio à mudança revolucionária (que se espera ser nociva à democracia). Ele e seus colaboradores descobriram que essas variáveis, quando tomadas em conjunto, relacionam-se estatisticamente com o número de anos contínuos de democracia entre 1900 e 1980 e entre 1920 e 1995, numa amostra de 24 países. (PRZEWORSKI, 2003).

O próprio Przeworski refuta esta visão culturalista ao defender que a estabilidade democrática é quem gera a cultura cívica, e não o contrário. Przeworski (2003) explica que nessa visão a democracia sobrevive porque é mais vantajoso para as forças políticas relevantes, pautando suas ações por puro interesse próprio, obedecer o veredicto das urnas

²²Political culture is not a theory; it refers to a set of variables which may be used in the construction of theories. But insofar as it designates a set of variables and encourages their investigation, it imputes some explanatory power to the psychological or subjective dimension of politics, just as implies that there are contextual and internal variables which may explain it. .

do que fazer qualquer outra coisa. Os perdedores numa competição democrática podem ter incentivos no curto prazo para rebelar-se, não aceitando os resultados do turno atual.

Pode-se dizer, em contraposição ao exposto acima, que a cultura cívica é Santos Júnior (2001) a expressão não apenas das regras de reciprocidade, mas da corporificação de sistemas de participação social, formados pelas associações da sociedade civil, que representam uma forma de capital social.

Desta forma, a cultura cívica pode ser vista como. (BURITY, 1999) uma posição que recobre apenas parcialmente o espaço sociopolítico, enfatizando valores de participação, informação e fiscalização dos poderes constituídos, de experimentação coletiva, de respeito às diferenças e de solidariedade com os desprivilegiados e excluídos. No entanto, trata-se de uma parcialidade que demanda reconhecimento de outras perspectivas, instaura um contencioso a respeito da forma de organização da sociedade e, assim, politiza o espaço público.

Uma vez que foram apresentadas em linhas gerais as discussões em torno da cultura cívica e seus desdobramentos enquanto conjunto de variáveis explicativas de um contexto teórico, torna-se imprescindível introduzir ao percurso explicativo o tema da comunidade cívica enquanto categoria de análise que fundamenta grande parte da pesquisa em tela. Neste sentido, diferenciar os dois conceitos é salutar tendo em vista suas similitudes e idiosincrasias²³.

Desta maneira, “Uma comunidade cívica pode ser caracterizada idealmente como um espaço político-territorial circunscrito, composto de cidadãos dispostos e capazes de participar da vida pública em suas diferentes dimensões”. (FERNANDES, 2000). Ou seja, cabe dizer que se trata, sobretudo, de um espaço simbólico no qual os indivíduos estão dispostos a participar do jogo público. Em que pese inicialmente o caráter ideal da comunidade cívica, ela se insere em um contexto de ação e participação dos indivíduos na vida pública. Estes dois elementos – ação e participação – são primordiais para a existência de uma comunidade, da mesma maneira que o seu enfraquecimento conduz ao seu desaparecimento.

²³ Utilizarei três referências principais para este segmento: PUTNAM, Robert David. Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna. FGV Editora, 2005; FERNANDES, Antônio Sérgio Araújo. A comunidade cívica em Walzer e Putnam. Lua Nova, v. 51, p. 71-96, 2000; DIAS, Rodrigo Araújo. COMUNIDADE CÍVICA: o círculo virtuoso democrático da eficácia institucional. Revista ORG & DEMO, v. 6, n. 1/2, p. 69-82, 2010.

Segundo Fernandes (2000) existem duas correntes de análise que abrangem a noção de comunidade cívica: a corrente unitarista de Michael Walzer e a corrente associativista de Robert Putnam. A abordagem unitarista segue a tradição do humanismo cívico cuja tradição comum é a visão de que o papel do homem enquanto cidadão de uma democracia republicana é a participação na vida política²⁴.

Esta visão – assim como o pressuposto walzerliano – tenciona com a visão liberal igualitária de John Rawls. Novamente, Aristóteles, Maquiavel e Rousseau são os expoentes do humanismo cívico que fundamenta a corrente unitarista. Em Aristóteles temos o fundamento da virtude cívica na dedicação dos cidadãos aos assuntos públicos e ao bem comum. A vida só era boa na pólis através da participação cívica, e isto representava a participação direta dos cidadãos em assembleias nas deliberações de governo.

Os responsáveis, segundo Newton Bignotto (1991), pela transição do pensamento clássico grego, em síntese por Aristóteles, para os regimes republicanos modernos foram os humanistas Bruni, Petrarca, Salutati, chegando a Maquiavel. É importante ressaltar esses autores no que diz respeito a um resgate, em grande parte da nem sempre compreendida Idade Média, dos valores cívicos exaltados no período clássico da pólis. Como afirma Bignotto:

Essa concepção exigia do homem, como centro do universo, virtude e busca de grandeza, algo que no contexto do pensamento medieval só a graça divina poderia conceber. O tema da virtude impôs-se em um universo cultural que procurava romper com o pensamento medieval, fazendo da ação humana o núcleo de suas preocupações relacionadas com a conservação das estruturas de poder (BIGNOTTO, 1991)

Tal tradição de pensamento, como temos tentando mostrar, remonta Aristóteles e Cícero, culminando em Maquiavel a partir da noção de virtude cívica. A noção de virtude cívica é concebida a partir da ideia de liberdade do homem exercida na vida pública. (FERNANDES, 2000).

Este espaço referido, a vida pública, faz referência 1) a um espaço político delimitado que chamaremos, e assim Maquiavel também o chamou, de cidade²⁵. É na

²⁴ FERNANDES (2003;p.71)

²⁵ Fica clara aqui a tradição pelos traços políticos que se problematizam e se desenrolam na cidade.

cidade que a autonomia do jogo político territorializado possibilita o exercício da virtude cívica; 2) a comunidade cívica sob o ponto de vista que estamos tratando, a partir do entendimento de que neste espaço, ou nestes espaços, múltiplos, é possível exercer a vida pública a partir do conflito e da heterogeneidade;

Estes dois elementos são imprescindíveis para a dinâmica interna da comunidade cívica, no sentido de garantir a diversidade de interesses – sempre direcionados ao bem público primordialmente – e pela capacidade de pelo embate destes interesses, garantir uma esfera pública vigilante no que tange ao afastamento das necessidades particulares, e isso se torna possível através da estrutura constitucional que a república oferece, ou seja, uma estrutura que garanta a participação política. Que outro regime político garante aos seus cidadãos a possibilidade de participar ativamente dos negócios públicos? É a partir da estrutura política republicana que será possível o envolvimento dos indivíduos com a superação das necessidades individuais e o entendimento do bem comum a ser perseguido.

No que tange ao terceiro autor clássico da abordagem humanista, (FERNANDES, 2000) Rousseau resgata a ideia de Maquiavel sobre a república combina com a noção de consentimento, contida nas formulações do contrato social de Hobbes e Locke. No entanto, o filósofo genebrino se diferencia de Hobbes e Locke no que diz respeito à soberania do povo. É sabido que os absolutistas defensores do Leviatã primavam pela concentração do poder no Estado. Rousseau, por outro lado, transfere para os cidadãos toda a carga de responsabilidade das decisões acerca da vida pública. Neste sentido, no que toca o tema da comunidade cívica, somente através da potencialização da participação política é possível que se torne efetiva a vida de um indivíduo na república.

A abordagem de Walzer para o conceito de comunidade cívica se insere na tradição esboçada acima, desta maneira, é necessário que se entenda, antes de mais nada, os conceitos que o autor estabelece para fundamentar sua perspectiva de comunidade cívica. Primeiramente, Walzer trabalha com uma corrente crítica à teoria liberal de justiça, isto é, trabalha com a corrente comunitarista. “Os comunitaristas e especificamente Walzer definem a justiça distributiva a partir do conceito de bem, isto é, através da forma pela qual uma comunidade se associa para produzir, compartilhar, dividir e intercambiar os bens sociais”. (FERNANDES, 2000). Não é possível, segundo essa corrente, encontrar um critério universal de distribuição de bens, pois a variação dos bens é proporcional à variação de esferas onde tais bens são produzidos.

A produção destes bens se dá a partir de uma significação histórica e cultural, conectada a um território simbólico específico: a comunidade política. É neste sentido que a noção de comunidade cívica faz sentido para Walzer e se esclarece aos olhos da análise pretendida neste texto. Existe ainda uma preocupação latente, em Walzer, sobre como o republicanismo atua enquanto doutrina e de como a comunidade cívica se comporta diante de um quadro da democracia liberal.

Republicanism pelo contrário é uma doutrina integrada e unitária na qual a energia e compromisso estão focados principalmente na esfera política. É uma doutrina adaptada (em ambas as formas clássica e neoclássica) às necessidades das comunidades homogêneas, pequenas, onde a sociedade civil é radicalmente indiferenciada. Talvez, a doutrina pode ser estendida para representar uma "república de repúblicas", uma revisão descentralizada e participativa da democracia liberal. (tradução nossa)²⁶. (WALZER, 1990)

A preocupação de Walzer se localiza no sentido de enxergar a república como uma doutrina que abrange a comunidade política enquanto mecanismo de sustentação da virtude cívica que permite garantir – tanto o conflito quanto a heterogeneidade – a participação dos cidadãos. Por outro lado, a democracia liberal e suas características de abnegação e valorização da dimensão privada colocam em xeque os pilares da comunidade cívica.

Existe um segundo aspecto da teoria comunitarista de Walzer que merece destaque quando referenciada à comunidade política: a noção de igualdade complexa. Esta igualdade, apresenta-nos Machado (2012), só faz sentido se levarmos em conta os bens sociais.

Os bens sociais, por sua vez, são divididos, intercambiados e partilhados entre membros de uma comunidade. Quando membros pertencem a comunidades diferentes, estes processos tendem a ser mais conflituosos [...] A afiliação é o bem social mais importante, pois

²⁶Republicanism by contrast is an integrated and unitary doctrine in which energy and commitment are focused primarily on the political realm. It is a doctrine adapted (in both its classical and neoclassical forms) to the needs of small, homogeneous communities, where civil society is radically undifferentiated. Perhaps, the doctrine can be extended to account for a 'republic of republics', a decentralized and participatory revision of liberal democracy.

garante o acesso aos bens de diferentes esferas, como a segurança e o bem-estar social. Ser membro de uma comunidade denota ser filiado a ela. E o seu sentido resulta de escolhas sobre pertencimento, limites de natureza que cada comunidade faz, por isso é variável. (MACHADO, 2012,).

Temos então uma situação clarividente de uma comunidade cívica que, a partir da participação, da interação, do conflito e da heterogeneidade, produz bens sociais específicos e relacionados à própria comunidade. Interessante ressaltar que a heterogeneidade da comunidade em nada inviabiliza o diálogo e a produção de bens compartilháveis, públicos entre os cidadãos. Entender a significação de cada bem se torna, sobretudo, tratar de uma igualdade complexa, onde um bem não pode, como vimos, ser submetido a nenhum poder tirânico ou subjugação de outrem. (FERNANDES, 2000) Nos casos onde a tirania pode fazer parte da própria idiossincrasia da comunidade – como nas sociedades de castas altamente hierarquizadas, a cultura política se organizará de acordo com os bens produzidos naquela esfera particular.

A segunda abordagem da comunidade cívica reside na corrente neoinstitucionalista de Robert Putnam²⁷. Alvo de uma série de críticas, o trabalho de Putnam ora recebe adjetivos de telescópico, ousado, reducionista e sintético. No entanto, o que nos interessa especificamente é entender a noção de Putnam ao construir o conceito de comunidade cívica. Putnam utiliza o conceito de capital social para explicar os diferentes níveis e sistemas de engajamento cívico.

Segundo Putnam as associações civis contribuem para a eficácia e estabilidade do governo democrático, não só por causa dos seus efeitos internos sobre o indivíduo como também pelos seus efeitos externos sobre a sociedade. No âmbito interno, as associações inculcam em seus membros hábitos de cooperação, solidariedade, senso de responsabilidade comum para com empreendimentos coletivos, bem como espírito público. No âmbito externo, a articulação e agregação de interesses são intensificadas com uma densa rede de associações secundárias. (PUTNAM, 2006)

Estes dois lados, interno e externo, das associações civis se caracterizam pelo grau de estabilidade propiciado ao sistema político a partir de hábitos inculcados aos membros. Hábitos estes que reforçam um sentimento de pertença e um compromisso com o espírito

²⁷ Putnam realizou um estudo comparativo de mais de 20 anos na Itália com o intuito de compreender o desempenho institucional italiano a partir dos níveis de civismo nas diferentes regiões do País.

público. Por outro lado, a intensificação de uma rede de associações secundárias não gerará obrigatoriamente uma região mais cívica. Putnam descreve três tipos de associações que não são comunidades civis, mas alternativas à comunidade cívica: os sindicatos, a Igreja e os partidos políticos. Tentamos identificar a negatividade deste engajamento cívico através das pesquisas realizadas entre afiliados partidários, religiosos e sindicalizados. Os resultados mostraram, (PUTNAM, 2006,) que também no plano individual parece haver uma incompatibilidade entre sentimentos religiosos – ou partidários – e engajamento cívico.

Dos italianos que vão à missa mais de uma vez por semana, 52% dizem que raramente lêem jornais e 51% dizem que jamais discutem política; entre os ateus confessos, os índices correspondentes são 13 e 17%²⁸. Os que vão à missa demonstram maior satisfação com a vida e com o regime político vigente do que os demais italianos.

É evidente que um dos pontos criticados de todo o trabalho de Putnam é a imensidão do seu universo comparativo, isto é, talhar a Itália em duas a partir de questionários aplicados com conselheiros, via telegrama, durante duas décadas. Ainda que possamos olhar para os dados com certo receio, eles são importantes muito menos por sua precisão estatística e mais por questões outras, como por exemplo, a relação entre um capital social negativo – como no caso das associações mafiosas – e a presença de associações civis no jogo político. A fecundidade do trabalho de Putnam, para os nossos propósitos, reside em estabelecer um conceito que, iniciado em Tocqueville, caminhava sorrateiramente no bojo teórico da disciplina. O mérito de Putnam, a nosso ver, é de construir um limite conceitual para o conceito de comunidade e, indo além, de adjetivá-lo politicamente. Existem aspectos – como o religioso – que aparece como via de escape para a comunidade cívica, secular, laica e republicana. É neste sentido que a comunidade religiosa se configura como uma associação paralela à comunidade cívica, que não procura agregar outros valores, pelo contrário, institui os seus próprios de maneira cristalizada e estabelece uma proteção para inclusão de novas acepções aos bens sociais – para utilizar uma categorial walzeriana – dentro da comunidade. No caso do partidarismo, trata-se de um valor político agregado, mas que não se relaciona com os aspectos da isonomia ou da isegoria ou mesmo com o horizonte do consenso. Trata-se meramente, nestes casos de uma luta pelo poder. Em última análise, a falta de virtude cívica é denominada por Putnam de familismo amoral.

²⁸ PUTNAM, op.cit.

Politics involves genuine relationships with people who are genuinely other people, not tasks set for our redemption or objects for our philanthropy. They may be genuinely repulsive to us, but if we have to depend upon them, then we have to learn to live with them. (CRICK, 1962)

Não basta, portanto, que seja invocado o nome da política como valor que agregue, ou deva agregar os indivíduos – em partidos políticos, por exemplo – em uma associação civil. Deve existir um valor de respeito e consideração pelo outro enquanto elemento importante na construção do consenso sobre o bem público.

Na busca por origens históricas da comunidade cívica, e da fonte congregadora de capital social, Putnam estabelece a seguinte questão: O Estado é capaz de produzir capital social ou as regiões menos cívicas estão fadadas ao verticalismo das relações institucionais, do clientelismo e do familismo amoral? Decerto, a resposta a esta questão não se encontra na mesma obra, no entanto, é importante pensar em termos de uma geração mútua, de sociedade civil e Estado, tal qual a corrente associativista de Putnam preconiza.

O aspecto fundamental na teoria democrática de Tocqueville é a associação entre liberdade e igualdade. É a igualdade o princípio democrático fundamental que vai explicar a democracia. Essa igualdade a que Tocqueville se refere é uma igualdade cultural e política entre as pessoas, não econômica, que poderia ser traduzida como iguais oportunidades de educação e uniforme garantia de direitos. (FERNANDES, 2000).

Diante deste cenário, faz-se necessário trazer à luz do debate aspectos da *comunidade tradicional*. O conceito ao qual nos referenciamos tem uma matriz referencial ligada ao decreto presidencial de 2007:

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (Decreto 6.040/2007; Art. 3 In I)

O intuito aqui não é de problematizar definições antropológicas a respeito do termo²⁹, mas de pensar sob quais maneiras esta comunidade tradicional operaria enquanto uma comunidade cívica de indivíduos engajados politicamente. O amadurecimento reflexivo sobre esta encruzilhada nos possibilitou minimizar o tamanho da dualidade presente entre comunidade tradicional e comunidade cívica. A pergunta inicial era: qual prevalece? Em que termos? Em quais momentos é possível identificar uma transição? Em verdade o primeiro passo para se obter respostas inteligíveis é fazer perguntas inteligíveis e a questão primordial sobre a prevalência entre os dois conceitos não reside em nenhum dos dois. Pelo contrário, ela se encontra numa dimensão unificada que consiga abarcar, não de maneira integral, elementos comuns as duas propostas. O presente trabalho analisa um tipo particular de comunidade tradicional e enquanto tal estas formas próprias de organização social se manifestam nas ações destes grupos. O contraste se apresenta precisamente nos mecanismos de decisão política, quais sejam, os mesmos instrumentos de seleção de representantes e participação política que grupos não quilombolas dispõem. Uma questão surge e ela nos acompanhará durante o trabalho: em que medida traços culturais influenciam na representação política?

Vejamos, a dificuldade de compreensão advém tanto da Antropologia minimizar a análise dos caracteres políticos de uma comunidade tradicional ao passo que a tradição de pesquisa da Ciência Política preocupa-se com processos que se concentram na sua grande maioria no aglomerado urbano e suas complexidades já consagradas há década. Então como sair deste impasse?

Se admitirmos as características de uma comunidade cívica – a partir de elementos de cultura cívica já mencionados aqui (confiança interpessoal, satisfação vital, entre outros) em um contexto de grupo humano onde os indivíduos estão circunscritos territorialmente e também ressignificam este espaço geográfico impregnando-o de símbolos e signos que o remetem à uma coletividade pode-se dizer que falamos a respeito de uma *comunidade política rural culturalmente diferenciada*,

²⁹ Há um reconhecimento de que a Antropologia tem trabalhado exaustivamente a partir da segunda metade do século XX com grupos étnicos (quilombolas no caso específico deste trabalho). No entanto, a discussão aparentemente infundável sobre detalhes semânticos por parte daqueles que definem e sobre aqueles que são definidos não fazem parte do escopo maior deste esforço. O embate interno dentro da disciplina caminha no propósito de consolidar – junto aos indivíduos que dizem respeito todo o empreendimento intelectual – um sentimento de pertença sobre aquilo que aparentemente os define. Para os objetivos do trabalho optamos por uma definição razoavelmente pacífica e que funciona bem para caracterizar aqueles que estamos tratando.

a saber: estes traços étnicos se referenciam em uma identidade e ancestralidade negra. Estes elementos por sua vez são tomados pelos representantes da comunidade³⁰ como comuns à todos os membros desta localidade. Trata-se então de uma comunidade onde o elemento político está presente e latente no cotidiano dos indivíduos. Em que pese não se tratar, por elemento político, o período eleitoral de escolha de representantes ao legislativo, mas à participação nas negociações públicas da comunidade (principalmente através da associação de moradores). Não se trata de uma simples louvação ou defesa genérica da organização/engajamento destes ou daqueles indivíduos, mas de fazer um esforço – ainda que preliminar – de visualizar quais as particularidades do contexto político. Este trabalho nasceu especificamente da tentativa de problematizar os discursos apaixonados sobre comunidades tradicionais serem os redutos últimos de originalidade, tradicionalidade e harmonia social no meio da turbulência dos processos “complexos e modernos” das grandes cidades, da sociedade nacional, etc. Estas comunidades não estão imunes às contradições encontradas na engrenagem representativa moderna e é preciso lançar mão destes problemas.

Voltando ao cerne da resolução encontrada. Entender estas comunidades como dotadas de cargas políticas que se encontram e se confrontam em uma esfera pública repleta de interesses – em alguns casos completamente opostos – é uma tarefa que envolve acima de tudo uma reflexão a respeito do papel da representação na articulação de vozes que em um primeiro momento soam como antagônicas. O aspecto do antagonismo é apenas um elemento para corroborar nossa perspectiva de que um grupo culturalmente diferenciado não é perfeitamente homogêneo como pode querer deduzir um observador desavisado.

Há uma latência interna por reconhecimento e isto nos parece razoável e aplicável a quaisquer outros grupos que por ventura tenham o intuito de buscar melhoria na qualidade de vida e de direitos garantidos constitucionalmente. No entanto, esta latência por si só não é suficiente. Em um primeiro momento, podemos inferir de maneira preliminar que a partir do amadurecimento organizacional e da presença de lideranças capazes de articular estas vozes de reivindicação, é viável levantar possibilidades de espaços institucionais que advoguem em defesa de uma luta específica.

³⁰ As relações entre os representantes (vereadores) e a comunidade serão melhor detalhados no capítulo 3.

Seyla Benhabib³¹ menciona aspectos que valem o registro a respeito da novidade que estes grupos trazem para o campo político à medida que exigem reconhecimento legal e uma redistribuição do Estado no que tange recursos e meios para garantir estas especificidades culturais (BENHABIB, 2006).

Ora, essa política identitária reivindicada coloca o Estado – e suas instituições representativas - em verdadeiros “embates culturais”. Existe uma forquilha que propõe: estimular a propagação destas diversidades ou estabilizar as identidades sob a mesma égide nacional. No entanto, ambas as posturas conservadoras e progressistas partem de premissas inválidas. 1) As culturas não são totalidades claramente delineáveis. Isto deve estar bem claro para que não se procure atomizar práticas culturais com o objetivo de classifica-las sistematicamente em uma prateleira de outras práticas, cada uma fazendo correspondência a um tipo puro de quaisquer sociedades. 2) As culturas são consistentes com os grupos da população e é possível fazer uma descrição sem contestação da cultura de um grupo. Ora, este ponto se conecta de maneira direta com o primeiro. Se não é tão simples estabelecer uma fronteira étnica, descrevê-la de maneira não problemática parece uma tarefa bastante árdua. 3) “mesmo quando as culturas e grupos não correspondem exatamente em conjunto, e embora não haja mais do que uma cultura *dentro* de um grupo humano que pode partilhar as mesmas características culturais, isso não implica problemas significativo para as políticas” (BENHABIB, 2006). O olhar reducionista a respeito de características culturais substancializa tanto as práticas como o entendimento coletivo sobre estas.

Neste sentido, o papel da representação política em grupos étnicos é o de canalizar estas demandas de maneira que estes indivíduos de alguma forma sintam-se incluídos nas práticas e discursos dos representantes, e por consequência, incluídos nas ações das instituições públicas. Parece-nos que, independentemente de estar em um contexto étnico ou não, este é o papel da representação em qualquer grupo de indivíduos. Sua função operacional de conduzir informações entre sociedade e instituições é primordial e deve ser levada como prioridade para que se possa estabelecer canais de diálogo e reciprocidade. Como veremos no próximo capítulo, o papel do representante não é o de apenas organizar uma comunidade política, mas de ser responsivo a ela, fazendo com que suas ações sejam reflexo das flutuações

³¹ BENHABIB, Seyla. Las reivindicaciones de la cultura: igualdad y diversidad em la era global – Buenos Aires: Katz, 2006

daqueles que o elegeram. Vale ressaltar, como já mencionado aqui anteriormente, os vestígios que as ações dos representantes provocam na esfera pública criam um caminho visível sobre as decisões tomadas, sobre posicionamentos e atitudes. Este percurso facilitam a identificação de posturas e deve ser mutuamente reconhecido pelo seus eleitores/comunidade.

Representação e participação enquanto construções políticas de afirmação coletiva.

Diante da discussão do capítulo anterior temos elementos suficientes para colocar os termos de um problema suficientemente relevante: 1) como funciona a representação política nos grupos étnicos? Além disto, 2) como estes se utilizam dela para organizar suas demandas internas? Como desdobramento destas questões enxergamos a participação como elemento agregador de identidades coletivas reivindicadas por estes indivíduos. Para tanto, é preciso regressar historicamente para compreender o processo de formação destas comunidades – no caso específico do Maranhão – desde a sua origem histórica e mitológica³² para sua etnogênese, (Oliveira, 1996) a partir do Estado brasileiro, em especial a CF/88.

Interessa saber a respeito das questões organizacionais destas comunidades e principalmente de como elas amadureceram seus processos decisórios. Uma vez que nosso estudo tem como ponto convergente a atuação dos vereadores quilombolas, acreditamos que a eleição de um representante institucionalizado para o poder legislativo municipal é resultado de um caminho político consolidado. Como já foi mencionado anteriormente, esta é uma hipótese de pesquisa. Assim, a capacidade de articulação dos agentes internos desemboca no fortalecimento de uma agenda pública de pautas emergentes a serem atendidas.

³² Mitológica no sentido de um discurso sobre a formação inicial do povoamento ancestral no lugar geográfico atualmente ocupado.

O Maranhão dispõe de uma quantidade significativa de trabalhos que realizaram ao longo dos últimos anos uma verdadeira empreitada antropológica no que tange a investigação sobre comunidades quilombolas. Utilizamos aqui o trabalho de Alfredo Wagner Almeida como referência na discussão sobre terras de uso comum. Por uso comum se entende estratégias engendradas por diversos segmentos camponeses objetivando a permanência na terra. (ALMEIDA, 2008). Podemos situar as comunidades quilombolas dentro de categorias endógenas como “terras de preto”, “terras de santo”, “terras de santíssima” utilizadas pela literatura especializada para caracterizar o processo de herança ou compra da terra por parte de ex-escravos ao longo da derrocada da monocultura do algodão entre os séculos XVIII e XIX. Os negros que permaneceram na terra procuraram então alternativas de sobrevivência, naquilo que pode-se chamar de sentido histórico do termo “quilombo”. Esta geração de resistência de alguma forma desenvolveu peculiaridades com o território em questão, reforçando laços não materiais com o espaço. A questão pertinente que toca os objetivos deste trabalho posiciona-se precisamente no intervalo temporal entre a fixação destes grupos – uma vez ‘livres’ do sistema escravocrata – e a reorganização política afim de assegurar direitos garantidos pelo Estado.

A constituição federal de 1988 no art. 64 deixa claro a posse da terra para os remanescentes dos quilombos, cabendo ao Estado assegurar a sua efetivação. Isto não só reacendeu o debate a respeito de identidades que estiveram “adormecidas” por décadas como conseguiu redimensionar toda uma engenharia fundiária que vigorava no país de 1850 com a lei de terras. Este ponto é salutar pois a partir da possibilidade regularização de terras historicamente ocupadas/reivindicadas por estes grupos surge uma necessidade intrínseca de organização. No entanto, há uma etapa anterior que deve ser mencionada: a autodefinição da comunidade dentro dos limites étnicos previstos pela constituição. Esta menção diz respeito àquilo que é entendido como a posição política assumida pelos membros do grupo com relação aos direitos reivindicados.

Revisitando a literatura a respeito da organização social dos quilombos, o caráter hierárquico foi um elemento marcante dentro das primeiras experiências comunitárias mencionado quase sempre como uma estrutura dominante de poder centralizada na figura

de uma liderança firme e “controversa”³³. A questão sobreposta historicamente a estas primeiras experiências se deu, no caso maranhense, às terras de uso comum também ocupadas por negros e negras que permaneceram na terra após a quebra da economia. Ora, Almeida nos mostra que a maneira de decisão política e gestão territorial é horizontal e principalmente familiar. Núcleos familiares – extensos ou não – que foram eficientes na perpetuação do grupo no território, apesar de todas as pressões externas.

Os sistemas de uso comum tornaram-se essenciais para estreitar vínculos e forjar uma coesão capaz, de certo modo, de garantir o livre acesso à terra frente a outros grupos sociais mais poderosos e circunstancialmente afastados. Uma certa estabilidade territorial foi alcançada pelo desenvolvimento de instituições permanentes, com suas regras de aliança e sucessão, gravitando em torno do uso comum dos recursos básicos. Este passado de solidariedade e união íntima é narrado como “heróico” pelos seus atuais ocupantes, mais de um século depois e também visto como confirmação de uma regra a ser observada para continuarem a manter seus domínios (ALMEIDA, 2008, p.115)

Temos então a tese da descontinuidade assumida como explicação para a questão da organização política nos quilombos que foram documentados ao longo da história da escravidão no país. No Maranhão, os registros de comunidades remanescentes estão em sua totalidade vinculadas à questão da terra de uso comum, o que contrasta ferozmente com a versão de poder verticalizada de quilombos com organização hierárquica. Desta forma, não houve uma uniformidade no que diz respeito aos traços de um *ethos* étnico, pelo contrário, temos a caracterização de formas peculiares de deliberação sobre o espaço social em questão.

A oralidade, a tradição e a ausência de regras formais escritas torna a representação nas comunidades quilombolas um fenômeno desenvolvido ulteriormente a constituição federal de 1988, no movimento de adequação destas comunidades a uma garantia fundiária prevista pela Carta Magna.

1. Representação como consequência do associativismo

Diante de um cenário favorável de sinalização a respeito do reconhecimento de terras tradicionalmente ocupadas, houve momentos importantes que merecem destaque, a citar 1) o embate ideológico de antropólogos e sociólogos na caracterização simbólica

³³ A disputa antropológica sobre as características objetivas e subjetivas da personalidade Zumbi dos Palmares definitivamente não é o cerne do debate. Interessante apenas ressaltar que a estrutura política dos quilombos primeiros era verticalizada.

destes grupos diante de um encaixe institucional de políticas públicas que, senão de outra forma, funcionaram na América Latina por recriar identidades que de alguma forma estiveram marginalizadas diante de ações estatais ou mesmo desarticuladas do ponto de vista de suas cosmovisões; 2) Empreitadas antropológicas – institucionalizadas ou não – junto aos indivíduos pertencentes ao referido grupo étnico no que marcou o início do diálogo entre categorias endógenas e exógenas. Em outras palavras, marcou o início da sincronia cultural sobre um conceito externo e alheio aos indivíduos para sua aproximação com a prática propriamente dita do cotidiano. 3) Início do associativismo em comunidades negras rurais a partir dos termos fixados na lei e dimensionados por agentes externos – operadores de políticas públicas, missionários, antropólogos, etc.

É possível ponderar com mais profundidade a respeito dos aspectos mencionados acima. Em primeiro lugar a América Latina vivenciou nas últimas três décadas um processo completamente oposto ao do que tem se desenvolvido em outros países. Enquanto nos Estados Unidos objetiva-se a *superação* de termos étnicos com políticas cada vez mais inclusivas e universais, a Europa por sua vez em políticas que visam a *desterritorialização* dos grupos étnicos inseridos ao longo do continente, o processo aqui se deu em especial na valorização do multiculturalismo em referência a identidades nacionais. O caso brasileiro ganha tons ainda mais específicos quando fica assegurada a posse definitiva das terras para estas populações. Em segundo lugar existe o ponto conceitual de definição acadêmica sobre estas comunidades. Ela também se relaciona com aspectos de (des) continuidade baseados em tradição, ancestralidade, identidade e diversos outros elementos simbólicos. No entanto, é interessante mencionar como neste primeiro momento pós CF/88 diversas disputas – para além do entendimento dos internos – são travadas mediante a asseguuração de uma legitimidade sobre estes grupos. Por último, o movimento que se inicia a partir da década de 1990 com a criação de associações de moradores no intuito de se aproximar das ações estatais. Embora a representação política esteja efetivada de uma maneira visível somente a partir dos anos 2000, foi na década de noventa que as lideranças quilombolas conseguiram formar sua rede de contatos como presidentes destas organizações. A partir do decreto presidencial 4.887/2003 que regulamentou o processo de regularização fundiária destas comunidades, as lideranças que se consolidaram durante os anos em que o associativismo cresceu e amadureceu nestas comunidades passaram a se articular com órgãos governamentais – e também não governamentais – de todas as esferas para que o processo fundiário estivesse

em movimento. Uma vez que as políticas públicas de âmbito federal todas estavam³⁴ atreladas a regularização do território.

A dimensão existente de identidades reforçadas a partir de um espelho estatal que amplia a discussão e sobretudo estimula a regulamentação de cidadanias culturais é vista por Lifschitz (2011) como uma característica do Estado brasileiro no âmbito de ações afirmativas de reparação histórica. A nossa proposta é de que a representação política em comunidades quilombolas é resultado deste processo. Isto é, a partir do momento em que grupos étnicos têm a possibilidade institucional de reivindicar bens e serviços, o seu capital social se desenvolve em algum grau. Neste ponto em específico o associativismo opera como segundo elemento de interseção entre representação e participação dos indivíduos na vida comunitária. Ao passo que ele demanda o envolvimento dos membros do grupo, este envolvimento se desenrola – no caso dos vereadores pesquisados – em uma capacidade de interlocução por parte dos membros de destaque entre a comunidade (representados) e as instituições públicas.

A literatura sobre associações civis na América tem se desdobrado ao longo dos anos em compreender sob quais influências os indivíduos assumem posições objetivando o bem coletivo. Indo além, de que maneira inovações cívicas surgem no campo político para redefinir estas atuações. O capital social acumulado da relação de diálogos estabelecidos entre agentes governamentais e membros de associações civis provoca um resultado clarividente: amadurecimento de estilos cada vez mais refinados de representação política, (SIRIANNI, 2001) – de minorias étnicas, no caso brasileiro e de uma etnicidade afro-brasileira no caso maranhense. O que presenciamos ao longo da década de 1990 foi nada mais nada menos que projetos políticos se desenvolvendo com mais esmero com o objetivo de vocalizar as demandas destes grupos: organizações não governamentais, associações religiosas, coletivos de luta, sindicatos profissionais, etc. De algum modo estas demandas foram incluídas – ainda que de maneira vagarosa – na pauta diária de cada uma destas organizações.

O que foi decisivo para inclusão nos últimos anos de vereadores quilombolas no Estado do Maranhão? A pergunta é pertinente e pode ser compreendida a partir de alguns aspectos:

³⁴ Elas ainda estão, mas em um nível mais flexivo.

1. O fomento estatal de recriar identidades étnicas, assegurando seus territórios constitucionalmente.
2. Desenvolvimento de um capital social e inclusão destes indivíduos sob uma perspectiva cidadã.
3. Engajamento de minorias por participação política.
4. Organização destes grupos através de associações de moradores.
5. Atuação de agentes externos no suporte de demandas (ONG's, entidades religiosas, pesquisadores, etc).
6. Aparição de coletivos de luta como representantes destes grupos.
7. Definição dos procedimentos legais para a regularização fundiária de comunidades quilombolas.
8. Representantes políticos eleitos para mandatos individuais no legislativo municipal.

Estes elementos talvez sejam inteligíveis na empreitada de explicar quais fatores objetivos permitiram que lideranças quilombolas enxergassem o legislativo municipal como instituição política capaz de canalizar demandas. Seja pela estratégia de aumentar os vias de diálogo com o Estado, seja pela condição pragmática de ter eleitores suficientemente engajados em colocar um representante interno no legislativo.

De qualquer forma, a questão pertinente parece-nos ser a de que “na verdade, a inovação cívica muitas vezes surge da iniciativa de atores estatais ou se sustenta através de vários tipos de suportes dos governos”³⁵. (SIRIANNI, 2001). O exemplo norteamericano parece apropriado para o caso local em tela à medida em que estímulos estatais tornaram possíveis a reivindicação por parte de minorias étnicas.

O movimento foi claramente alterado após o fim da segunda guerra mundial, onde o regime liberal – que preconiza a separação entre igreja e estado – agora assume a postura de se distanciar das questões referentes a etnicidade. Ora, até este período havia uma tradição política clássica – que nos remete aos gregos – de que a assimilação de minorias agiliza fortifica a democracia. Da mesma forma tanto Mills como Mosca viam as minorias politicamente inativas como incapazes de contribuir para o processo político, pois elas frequentemente não sabem o que querem. Esta mudança, como temos tentado mostrar,

³⁵ Indeed, civic innovation often emerges fro the initiative of state actors or is sustained through various kinds of governments supports

contribui para uma visão que não intenta homogeneizar estas lógicas diferentes dentro do mesmo território nacional, mas de alguma maneira aprender a conviver com cosmovisões baseadas em outros signos culturais.

A peculiaridade dos governos latino-americanos, em especial Brasil e Bolívia, é o de não somente interromper a catequização oficial mas de incentivar a manutenção destas identidades idiossincráticas, fomentando políticas públicas de melhoria da qualidade de vida destes grupos. Em especial por aqui, a redemocratização trouxe a retomada de um modelo de cidadania pautado na garantia de direitos inalienáveis, e isto se estendeu, ainda que uma década depois, as comunidades remanescentes dos quilombos.

A partir da década de 1990, políticas afirmativas para minorias difundiram-se em todos os países ocidentais. Porém, foram introduzidas em um caráter temporário e meramente “terapêutico”, mas na transição para o século XXI quadro já era outro. Com a intensificação das migrações étnicas internacionais foram-se adotando políticas de diferenciação entre grupos étnicos nacionais e não nacionais e entre migrantes legais e ilegais, recolocando o tema do “estrangeiro” (LIFSCHITZ, 2011; p.111)

A postura dos estados europeus é radicalmente diferente do que se processou na América Latina. Enquanto na Europa os governos basicamente trataram a questão étnica sem alterações na estrutura fundiária, a posse de territórios foi primordialmente evidenciada no Brasil, ainda que sua efetivação seja o outro lado da moeda de diálogo com o Estado.

De fato as comunidades remanescentes de quilombos emergiram como categoria política no contexto do reconhecimento do Estado, quem promoveu a recriação da categoria social ‘quilombo’ que até então tinha uma dimensão exclusivamente histórica. A dimensão estatal neste modelo de recriação étnica é marcante. Contudo, há diferenças importantes com relação às identidades políticas que emergiram [...] (LIFSCHITZ, 2011; p 112)

Falamos então de uma perspectiva dialógica completamente oposta àquela que outras organizações civis se desenvolveram no país. Não se trata de comunidades contra o Estado, mas de comunidades a partir do Estado, isto é, articuladas politicamente desde uma vontade estatal de reconhecimento e estímulo de lógicas culturalmente deslocadas do eixo do desenvolvimento nacional. O fato de a categoria ser eminentemente exógena é um dos aspectos importantes a serem ressaltados, pois denota como houve deveras uma

necessidade intrínseca de trabalho árduo para enquadramento de diversas situações comunitárias naquilo que a Constituição Federal versa.

Somente em 2007 o governo Lula emite o decreto 6.040 que explicita quais povos e comunidades tradicionais e quais os termos – sejam eles restritos ou abrangentes – prevaleceriam na regularização fundiária. A pressão por um documento que fixasse regras e definições foi resultado de uma inércia por parte dos órgãos responsáveis e também pela desaceleração da pressão por parte dos movimentos sociais.

No Maranhão, as lideranças que estavam mobilizadas com as comunidades quilombolas assumiram funções institucionais dentro do aparelho estatal, transferindo seu papel social para o de “operadores de políticas públicas de reparação histórica”. Essa transição foi vista como positiva por muitos setores do movimento negro do Estado, pois as lideranças transmitiram com fidelidade a difícil realidade vivenciada pela resistência étnica. No entanto, a falta de oxigenação no quadro de lideranças congelou em termos as ações conjuntas. Nestes termos, o fluxo comunicativo de interesses foi reformulado e as adaptações ainda sofrem ruídos.

2. Participação política para além do pressuposto de Putnam

Outro aspecto de interseção que merece destaque na análise do quadro das comunidades quilombolas do Maranhão diz respeito a participação política engendrada no seio do grupo. A referência clássica do associativismo em estudos de profundidade diz respeito ao trabalho de Putnam – já citado no capítulo anterior –. A questão que nos interessa aqui é o parâmetro estabelecido por Putnam do associativismo com relação a questão da religiosidade na Itália (PUTNAM, 2011). Longe de qualquer intenção de criar comparações entre processos histórico-políticos completamente diferentes, mas é possível realizar uma discussão de como nas comunidades quilombolas do Maranhão o momento de desenvolvimento da participação política foi capitaneado por entidades religiosas que direta ou indiretamente promoveram algum grau de engajamento cívico nas lideranças comunitárias ao longo de décadas de contato. A tese defendida por Putnam contraria o que aconteceu no território das comunidades.

A religião organizada, pelo menos na Itália católica, é uma alternativa à comunidade cívica e não um elemento integrante desta [...] Os vínculos verticais de autoridade são mais característicos da Igreja italiana do que os

vínculos horizontais de solidariedade. Os que vão à missa demonstram maior satisfação com a vida e com o regime político vigente do que os demais italianos. Eles parecem estar mais preocupados com a cidade de Deus do que com a cidade dos homens. (PUTNAM, 2011; p.121)

A Comissão Pastoral da Terra foi fundada em 1975³⁶, durante um encontro em Goiânia. Convocada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) ela se instalou com o intuito de fornecer suporte aos trabalhadores rurais contra os abusos exercidos pelo regime militar. Este suporte chega aos trabalhadores com a carga ideológica conhecida de longa data, mas no contexto de autoritarismo da época, apoiar-se em algum agente interessado na pauta fundiária foi a melhor – ou única – escolha destes indivíduos.

A formação política associada a uma visão de esquerda por parte dos integrantes da CPT possibilitou que lideranças comunitárias tivessem acesso a uma série de informações a respeito de questões oriundas da própria política fundiária, caminhos burocráticos no que tange ao Estado, e uma dimensão política que em último caso é conflitante com a própria ideia já rebatida aqui de identidades reforçadas por um espelho estatal. Diversos movimentos sociais se estabeleceram no Brasil com uma postura combativa sobre o Estado naquilo que se costuma chamar “sociedades contra o Estado”. A noção de “sociedades (étnicas) a partir do Estado” é uma das várias contradições existentes e nutridas ao longo dos anos por ambos os atores que, em virtude da novidade, ainda encontram dificuldades para se situar em toda esta seara.

Neste aspecto, ainda que o protestantismo tenha adquirido força na última década, o catolicismo sincretizado nas comunidades quilombolas ajudou a desenvolver um engajamento de lideranças que partiram para uma ofensiva contra a estrutura fundiária. Com isto queremos dizer que a religiosidade não assumiu valores anticívicos, mas que operou como motor no que diz respeito ao engajamento político em específico dos representantes políticos pesquisados.

A questão da participação política vinculada a caracteres religiosos pode servir de base para o tópico que demonstraremos a seguir, qual seja de enxergar a participação como elemento agregador da vida pública dos indivíduos do grupo étnico.

³⁶ <http://www.cptnacional.org.br/index.php/quem-somos/-historico>

Voltemos a questão de terras de uso comum como elemento de descontinuidade para a questão da deliberação sobre questões comuns aos membros do grupo étnico. Isto posto, o elemento político de decisão é basicamente horizontal e orientado para a maioria. Utilizaremos aqui o *princípio forte de igualdade* de Dahl para ilustrar a questão, inserida numa perspectiva de ordem democrática:

1) as decisões obrigatórias só podem ser efetuadas pelas mesmas pessoas que estão submetidas a estas decisões. Isso é necessário para respeitar o princípio da autodeterminação que exprime a ideia de que todos os cidadãos estão em condição de igualdade – Igualdade Intrínseca- para definir seus interesses; 2) cada cidadão é o melhor juiz dos seus próprios interesses; 3) para tomar decisões obrigatórias deve-se considerar como igualmente válidas as opiniões de todos os cidadãos a respeito da conveniência de se adotar as políticas propostas. Tais fundamentos requerem, ainda, o princípio de equanimidade, segundo o qual os bens escassos e valorizados devem, em geral, ser distribuídos de forma equitativa: que a cada pessoa se dê uma porção igual ou, se for impossível isso, que tenham oportunidade igual de obter o bem escasso. (DAHL, 1992, p.133, 134)

Num contexto não hierárquico como este familiar que fazemos menção, a questão da igualdade intrínseca dahlsiana surge como mecanismo explicativo de atuação dos indivíduos na coletividade onde não existem focos explícitos de poder, mas uma divisão mais ou menos igualitária sobre como esses papéis são exercidos na arena pública de decisão. De um ponto de vista associativista, Dahl prossegue

...todos os membros adultos de uma associação são suficientemente bem qualificados, de forma geral, para\ participar da tomada de decisões coletivas de caráter vinculativo que afetam seu bem ou seus interesses, ou seja, qualificados para ser cidadãos plenos do demos. Mais especificamente, quando as decisões vinculativas são tomadas, devem ser contadas como válidas – e igualmente válidas – as pretensões de cada cidadão quanto às leis, regras, políticas etc., a serem adotadas (DAHL, 2012; p.164.)

Se considerarmos a noção normativa da teoria democrática de Dahl, a qualificação plena de indivíduos é e sempre será um ponto polêmico. No entanto, nos interessa perceber a capacidade de delimitação de um corpo político que se reúne e delibera sobre aspectos cotidianos referente à vida em comunidade. Desta forma, o traço da participação política nas comunidades pesquisadas foi um elemento indispensável para que determinados avanços pudessem ter sido alcançados. Cito alguns exemplos: 1)

autodefinição da comunidade quilombola; 2) Eleição de membros da diretoria da associação de moradores; 3) Negociação de reivindicações junto a órgãos fundiários; 3) Aquisição de moradias populares por meio de programas federais; 4) Construção de escolas municipais para atendimento dos alunos da comunidade. Estas questões postas do ponto de vista ideal são todas passíveis de discussão e serão exploradas a seguir.

Todas as cinco comunidades pesquisadas são autodefinidas e certificadas pela Fundação Cultural Palmares enquanto remanescentes de quilombo. Ou seja, passaram por um processo coletivo de autorização por parte dos seus membros (autorização interna) e também por um órgão estatal³⁷ (reconhecimento externo). A autorização interna consiste em vários módulos de reuniões gerais com a totalidade – quase sempre – dos indivíduos e diálogo sobre elementos culturais peculiares à própria história do lugar, isto é, fronteiras étnicas que a literatura antropológica se refere como sinais diacríticos. Os problemas da teoria dahlsiana começam a ser enxergados neste ponto. O “ritual” envolve sobretudo um déficit nas informações a respeito do processo de autorização.

São elementos absolutamente intrínsecos (a participação política dos indivíduos de um grupo social, o processo de autorização derivado desta participação e a representação política enquanto resultado da autorização) e, portanto, merecem ser analisados na conjuntura teórica que a literatura exige, entretanto em que pese o caráter peculiar do tema estudado. Ugarte problematiza a questão da participação sob três diferentes grupos de teorias democráticas (UGARTE, 2004)

³⁷ Fundação Cultural Palmares (FCP) vinculada ao ministério da cultura.

Teoria econômica e elitista de democracia	Teoria deliberativa de democracia	Teorias constitucional-substantivas
<ul style="list-style-type: none"> • processo democrático "realista" • escola do <i>public choice</i> • Política como atividade difícil em que nem todos querem ou podem participar 	<ul style="list-style-type: none"> • todos os potenciais destinatários devem participar das decisões coletivas • tomada de decisões deve ser resultado do intercâmbio entre racionalidade e imparcialidade • cidadãos inspirados por um espírito cooperativo atuam com razoabilidade 	<ul style="list-style-type: none"> • ideal democrático e constitucional relacionados • direitos fundamentais como dimensão substantiva da democracia • vinculada a aspectos cristalizados e primários da vida coletiva

Fonte: UGARTE, 2004 (Elaboração própria)

A partir deste referencial, podemos identificar que a relação entre participação política e democracia não é intocável e pacífica dentro de um lugar-comum. Visões díspares enxergam a participação a partir de vieses radicalmente opostos. Neste sentido, localizar a noção participativa vigente nas comunidades quilombolas é tarefa primeira desta empreitada.

A teoria economia de democracia, por exemplo, oriunda de uma escola schumpeteriana que vê o processo democrático de maneira realista, ou seja, que acredita mais na participação como ferramenta para escolha de líderes do que propriamente na decisão efetiva.

A teoria de Schumpeter teve uma grande influência na escola que, não sem certa arbitrariedade, chamarei de “escola do *public choice*” que algumas décadas domina a ciência política norte-americana [...] Para Schumpeter a política é uma atividade difícil na qual nem todos podem, querem ou devem participar, o que importa é que a maioria dos que efetivamente participam, a partir de seus interesses egoístas e de seus poderes reais, determinem quem deve decidir por todos (UGARTE, 2004. P.98)

Decidir os representantes de maneira coerente já é papel suficiente para os membros de uma comunidade, haja vista que a política é uma tarefa por vezes tida como indigesta. Pelo lado completamente oposto, a teoria deliberativa, conhecida e difundida

em larga escala por Habermas e seus comentadores, prevê como elemento central o procedimento político pautado na razoabilidade

Este conjunto de teorias considera que a participação dos cidadãos na deliberação e na tomada de decisões constitui o elemento central da democracia. Para os deliberativistas, em oposição às teses do *public choice*, os cidadãos estão inspirados por um espírito cooperativo, atuam com razoabilidade – que não se reduz a uma mera racionalidade interessada – e se respeitam mutuamente. E mais, uma concorrente construtivista da democracia deliberativa que, mediante a deliberação racional, imparcial e respeitosa, é possível construir decisões moralmente corretas (UGARTE, 2004. P.98)

O cerne visível da corrente deliberativa é a inclusão ativa do maior número de indivíduos possíveis dentro do processo democrático³⁸. O que se aproxima da linha de Dahl exposta acima. O terceiro grupo lida com questões vinculadas e de alguma as associa a direitos fundamentais que se consolidaram em meados do século XX – precisamente no período do pós-guerra. A comunidade política então não contraria em hipótese alguma questões que já são consenso, ficando a participação restrita a temas secundários.

Em termos analíticos, o realismo da *public choice*, que chamaremos aqui também por motivos semânticos de pessimismo flerta com desinteresse, desinformação e acumulação oligárquica. Por outro lado, a visão idealista enfrenta questões operacionais por confiar todo seu embasamento em um “espírito” integralmente altruísta. A teoria constitucional/substantiva por sua vez coloca a participação num lugar meramente decorativo, direcionando os poderes de mudança para os juízes – agentes constitucionais.

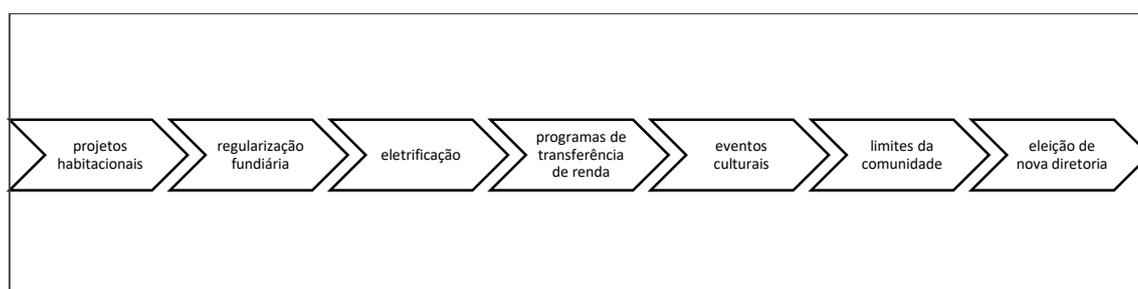
Trazendo o debate para o nível empírico: qual versão de participação é predominante nas decisões coletivas do grupo étnico pesquisado?

A horizontalidade presente em uma comunidade quilombola, de um ponto de vista objetivo, é marcante quando se olham os traços políticos de deliberação. Com isso nos referimos a um baixo grau de diferenciação entre os indivíduos. No entanto, isto por si só não é suficiente para explicar o contexto de participação social desenvolvida no interior do grupo. Desta forma, é preciso encontrar caminhos analíticos que sejam suficientemente firmes para entender o processo em questão.

³⁸ Em outras palavras, o adjetivo democrático seria consequência direta do processo amplo e inclusivo

No contexto das comunidades pesquisadas, podemos elencar alguns elementos que ajudam a compor um quadro qualitativo:

- 1) O quórum para início das reuniões ordinárias da associação de moradores não é um item indispensável quando o intuito é reunir para decidir temas comuns. O relato dos vereadores é de que as reuniões nas associações “sempre são realizadas com um número insuficiente de pessoas³⁹”. Se analisarmos bem este ponto, o quórum exigido para prosseguimento de qualquer reunião institucional é orientado pelo regimento interno da mesma. Dessa forma, há um conhecimento extremamente restrito – por muitas vezes nulo – sobre as regras que orientam ou deveriam orientar uma sessão ordinária da associação de moradores. Examinaremos estas consequências a seguir.
- 2) Este ponto é uma derivação do anterior quando se analisam fatores centrais na tomada de decisões entre os indivíduos de um grupo étnico. Na comunidade de Remanso, município de Porto Rico, os membros da diretoria dizem desconhecer as regras de quórum mínimo e registram a dificuldade em realizar reuniões que envolvam a maioria simples da comunidade. Em termos práticos, o que se verifica é uma escala prioritária tangível de assuntos públicos dentro de uma comunidade (Definida pelos moradores em assembleia). Do mais interessante para o menos interessante: projetos habitacionais (“minha casa, minha vida” do governo federal), regularização fundiária (visitas técnicas de do Inca ou Iterma), Eletrificação e programas de transferência de renda, atualização cadastral, problemas com limites da comunidade, eleição da nova diretoria, etc.



- 3) O fato de existirem temas reconhecidamente “mais importantes” que outros de certa forma consolida uma agenda de debates dentro da comunidade, reforçando uma prática participativa pontual e esporádica, colocando temas cotidianos no

³⁹ Trecho da entrevista com o Vereador 5, município de Itapecuru-Mirim oriundo da comunidade quilombola de Tingidor. (MAIO, 2015)

âmbito restrito da diretoria – em casos extremos de núcleos mais próximos ao presidente da associação. Temas como documentação da associação, debates sobre extração de recursos naturais, política de cercamento entre os moradores, regras de cultivo e criação de animais, admissão de novos moradores, são colocados como menores pelos próprios indivíduos, sendo decididos em grande parte por uma assembleia esvaziada ou mesmo por arbitrariedades da diretoria.

Essas coisas que acontecem no dia a dia não estimulam o pessoal a ir pra reunião. Sempre ouvi que ‘era perda de tempo’ e que temos outras coisas mais importantes pra fazer. Achar que temos que reunir só pra ver minha casa, minha vida é uma grande besteira (VEREADORA 4, entrevista realizada em Maio de 2015)

- 4) A priorização de pontos a serem discutidos cria um vazio participativo entre os membros da associação no que tange principalmente os vestígios que a democracia deliberativa propicia em seus consensos. Os moradores que regularmente deixam de ir as reuniões se marginalizam do andamento político dos temas debatidos, e frequentemente reclamações sobre apatia e falta de interesse são combatidas e motivo de discussão interna.
- 5) O direito de participar da associação é controverso dentro das comunidades quilombolas. Isto se dá em virtude da mensalidade exigida por parte da diretoria. A taxa vigente variou nas comunidades pesquisadas de R\$2 a R\$5. Moradores inadimplentes ou que simplesmente pediram desligamento da associação frequentemente reivindicam direitos de voto e voz. Há uma neblina permanente sobre a diretoria em lidar com casos como esse. O veredito em cem por cento das comunidades visitadas é o de vetar a participação destes indivíduos.

Diante destes elementos iniciais podemos fazer algumas ponderações a respeito do processo de participação política nas comunidades quilombolas do recorte da pesquisa. Em primeiro lugar há uma questão regimental, e a perspectiva simbólica destes grupos é definida maciçamente pela oralidade. As regras de participação, envolvendo aí permissões e proibições estão muito além de qualquer estatuto ou regimento escrito e em raríssimos casos ele é consultado para efeito de validação de alguma decisão. Apesar de todos os elementos da representação incorporados por etnias diferentes, o texto escrito permanece enquanto acessório facultativo dentro de um processo deliberativo maior. A partir destas considerações a representação política – na figura do presidente da associação – se consolida em leis que se perpetuam sob uma égide não escrita. Em casos

como os pesquisados, a oralidade prevaleceu sobre qualquer apreço por regimentos ou normas no papel.

Em segundo ponto há o aspecto da agenda política mais ou menos fixa de cada uma das comunidades e, principalmente, como seus representantes lidam – ou tentam lidar com ela. Nossa análise, a partir das entrevistas com os vereadores, demonstra que o grupo aciona a política da mesma forma que aciona identidades ou ancestralidades, isto é, com objetivos definidos tangivelmente. Implica nisto uma perspectiva funcionalista e absolutamente instrumental de ler o processo político como simples ferramenta de obtenção da melhoria da qualidade de vida. Temos tentado demonstrar que estes grupos foram impulsionados a se organizar com um objetivo traçado preliminarmente: acesso a posse definitiva de terras e melhoria da qualidade de vida. Assim, as etapas que antecederam esses objetivos exigiam o mínimo de organização social e política. A participação política instrumental se desenvolve com a característica marcante da pontualidade, ou seja, de ligar e desligar um elemento que servirá a um número y de benefícios que podemos adquirir desde que sob determinadas condições. Vimos que as decisões sobre terras de uso comum eram sobretudo fragmentadas e dificilmente incluíam um núcleo de decisões e que, a partir dele irradiavam as diretrizes de comando sobre a vida dos demais. Um modo de organização familiar é basicamente espontâneo e dotado de elementos tradicionais que não envolvem a igualdade política de todos pertencerem a um mesmo espaço público deliberativo. Isto porque a família é um ambiente privado de relações sociais. Desta forma o consenso é visualizado a partir de trocas entre bens sociais⁴⁰ familiares de maneira processual e gradativa. Reunir os indivíduos em um ritual coletivo em que todos têm oportunidades iguais para se manifestar é um recurso democrático que não foi amplamente difundido entre as comunidades rurais do Estado Maranhão. Ou seja, o ethos democrático não é de domínio público territorialmente.

Outro problema no contexto estudado é o da delimitação e continuidade da comunidade política. Como explicitado acima, há uma condição para participação efetiva dos indivíduos nas decisões e assiduidade, ausência ou mesmo inadimplência implicam diretamente no tamanho que o grupo assume ao longo do tempo. A partir da observação pudemos identificar que a grande maioria das pessoas é filiada a associação. No entanto, núcleos familiares mais recentes ou que foram reorganizados por questões matrimoniais

⁴⁰ Revisitando o conceito de Michael Walzer usado no capítulo anterior

são os mais recorrentes na não vinculação a associação. A segunda questão é da inadimplência onde num primeiro momento o motivo pode parecer incrivelmente banal em virtude dos valores, mas em conversa com os vereadores uma prática comum foi identificada.

P. Qual a principal justificativa, na sua opinião, para a inadimplência dos sócios?

R. Veja bem, a associação representa os moradores, então eles devem estar unidos a ela na luta que é nossa. Isso é comum nas comunidades, não só na minha: “Eu não vou pagar essa associação por que ela não me traz nada de bom. Então eles querem um resultado imediato. Como não tem eles simplesmente deixam de pagar (VERADORA 4, entrevista realizada em Maio de 2015)

As fronteiras de participação da comunidade estão, dessa forma, diretamente ligadas a uma visão instrumental da associação de moradores. Ou seja, de uma noção de que é preciso que ela funcione para que eu me engaje. Essa explicação parece razoável se olharmos o contexto de privação de direitos historicamente destinados a estas populações.

Isto contradiz a teoria deliberativa de democracia onde o engajamento coletivo impele o funcionamento do corpo político. No entanto, abre uma perspectiva para pensarmos os limites da teoria que preconiza traços comunicativos próximos e um número concentrado de indivíduos politizados e ativos.

Uma série de perguntas surgem desta constatação: As comunidades quilombolas são efetivamente democráticas em suas decisões? Como esperar uma igualdade de oportunidades políticas se há uma série de elementos que distanciam a equidade entre os membros?

As lacunas da teoria da democracia deliberativa se evidenciam também no objeto de pesquisa estudado. No entanto, o peso empírico de verificar as dificuldades de operacionalização do modelo deliberativo em grupos demograficamente menores é um indicativo de que nem sempre a realidade social diz aquilo que gostaríamos de registrar. O fato de as comunidades quilombolas disporem de condições mais favoráveis para realização de fóruns públicos não significa que efetivamente elas o fazem. Diante deste fato, a possibilidade democrática da praxe não justifica a praxe por si só.

O escopo da democracia representativa foi construído fundamentado também sobre a questão da dimensão territorial e das impossibilidades de se reunir os indivíduos

para sondar suas preferências. Comunidades pequenas, autogestão, participação direta, foram sempre palavras interligadas quando se fala em democracia participativa. O objetivo intrínseco deste capítulo não é o de fazer uma revisão da literatura entre estas três modalidades de democracia (representativa, deliberativa ou participativa) mas de enxergar qual modelo efetivamente se observa nas comunidades quilombolas. Para tanto, seremos breves ao levantar tópicos pertinentes no intuito de responder as indagações acima.

Temos uma questão premente: a de que uma comunidade política deliberativa insurge sobre uma conduta moral mais ou menos equânime sobre os indivíduos que dela fazem parte, qual seja, a de que todos estão imbuídos de uma visão coletivista e que objetiva o senso comum, isto é, de uma disponibilidade para atingir o consenso desde que observadas as variáveis específicas do diálogo e da comunicação ampla entre os membros. Esta moralidade implica obviamente em uma proatividade para vida pública não observada no cotidiano das comunidades quilombolas pesquisadas – vide os relatos de esvaziamento das espaços públicos e participação dos indivíduos –. A dificuldade registrada nos trabalhos de campo levam para dois âmbitos de análise que gostaríamos de explorar com mais detalhes daqui em diante; 1) a moralidade intrínseca da não participação em comunidades quilombolas é um reflexo dos próprios limites da teoria deliberativa; 2) a não participação em comunidades quilombolas advém da introdução de elementos políticos descontínuos a própria história particular destes grupos.

Se atendo a primeira perspectiva, Álvaro De Vita constrói uma crítica sistemática a estrutura deliberativa partindo do pressuposto moral para sustentar a ideia de que os indivíduos podem optar por não se vincular a discussões públicas.

Supõe-se que a vida do cidadão ativo, interessado nas questões de política pública e envolvido nos processos de deliberação política, seja a melhor forma de vida para os cidadãos de uma sociedade democrática. Nesse caso, a participação em processos deliberativos, antes de ser um meio para se alcançar decisões mais justas ou mais eficientes, torna-se um fim em si mesmo – uma forma de vida mediante a qual as qualidades morais e intelectuais que são próprias do ser humano podem se desenvolver (DE VITA, 2004. P.115)

Existe uma questão central sobre a qual esta citação se baseia justamente no que toca a uniformidade moral de participação política, ou seja, da possibilidade de encontrarmos um único hábito que nos impele à vida pública. Este viés unilateral dificulta

de sobremaneira a visão de perceber as diversas nuances que os cidadãos assumem para o espaço público.

Muitos cidadãos podem considerar alienante ter de se envolver em processos participativos e deliberativos e podem legitimamente preferir contar com autoridades eleitas e responsabilizáveis que os liberem para fazer aquilo que eles julgam que tem um valor intrínseco (DE VITA, 2004. P.116)

Não se trata aqui de adentrar na tipologia clássica de Isaiah Berlin sobre liberdades negativas e positivas, mas de compreender os custos oriundos dos esforços de uma participação ativa. Esta perspectiva invoca todos os receios de Schumpeter sobre o déficit motivacional e cognitivo dos cidadãos a participarem. Deveras reside um perigo de cair na sedução do elitismo democrático puro e simples, mas a contraposição de perspectivas parece ser indispensável para verticalizar a questão, principalmente quando se enxerga na lógica de organização cultural uma prática que extrapola a idiosincrasia afro-brasileira. Visualizar nas comunidades quilombolas um reduto de engajamento político por seus traços identitários comuns é um discurso comum pelo fato do laço parentesco, pelo uso comum da terra em período histórico anterior a 1988. Entretanto, a disposição moral – ou a falta dela – para participação é um elemento recorrente na observação realizada e confirmada através dos relatos dos vereadores quilombolas.

O cerne desta primeira vertente é o de pontuar os membros do grupo como preferencialmente não ativos na vida pública por uma justifica fundamentada em aspectos que não são meramente opinativos, outrossim calcados numa lógica mais representativa do que propriamente deliberativa. Isto nos parece mais plausível e abrangente quando se tenta compreender o contexto social em que estes indivíduos se movimentam.

Sob esta alegação, a tese pluralista de indivíduos em condições de igualdade política parece perder força quando olhamos atentamente para os recursos sociais/políticos a disposição dos membros de um grupo étnico. A partir das observações realizadas podemos citar: tempo livre, número de filhos⁴¹, emprego formal, escolaridade básica. São itens que afetam diretamente o interesse e disponibilidade dos cidadãos a envolverem-se na vida pública da comunidade. Ora, se olhamos com atenção para os fatores mencionados há uma correlação explícita, um gradiente de (des)estímulos a participação política, todos assentados sobre o pressuposto que De Vita articula: o *ethos*

⁴¹ Este recurso se divide duplamente. O número de filhos pequenos (crianças de 0 a 6 anos) e o número de filhos aptos a colaborar nos afazeres laborais

deliberativo não é universal em grupos que utilizam da deliberação em momentos de decisão.

A segunda vertente de análise é exatamente a questão de estímulo institucional que estes grupos se submeteram a partir do final da década de 1980. No sentido que falamos, os processos de reconstrução de comunidades étnicas na América Latina estão crescentemente associados a políticas públicas e, entre elas, as de patrimônio cultural. (LIFSCHITZ, 2011). A valorização deste patrimônio intangível, temos ressaltado não raras vezes, acontece concomitantemente com um rearranjo dos meios pelos quais os indivíduos se organizam social e politicamente. Dentre estas inovações o mecanismo de deliberação, a organização política formalizada em associações comunitárias, o surgimento de lideranças internas que estabelecem diálogos com operadores de políticas públicas. O problema que se sobressai parece ser o de lidar com as inovações. Ou seja, de as gerações oriundas destas comunidades ainda não dominarem completamente os efeitos de uma vida política comunitária que, querendo ou não, é dispendiosa e contra hegemônica. Com isto queremos nos distanciar de uma visão normativa de participação, mas conectar a primeira vertente com uma dimensão empírica, qual seja, de que os membros dos grupos étnicos pesquisados não desenvolveram uma *ethos* participativo suficientemente desenvolvido capaz de lidar com a agenda política diária. Inovações políticas que alteram de sobremaneira a estrutura social de decisão de um grupo requerem tempo para suas devidas acomodações. No caso das comunidades quilombolas pesquisadas, o fator “descontinuidade” – que analisaremos na sessão seguinte – é recorrente quando se olha para a história recente destes grupos.

3. O Fenômeno da descontinuidade e as neocomunidades

Temos buscado ao longo do capítulo uma série de explicações que ajudem a corroborar as mudanças na estrutura decisória de grupos multiculturais com uma etnicidade afro-brasileira eminentemente coletiva. Dentre os nossos argumentos, existe um que conecta todos os outros mencionados até agora e acreditamos que ele merece destaque: a descontinuidade histórica na conformação das comunidades rurais.

Segundo Anthony Giddens, modos de vida tradicionais vêm se transformando

Os modos de vida colocados em ação pela modernidade nos livraram, de uma forma bastante inédita, de todos os tipos tradicionais de ordem social. Tanto em extensão, quanto em intensidade, as transformações envolvidas na

modernidade são mais profundas do que a maioria das mudanças características dos períodos anteriores. No plano da extensão, elas serviram para estabelecer formas de interconexão social que cobrem o globo; em termos de intensidade, elas alteraram algumas das características mais íntimas e pessoais de nossa existência cotidiana (GIDDENS, 1990, p. 21)

Ora, o crescente associativismo vivenciado pelas comunidades quilombolas denota de sobremaneira esta característica. Diante deste quadro, diversas mudanças se observam dentre as quais a capacidade de organização e reivindicação destes grupos. Número de comunidades que se articulam para juntas cobrarem dos órgãos fundiários uma agilidade no processo de regularização, pressão sobre o Estado na melhoria do acesso a políticas públicas.

No entanto, há uma questão latente no substrato de toda essa organização recente: onde encontra-se a fonte de diferenciação destas comunidades? Dito de outra maneira, qual o traço que as conecta com a nomenclatura que lhes é atribuída? Indo além, como podemos afirmar que os mecanismos políticos de deliberação e participação destas comunidades foram introduzidos nestes grupos configurando assim uma novidade organizacional? Em frente destas perguntas, o caminho de análise que se observa a partir das investigações realizadas é o de que estes grupos – assim como tantos outros – sofreram um processo de descontinuidade capitaneados pela modernidade tardia⁴² que alteraram a própria organização social e cosmovisão diante de processos externos.

Não é nosso interesse aqui adentrar na discussão – já consolidada por outras disciplinas – da mudança de paradigmas identitários quando em choque com mecanismos associados a modernidade. Ainda assim é importante ponderar que este embate entre fronteiras de percepção ajuda a clarificar a tese da descontinuidade. Como ressaltamos anteriormente, existe um elo histórico entre os dois momentos distintos que delimitam a definição de comunidades negras rurais na literatura antropológica sobre o tema. O primeiro e clássico entendimento sobre quilombos é o vinculado a transgressão. Ilegal, contraventor, e sobretudo uma afronta a sociedade nacional, a estrutura comunitária que originou os quilombos tinha na sua etnogênese uma raiz de resistência e hierárquica. Ainda que nos últimos tempos tenham aparecido comentadores argumentando o contrário, é difícil pensar um léxico político diferente da organização oligarquizada e

⁴² Neste ponto em específico, endossamos a teoria de Giddens.

geográficas são imaginárias e flexíveis. Sobre esta égide emerge uma perspectiva completamente reformulada. Almeida reflete a respeito:

Quilombo, enquanto categoria histórica, usufrui de um certo consenso em termos jurídicos-formais. Apoiado num senso-comum douto, seu significado compreende tanto as disposições legais vigentes no período colonial, quanto as leis provinciais postas em prática pelas políticas repressivas do período imperial, que ganham força com o esmagamento das chamadas rebeliões de “autonomia regional” e “insurreições populares”, tais como a Cabanagem (PA), a Balaiada (MA) e a Guerra de Canudos (PE). Todos os textos de especialistas que foram compulsados, num vasto elenco que se estende de Perdígão Malheiro, em 1866, a Clóvis Moura, 1994, remontam à resposta do Rei de Portugal à consulta do Conselho Ultramarino, em 2 de dezembro de 1740. A conceituação de quilombo tem nesta manifestação jurídica uma referência básica. As implicações teóricas e as traduções práticas do conceito envolvem o que estaria “fora” do sistema escravocrata característico do modelo de plantation (imobilização da força de trabalho e sistema de monocultura agrário-exportador) e o que estaria idealmente além de seus domínios territoriais. Mais exatamente se referem à periferia das plantações algodoeriras e açucareiras e a atividades econômicas consideradas “marginais” (ALMEIDA, 1996, p. 12).

A “invenção” de novos ajuntamentos começa a se proliferar exatamente no período pós-constituição que já mencionamos. Desta vez com as comunidades acionando uma perspectiva identitária assentada em uma etnicidade coletiva, não necessariamente em similitudes com os quilombos pretéritos. Sobre este elemento, sobre este momento histórico reside a tese da descontinuidade que defendemos. Isto é. Mesmo nome para formações sociais distintas; Mesma assunção étnica para elementos simbólicos que foram ressignificados. No entanto, o elemento político – que primordialmente nos interessa – não tem relações entre as gerações de resistência. Por isso a admissão de mecanismos representativos como estratégia política para decisões públicas entre os indivíduos.

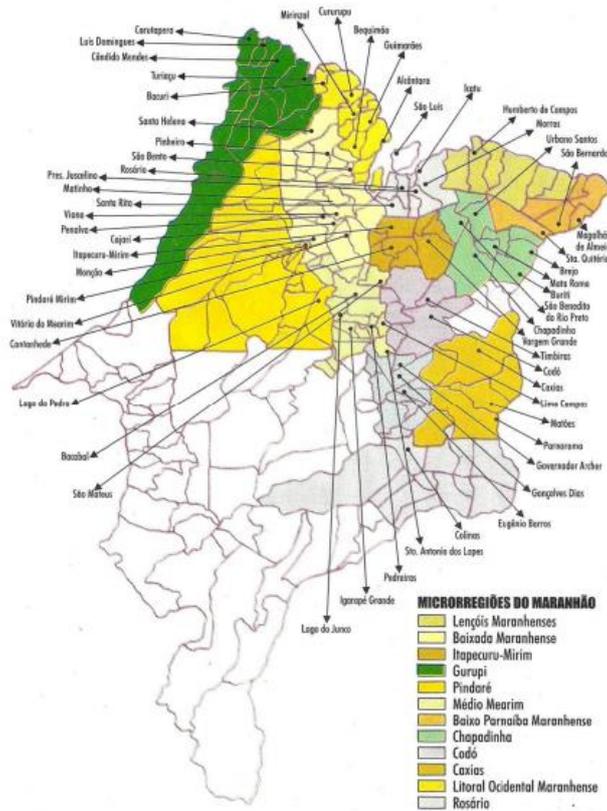


Figura 2 Mapa das comunidades quilombolas do Maranhão a partir de abril de 1989. Fonte: Projeto vida de Negro, 2002.

A expansão de comunidades – ainda que concentrada nas áreas do mapa anterior – acompanha o processo constitucional mencionado diversas vezes. No sentido de garantir terras, o associativismo destes grupos incorre no traço político oriundo do processo de descontinuidade que aqui denominamos neocomunidades. Ou seja, uma reformulação política e simbólica do trato com o território, com as relações sociais entre os indivíduos, na distribuição de poderes entre os membros do grupo, e principalmente no modo pelo qual o grupo entende os processos de decisão.

Estes aspectos denotam uma roupagem completamente outra quando olhamos para a constituição e manutenção destes grupos ao longo do século XX. Isto é, uma série de mudanças que senão de outra maneira reforçaram a dimensão híbrida e amplamente moderna com que foram sendo adaptadas as visões de mundo.

Perceber estas novas modalidades de interpretação dos negócios públicos, e de como eles mais de uma vez se reordenam de acordo com os interesses coletivos dos pertencentes a uma coletividade étnica é uma tarefa salutar. No caso específico das comunidades quilombolas, a reorganização dos objetivos da comunidade sofreram

interferências estatais expressas que alteraram definitivamente o curso da história destes grupos. Este novo caminho decerto trouxe o acréscimo de uma prática política que demandou dos indivíduos um capital social maior para lidar com questões administrativas e burocráticas. Por outro lado, o diálogo com instâncias governamentais possibilitou aos grupos uma visão cada vez mais apurada desta relação sociedade civil-instituições públicas.

A questão emblemática aqui parece ser a de que quanto mais o Estado se aproxima de segmentos sociais marginalizados, mais a possibilidade latente de transformação destes grupos se evidencia, ou seja, a institucionalização de práticas que já existem ou, no caso das comunidades quilombolas, o estímulo a adoção de práticas políticas que agregam elementos modernos a lógicas ditas tradicionais. Longe do intuito de problematizar quaisquer temas que envolvam a definição de tradicionalismo, mas apenas baseando no texto constitucional que afirma aspectos histórico-políticos de diferenciação cultural.

Assim, após sucessivas miscigenações, que tornaram praticamente indiscerníveis as diferenças étnicas, esta política reintroduz o tema da etnia e da comunidade. Isto remete ao Brasil profundo e a seu passado colonial, mas também coloca novas questões no plano político e cultural. Uma delas é que para ter acesso a estas políticas foi necessário reconstruir marcadores étnicos que operassem como testemunhas desse pertencimento (LIFSCHITZ, 2011. p.87)

Nomenclaturar estas comunidades tradicionais de neocomunidades significa dizer que além dos processos de recriação da tradição diante da modernidade, existe um elemento político de sustentação que legitima estes indivíduos diante do Estado e também de outros grupos – pertencentes ou não a mesma classe étnica. O elemento político acionado é decisivo tal qual a identidade ancestral utilizada para caracterizá-los. Neste contexto de diferenciação que as comunidades dispõem de mecanismos políticos de deliberação, os quais foram elucidados na seção anterior deste capítulo.

Neocomunidades então se justificam no sentido de uma atualização quase que por completa de traços diacríticos de grupos étnicos autodefinidos. Seja no embate com outros grupos – a perspectiva da fronteira da identidade a partir do atrito – seja na estrutura política que adiciona caracteres completamente externos, reformulando o paradigma de decisão pública destes indivíduos.

Significa sobretudo uma posição política local diante de processos dinâmicos globais para além da própria existência da neocomunidades. Neste bojo encontram-se trocas comerciais, preferências políticas, relações sociais, comandos de poder, interfaces religiosas, processos migratórios, percepções ritualísticas, elaboração de noção sobre representação política. Nos interessa destrinchar os mecanismos que implicam na reorganização prática deste último elemento, principalmente no que toca suas consequências no legislativo dos municípios pesquisados.

Assumir uma postura crítica como esta implica não somente em uma mudança de perspectiva ao olhar para estes grupos, mas em reconhecer que estes fazem parte de uma estrutura política repleta de conexões e contradições. A defesa da ancestralidade garante um passado comum aos membros do grupo, o que é fundamental para que haja uma memória social sobre a história dos que os antecederam. Adotar a perspectiva de neocomunidades requer olhar para o horizonte de âmbitos ampliados sobre as reformulações realizadas por estes indivíduos no que diz respeito às mais diversas áreas da vida cotidiana. A dimensão política foi profundamente alterada neste contexto, incorporando alguns elementos, ressignificando tantos outros.

CAPÍTULO 3

Seis experiências de representação política quilombola no legislativo municipal em municípios maranhenses.

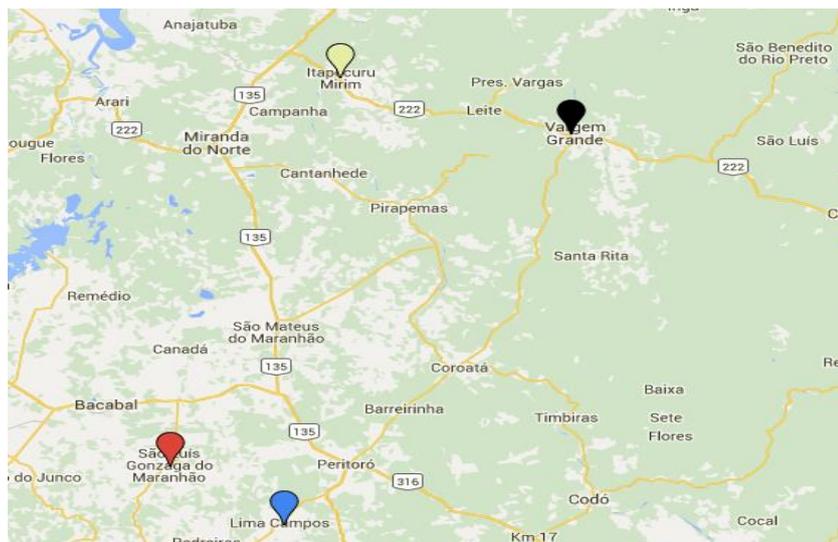


Figura: Municípios Maranhenses com representação quilombola no legislativo maranhense. Fonte: Google Maps

A dimensão empírica que este trabalho implica nos coloca diante do momento mais crítico a respeito da consolidação da representação política em comunidades quilombolas: eleição para o legislativo municipal. Do universo de mais de 900 comunidades quilombolas do Estado distribuídas em 217 municípios, apenas 5 destes elegeram no pleito de 2012 pelo menos um vereador que se autodefine enquanto minoria étnica, o que parece ser um recorte interessante para os objetivos que queremos traçar. Assim, a partir do caminho definido nos capítulos anteriores, a representação política se apresenta como estágio mais recente de um percurso organizativo de grupos étnicos que, estimulados pelo Estado, consolidam um *modus operandi* peculiar de busca por melhoria na qualidade de vida.

Diante deste quadro parece-nos imprescindível problematizar as seguintes questões. 1) Ferramentas institucionais para inclusão de minorias em engrenagens formais de representação; 2) Inclusão/Exclusão de demandas nas instituições representativas; 3) Atuação destes representantes na lógica institucional do legislativo municipal.

Em uma sociedade complexa e multiétnica, repleta de milhares de pessoas, os canais de comunicação democrática consistem sistematicamente em discussões fluidas, divergentes e/ou sobrepostas. Em virtude da multiplicidade de vozes, há uma dispersão relevante que se propaga tanto no espaço como no tempo. Neste sentido, as mais diversas demandas por representação denotam um campo político onde os porta-vozes – sejam

eles formais ou informais – canalizam as influências e demarcam uma agenda de reivindicações. Falamos sobretudo de uma democratização da representação⁴³, quando propostas de inclusão política se deslocam no sentido de propiciar maior representação à grupos historicamente sub-representados. Ora, não se trata aqui de ter lideranças externas à comunidade que se utilizam destes grupos como zonas eleitorais seguras, mas de um movimento novo no qual os próprios membros alcançam um patamar formal de autorização sobre a fala dos demais.

De uma maneira bastante objetiva, tanto a ideia quanto a prática de promover a representação específica de minorias é controversa, uma vez que elas estimulam o acirramento de diferenças entre o corpo democrático em vez de homogeneizá-lo. É sabido que a democracia dispõe de limites de saturação para lógicas heterogêneas, mas esta é cada vez mais uma questão definida na agenda pública. Vários países já discutem e/ou possuem esquemas de representação para grupos específicos (conselhos participativos, cadeiras parlamentares reservadas, regras para listas partidárias, comissões especiais, etc).

No que se refere às cotas partidárias, o sucesso na adesão do mecanismo à legislação não significa, necessariamente, que este tenha sido efetivo na inclusão das mulheres nos parlamentos. Apesar do sucesso em alguns países como Costa Rica, África do Sul e Bélgica, onde as mulheres representam entre 30% e 40% da composição dos parlamentos, países como Brasil, Marrocos, Índia e Irlanda apresentam pouco mais de 10% de mulheres eleitas mesmo com a adoção da política de cotas. Isso se deve a inúmeros fatores, tanto institucionais como culturais e cujos aspectos já foram bastante discutidos ao longo do tempo. Apesar de serem utilizadas para promover a representação tanto de mulheres como de grupos étnicos, poucos são os países que adotam as cotas para grupos étnicos, sendo esta quase uma exclusividade para o caso das mulheres. No entanto, no que diz respeito à reserva de assentos o quadro se inverte: países que adotam este mecanismo de acesso das minorias ao poder o fazem privilegiando grupos étnicos em sua maioria. Os únicos países a adotarem a reserva de assentos para mulheres no mundo são Bangladesh, Taiwan e Índia e em alguns desses casos, apenas nos legislativos subnacionais (PINHEIRO, 2010, p.59)

⁴³ Queria agradecer em especial a prof^a. Dr^a. Maria Celina D'Araújo pela dica sobre este ponto em especial quando da nossa conversa no IV Fórum de Ciência Política

A reserva de vagas para grupos étnicos tem sido debatida em tempos recentes com a questão da inclusão feminina nos espaços políticos de deliberação. Isto corrobora nossa afirmação de que a agenda pública, quando da introdução de novas vozes nas instituições – legislativas principalmente, em nosso caso de estudo – é uma realidade, ainda que a porcentagem e o avanço disto nos últimos anos tenha sido de uma amplitude considerável. No caso brasileiro, a participação de mulheres na política é tímida, ainda que estimulada por diversos mecanismos. Em se tratado de grupos étnicos, a questão ainda engatinha.

Por outro lado, os argumentos radicais sobre a representação especial de grupos específicos são alvo de algumas objeções.

1. Representações especiais ensejam diferenças em vez de reduzi-las.
2. Diferenças de raça e classe perpassam gênero.
3. O processo unificador reivindicado por representações especiais buscaria congelar relações fluidas ocasionando a recriação de exclusões opressivas. (YOUNG, 2006)

Em verdade, muitas das objeções às práticas de representação específica de grupos estruturalmente desprestigiados derivam de uma suposição de que estes não dispõem de um conjunto de interesses comuns. Young pondera a respeito da representação como relacionamento diferenciado entre os atores políticos engajados num processo que se estende no espaço e tempo. Deste modo, devemos considerar a temporalidade e a espacialidade mediada no que tange formas descentralizadas de percepção do conceito.

Como primeiro aspecto, interessa-nos aqui desconstruir o argumento de que a representação enfraqueceria a participação inclusiva.

A representação é necessária porque a rede da vida social moderna frequentemente vincula a ação de pessoas e instituições num determinado local a processos que se dão em muitos outros locais e instituições. Nenhuma pessoa pode estar presente em todos os organismos deliberativos cujas decisões afetam sua vida, pois eles são numerosos e muito dispersos. Ainda que as expectativas de um cidadão sejam frequentemente desapontadas, ele espera que outros pensem em situações como a dele e as representem nos respectivos fóruns de discussão. (YOUNG, 2006. P.144)

O ponto levantado pode parecer redundante em um primeiro momento, mas ajuda a pensar a questão de como os indivíduos acionam a representação diante da dicotomia

ausência/presença política nos âmbitos de decisão. Já vimos nos capítulos anteriores que o pressuposto de Dahl – de que a prerrogativa participativa só funciona em pequenos comitês – tem lacunas visíveis. No entanto, reside uma concordância com a teoria dahlsiana: a de que unidades pequenas e descentralizadas tendem a se expandir por meio de conquistas ou eventualmente coalizões. Assim, tão logo a questão de escala se manifesta, a necessidade representativa entra em cena.

A partir deste momento deve-se ter em mente a representação como um relacionamento de eleitores *entre si* e o representante, descartando quaisquer interpretações de identidade assumida ou substituição *em si*. Interessa-nos aqui perceber como as lideranças quilombolas articulam as identidades pluriétnicas em decisões do cotidiano⁴⁴. A ordem das análises alinha-se então em compreender a temporalidade destas decisões, uma vez que a representação política não passa incólume de vestígios sobre as vontades manifestas pelos indivíduos.

Analisamos na seção seguinte os resultados do trabalho de campo junto aos vereadores quilombolas. Optamos pela supressão dos nomes e identificação numérica segundo os respectivos municípios.

1. A representação quilombola em municípios maranhenses

No curso da observação alguns dados foram ressignificados, o que de certa forma implicou em mudança de estratégia com relação ao número de vereadores e suas atuações. Dos cinco municípios previstos na etapa de elaboração das entrevistas, apenas quatro entraram na principal fase de coleta dos dados. Isto ocorreu em virtude do vereador do PROS, do município de Porto Rico, ter se declarado como não quilombola⁴⁵. Assim, dividimos em cinco tópicos – um para cada município e um para análises comparativas dos casos – no intuito de que ao final das observações expostas possa ser possível traçar um perfil destas lideranças.

⁴⁴ Veremos no tópico seguinte que este desafio é bem mais complexo quando observado na prática política, ou seja, imerso na engrenagem institucional.

⁴⁵ Em termos práticos, há uma disputa territorial no município no que diz respeito a autodefinição de comunidades quilombolas. A comunidade Remanso, do vereador em questão, é de uma área que envolve outras várias comunidades. No entanto o vereador quando entrevistado tentou a todo momento se distanciar da etnicidade do grupo, ressaltando que trabalhava com as comunidades mas que não se considerava enquanto tal. Neste sentido, optamos por suprimir o município do universo principal de análise, ainda que mantendo dados para efeitos complementares.

2. Lima Campos

O município de Lima Campos possui aproximadamente 11.423 hab, distribuídos em 321, 932 km² (IBGE, 2010).

Localizado na microrregião do Médio Mearim, o município possui uma renda per capita na zona urbana de \$ 277,50 em contraste com a renda per capita rural de \$ 142,60. Existe no município um total de 19 comunidades quilombolas, todas certificadas pela fundação cultural palmares. O vereador eleito em 2012



pertence ao quilombo de Bom Jesus, a cerca de 13km da sede do

Figura 3 Localização geográfica do município de Lima Campos. Fonte: IBGE, 2010.

município. A representação quilombola no legislativo é o Vereador 1. Em Lima Campos o Vereador 1 responde por uma alcunha específica. Ele atualmente responde pelo terceiro mandato como vereador, iniciando a carreira política no PMDB no ano de 1994. Da primeira vez que foi eleito – em 1996 – conseguiu a reeleição. Logo após o encerramento da magistratura, ingressou no sindicato dos trabalhadores rurais do município no ano de 2002. Lá, foi presidente por dois mandatos e atualmente ocupa o mesmo cargo. A associação de moradores da comunidade foi fundada em 13 de março de 1995, no período em que o vereador retrata a organização efetiva da comunidade. Como temos dito nos capítulos anteriores, os anos noventa foram decisivos neste processo de consolidação do associativismo, mesmo antes da onda de regularização começar a dominar o cenário rural destes grupos. O vereador nunca presidiu a associação ou foi membro integrante da diretoria, isto em virtude da questão política interna.

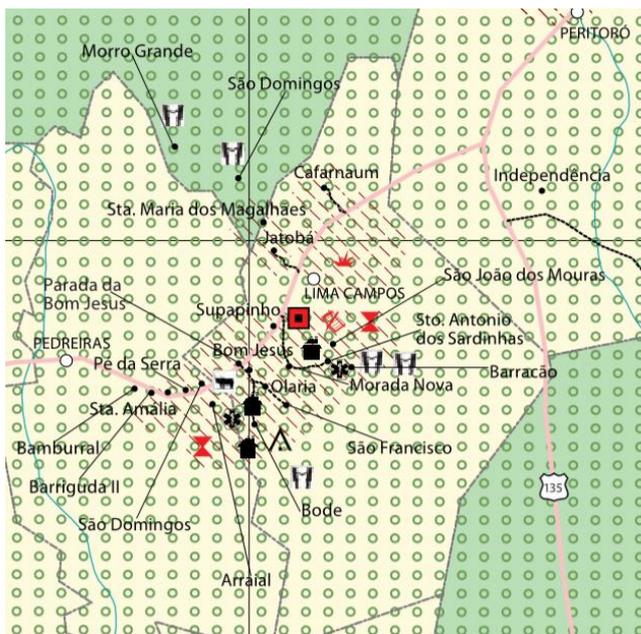


Figura 4 Comunidades quilombolas do município de Lima Campos. Fonte: Projeto Nova Cartografia Social, 2006.

Para ilustrar isto: a comunidade tem aproximadamente 90 famílias e no ano da última eleição municipal teve um total de 4 candidatos, com todos os três orbitando entre 50 a 60 votos⁴⁶. Antônio obteve 346 votos em 2012, dos quais distribuídos nas comunidades quilombolas do município. Ou seja, ele não atua sozinho como única força política dentro da comunidade. Dispõe de concorrentes articulados que, apesar da competição, preferem

manter um ambiente ameno devido aos graus de parentesco. Segundo as outras lideranças da comunidade, e o próprio Vereador 1 concorda com esta tese, a atuação no sindicato dos trabalhadores por mais de uma década consecutiva é um diferencial na conquista por votos. Este vínculo sindical aliado a questão étnica tem um impacto de difusão territorial eficiente quando se tem um projeto político assim.

Com 62 anos, o Vereador 1 não pretende uma reeleição. Se justifica nos custos de uma campanha eleitoral e no estado de saúde. Em 2011 sofreu um AVC e desde então tem um lado do corpo paralisado. Ele fala com dificuldade, mas conta que no último mandato conseguiu uma série de benefícios de infraestrutura e saúde para a comunidade de Bom Jesus e também comunidades vizinhas: poços artesianos, asfalto nas estradas vicinais que ligam a comunidade à rodovia que corta o município e um posto de saúde construído no final de 2015 e que ainda não foi inaugurado. Estes avanços foram todos em virtude da afinidade com o executivo municipal⁴⁷.

O Vereador 1 tem apenas a 6ª série do fundamental, mas se diz preocupado com a educação das crianças do quilombo. Ele sabe da existência de políticas públicas específicas de educação para o grupo étnico, mas comenta que há uma dificuldade de

⁴⁶ Os dados foram apurados junto aos candidatos concorrentes. Vale ressaltar que estes votos são totais, isto é, para além da própria comunidade. Em consulta ao TSE, as comunidades quilombolas não constituem zonas eleitorais, o que dificulta a contagem por zona.

⁴⁷ Exerceu um cargo administrativo na prefeitura municipal em 2010, por 7 meses, na farmácia popular.

implementação no município. Atribui a falta de suporte do partido e também do governo estadual no auxílio da divulgação da política, o que denota a falta de conhecimento e interesse por parte dos operadores específicos.

No que diz respeito a trajetória política, o Vereador 1 comenta que entrou no PMDB por influência de um médico muito relacionado com a comunidade e candidato a vice prefeito. As motivações políticas de melhoria da qualidade de vida e necessidade de organização das demandas são visíveis no seu discurso, embora sejam perceptíveis apenas nas entrelinhas daquilo que diz. A baixa escolaridade influencia no entendimento de visão política dele. Quando perguntado sobre ideologia política, responde que é de direita numa clara associação a “ser uma pessoa direita” que preza pelo respeito, pela decência e pelas coisas no seu lugar.

Olha a minha posição política é de direita por que eu acredito que a política tem que ser feita de maneira decente. Então se você é uma pessoa séria e gosta das coisas feitas com seriedade, você tá pronto pra poder representar sua comunidade. Eu acredito que as coisas feitas de maneira organizada, sem enganar ninguém, é a principal coisa pra ser feita na política (VEREADOR 1, entrevista agosto de 2015)

O distanciamento do vereador com relação ao associativismo é latente. Além de não ter vínculo com a associação de moradores, também mantém relativo distanciamento com outras associações que lidam com o tema no Estado. Inclusive mantém postura bastante crítica no que tange a política desenvolvida por alguma destas. A criticidade em razão do associativismo se vê localizada também na oposição às lideranças que estão ligadas aos movimentos citados.

A questão de distribuição de cesta básica que algumas destas associações que você citou é algo que me deixa desagradado. Primeiro que isso acaba viciando algumas comunidades em vez de se concentrar em projetos pro agricultor, projetos que incentivem a lavoura, a pecuária das comunidades. Não adianta investir nessas coisas que a gente já sabe que não desenvolve em nada o pessoal. É preciso de mais objetivo (VEREADOR 1, entrevista agosto de 2015)

Além da crítica ao associativismo, o vereador denota problemas no relacionamento com a comunidade. Embora no discurso exista um esforço para construir um diálogo permanente com os eleitores, apesar de residir na própria localidade isto não se confirma na prática. Em termos práticos, conversa mais com as adversários internos do que propriamente com a comunidade. Ele por si só chega a essa conclusão de

que a falta de instrução e conhecimento facilita o desinteresse dos membros a se envolverem na política, o que acaba o desestimulando a se empenhar em ouvi-los. Segundo ele, o esvaziamento das reuniões realizadas foi determinante para a desistência nessa estratégia.

Parei de tentar reunir no segundo mandato. É difícil porque eles têm muitas coisas pra fazer, a roça demanda muito tempo e é complicado. Então quando tem alguma questão polêmica nós reunimos algumas pessoas mais próximas da comunidade e fica mais fácil de resolver. (VEREADOR 1, entrevista agosto de 2015)

É visível o processo de oligarquização das decisões políticas na comunidade de Bom Jesus. À medida em que a posição política da liderança se consolida, também se consolidam os indivíduos que orbitam ao seu redor. Neste ponto as influências a disposição do arbítrio do representante estão delimitadas geograficamente. A partir do relato do vereador, houve uma nítida intenção de diluir possíveis conflitos oriundos de uma insistência na participação dos indivíduos. “Eu ouvia que o vereador era eu então eu que cuidasse desses assuntos”.

Existem nove vereadores na câmara municipal, estes se reúnem apenas na sexta-feira para deliberação das pautas semanais. O Vereador 1 comenta que nunca teve desavenças com nenhum par, além das questões corriqueiras pertinentes a assuntos internos. Faz parte da base do governo municipal, o que facilita as relações com a maioria dos vereadores e agiliza o processo de conquistas de infraestrutura também para comunidades quilombolas vizinhas. Não existem quaisquer projetos de valorização da cultura afro-brasileira ou fortalecimento da identidade étnica em curso na câmara municipal, apesar de o município dispor de uma secretaria municipal de igualdade racial destinada a executar este diálogo institucional. Vereador 1 é um vereador pragmático. Construiu uma reputação política alheia aos movimentos sociais independentes dos quilombos, assentando seu prestígio em bases sindicais. Por seu bom tráfego no governo municipal, utiliza desta ferramenta para implantação de obras nas comunidades quilombolas. Não se considera um político refinado, não tem boa retórica ou instrução, mas se diferencia das demais lideranças pela experiência adquirida na convivência com o ambiente político desde a década de noventa.

Assim, apesar de afirmar que sua carreira política encerra com este mandato, pretende lançar o filho – que tem 39 anos e é filho do lugar tal qual o pai - a vereador no

pleito de 2016. Segundo ele, um vereador quilombola é insuficiente para reafirmar as vozes quilombolas na câmara. “Somos sempre minoria, isso prejudica nosso projeto de melhoria pras comunidades”. O suporte partidário é deficitário, quando não raras vezes ele se vê sozinho atuando politicamente junto aos membros do grupo.

3. São Luís Gonzaga

Localizado também na microrregião do Médio Mearim, o município de São Luís Gonzaga foi emancipado de Bacabal em 30 de dezembro de 1943, contando com uma população de 20.153 hab., segundo o censo de 2010, tem 909, 163 km² de extensão. O município

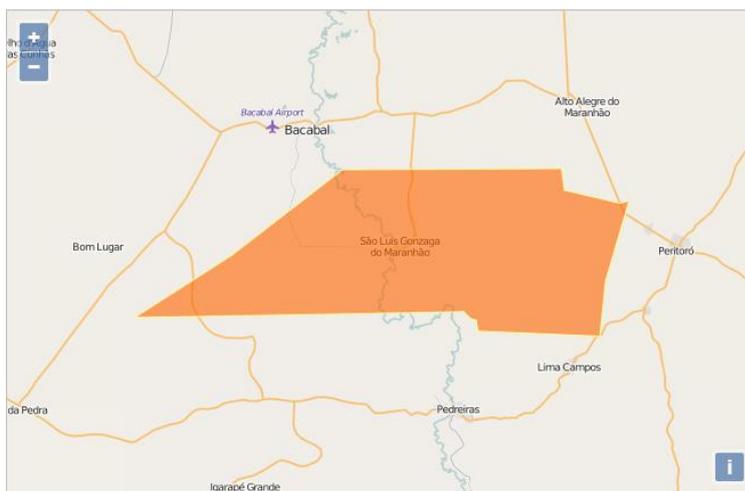


Figura 5 Mapa do município de São Luís Gonzaga. Fonte: IBGE, 2010.

tem aproximadamente 34 comunidades quilombolas identificadas, das quais 27 são certificadas pela Fundação Cultural Palmares. Os valores do produto interno bruto do município se concentram principalmente no setor da agropecuária e de serviços, denotando os principais setores.

Setor	São Luís Gonzaga do Maranhão
Agropecuária	36.888
Indústria	11.382
Serviços	26.810

A população do município diminuiu consistentemente entre 1991 a 2007, mas voltou a crescer até 2010, totalizando os números citados acima. A expectativa de crescimento, segundo o IBGE, é de 25.034 em 2015.

Ano	São Luís Gonzaga do Maranhão
1991	26.085
1996	24.536
2000	22.772
2007	19.655
2010	20.153

São Luís Gonzaga tem uma peculiaridade pois elegeu dois vereadores no último pleito, estes são primos ainda que pertençam a partidos políticos distintos. Desta forma, de maneira preliminar pode-se afirmar que há uma expansão na representação política. Ainda que isto pareça o reflexo de um projeto político, existem questões

mais profundas a serem investigadas. Vale traçar o perfil dos representantes em primeiro lugar. O vereador 2 (PMDB) em 2012 obteve 398 votos. Eleito pelo quociente partidário, tem 55 anos e o ensino médio completo. Há cinco anos no atual partido, acumula outras três eleições consecutivas (2002, 2004 e 2008) pelo PTB. A trajetória política do Vereador 2 inicia-se em 1982, quando ele começa a participar das discussões sobre regularização fundiária. Sem ter participado de nenhum movimento eclesial ou social, ajudou a fundar a associação de moradores de São Benedito, povoado onde nasceu, e no início da década de 90 muda-se para a comunidade de São Domingos, onde reside atualmente. Comenta que naquela época não havia sinais sequer de reconhecimento étnico enquanto uma ancestralidade negra, apesar de existirem indícios de parentesco entre os indivíduos.

Cabe o parêntese de que na sede da cidade o quilombo de São Domingos é visto com certo “receio” por parte dos moradores. Quando perguntados sobre os membros do grupo étnico ou sobre os representantes não é raro ouvir comentários que contestem a ancestralidade da localidade. Na realidade é compreensível este ponto quando avalia-se que a temática quilombola é recente. Antes de 2003 a configuração étnica da zona rural era completamente outra e partindo do pressuposto que estas lideranças têm uma atuação há bastante tempo, a assimilação da opinião pública para as “mudanças” ainda é lenta. Por outro lado, o aspecto do acionamento de identidades é sempre um argumento que não pode ser dispensado, principalmente quando muitas destas comunidades se colocaram no processo de regularização como assentamentos rurais. De fato não é o objetivo deste trabalho problematizar a respeito das nuances deste aspecto. Mas cabe o registro empírico.

O representante desconhece os mecanismos de atuação das duas principais organizações de luta dos quilombolas do Estado, ainda que tenha ciência de que elas atuam no município. Não soube opinar sobre a atuação destes movimentos, mas os elogiou bem como a importância deles. Este ponto é delicado pois o vereador demonstrou

uma visão sintetizada para o papel das instituições de suporte. Segundo ele, elas são importantes na “ajuda para o deslocamento dos representantes”. A prática de auxílio financeiro para as lideranças participarem de reuniões é recorrente em comunidades quilombolas e não quilombolas no Maranhão. Ela existe como mecanismo de participação comunitária no financiamento de alguma atividade do presidente ou membro da comunidade em reunião, palestra, audiência, etc., que envolva um interesse comum. Esse viés de suporte é o único elemento citado pelo representante em que há uma “participação do pessoal da comunidade” numa associação direta entre doação financeira e envolvimento político.

Filiado ao sindicato dos trabalhadores até 2004, desligou-se por questões políticas. O vereador não tem, além do primo, outros parentes que já tenham exercido cargos no legislativo e almeja um quinto mandato em 2016 sob a fórmula política que, segundo ele, tem funcionado nos últimos anos.

Luto pelos trabalhadores do município. Todo mundo nesses interiores reconhece o trabalho que é feito. E é desse jeito que a gente faz, brigando, lutando, correndo atrás de coisas pra melhorar a vida do pessoal. Olha, tem muita dificuldade na zona rural. Melhorou? Melhorou sim, mas tem muita coisa difícil. A gente não vai sossegar enquanto não tiver asfalto pra essas comunidades todas. (VEREADOR 2 entrevista janeiro de 2016)

O recorte étnico é bastante sutil, quase imperceptível, no discurso do representante político. Ele dificilmente aparece em questões como políticas públicas diferenciadas, igualdade racial, reconhecimento identitário ou mesmo território de uso comum. Em comparação com vereadores de outros municípios, a falta destes elementos na fala do vereador é 1) um indício de desconhecimento de temas primordiais à representação quilombola; 2) priorização de formas mais abrangentes de representação, onde o caráter idiossincrático se dissolve em uma visão mais geral de cidadão.

A comunidade de São Domingos é na realidade um conglomerado de comunidades menores que juntas somam aproximadamente 150 famílias. Santo Antônio de Brasil, Mucura, Quinta, Jenipapo, Fazenda Conceição e Novo Oriente são comunidades pertencentes a gleba de São Domingos. Desta forma há uma complexidade maior no consenso de interesses entre os moradores de todas estas localidades. Em virtude disto, não foi possível identificar estratégias de diálogo entre o representante e a(s) comunidade(s) que ele lida no cotidiano. Ainda que o Vereador 2 mencionasse no

discurso uma prática de encontros periódicos. Assim, inexistem práticas de deliberação coletiva entre representante e representados. Isto por sua vez não exclui as pressões sofridas pelo vereador por lideranças destas outras comunidades. Deixando claro que nos referimos aqui a espaços de deliberação pública, estas vozes de cobrança trazem sempre reivindicações das comunidades vizinhas. Ou seja, representantes da comunidade *versus* leva demandas ao representante das comunidades como um todo. Isto posto num esquema:

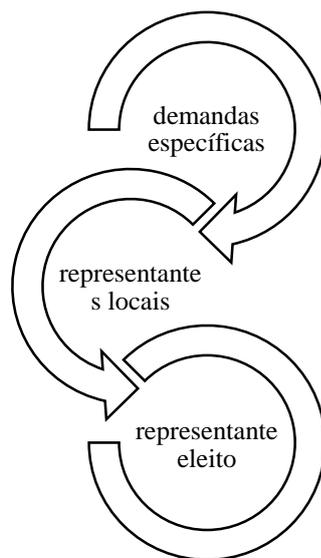


Gráfico ilustrando o fluxo de demandas em uma comunidade quilombola. Fonte: Elaboração própria.

A etapa da deliberação coletiva foi no caso substituída pelo representante local como veículo de transmissão de demandas específicas. Implica neste caso – e explicaremos isto melhor a seguir – que o vereador quilombola não suprimiu a etapa intermediária entre comunidade → instituições.

Quando indagado sobre seu posicionamento político, o vereador se considera de direita e justifica isto baseado na mesma premissa já visualizada anteriormente: de ser uma pessoa direita.

Essa questão é muito séria porque falta seriedade na política. Então no nosso município aqui de São Luís Gonzaga a gente tenta ser o mais direito possível, né. Fazer as coisas corretas, não enganar ninguém. Porque é trabalhando com seriedade que as coisas funcionam. Você com uma pergunta dessa me deixa bastante satisfeito porque é o que penso sobre um vereador é isso: que ele seja honesto. Falta isso muitas vezes. (VEREADOR 2 entrevista janeiro 2016)

O discurso de atuação individual se reforça com a escassa presença partidária no cotidiano das câmaras municipais, o que flexibiliza as ações mas provoca um sentimento de solidão política nos vereadores.

O outro vereador da comunidade de São Domingos é do PDT e obteve 356 votos em 2012. No seu primeiro mandato, tentou o cargo em 2008 quando ainda filiado ao PT do B. Antes disso, o Vereador 3 foi do PMDB de 1996 a 2000. Sem quaisquer vínculos com a prefeitura ou o governo do Estado, nunca participou da diretoria da associação de moradores ou mesmo a presidiu. Ele mantém um distanciamento associativo com relação a estas e outras organizações de luta do grupo étnico. Apesar de também ter ciência da existência e da liderança destas organizações, desconhece suas formas de atuação ou principais reivindicações.

Esse pessoal tem um trabalho bom junto aos trabalhadores da região. Eu acho que eles precisam de mais apoio, sabe. Mais incentivo. É sempre muito difícil trabalhar quando não tem incentivo. Eu conheço a moça da Aconeruq e ela sempre tá batalhando. Mas as dificuldades são muitas. Precisa fortalecer. Eu não acompanho muito de perto, então hoje, hoje eu não sei dizer o que eles têm feito. (VEREADOR 3, entrevista janeiro de 2016)

Uma das motivações para o cargo foi a influência política do primo na câmara municipal. O próprio Vereador 3 assume esta influência, apesar das divergências no discurso de ambos. Eleitos por partidos diferentes, os discursos são amplamente antagônicos quando comparados. O Vereador 3 se assume como de esquerda sob a justificativa de que a esquerda no país sempre lutou mais pelo povo. Esta mesma justificativa complementa a motivação do representante. Segundo ele, o sofrimento do povo e a necessidade por educação foram fundamentais também na tomada de decisão para se lançar candidato a vereador. Filiado ao sindicato dos trabalhadores até o início do seu mandato, comenta que nunca almejou um papel de destaque na instituição.

Sem os vínculos associativos, qual a fonte de legitimidade do Vereador 3 diante dos seus representados? A explicação mais plausível parece estar nos laços de parentesco. Com 47 anos, o representante tem um sobrinho eleito no final da década de noventa, enquanto o pai exerceu o cargo de vice-prefeito na década de 70. Ou seja, a consolidação política – ainda que tardia a contar pelas tentativas e início da vida partidária – ocorreu em função de uma reputação associada a família. Para além de qualquer reconhecimento com a causa reivindicada, as trajetórias dos Vereadores 2 e 3 convergem para este ponto.

O Vereador 3 mora a aproximadamente 90m do Vereador 2 na mesma comunidade. Ao contrário do primo, ele relata que na comunidade não existem mecanismos de participação e que não existe um *feedback* a respeito da atuação política na câmara municipal. Isso se dá, segundo ele, a uma falta de incentivo por parte das instituições em motivarem as pessoas. O representante acredita que a falta de envolvimento dos moradores é um problema externo.

Olha, se a gente tivesse mais apoio as pessoas entenderiam mais que se deve participar da política. Infelizmente eles não entendem isso. O que tem muito é cobrança. Quando as coisas demoram, daí o pessoal vem cobrar da gente. Agora que o período chuva tá perto, a cobrança do asfalto vai vir pesada. Então essas coisas dificultam nosso trabalho. Se o povo entendesse mais como funciona a política, se tivesse mais informação, com certeza seria mais fácil. (VEREADOR 3. Entrevista janeiro de 2016)

A partir do trecho acima depreende-se que o entendimento do vereador é de que a falta de engajamento político coletivo dos membros da comunidade parte do pressuposto que as instituições têm um déficit na atuação. Quanto mais elas forem presentes, mais os indivíduos participarão. Esta visão atomizada não é um privilégio exclusivo do Vereador 3. A comunidade fica a aproximadamente 22km da sede do município e o acesso é bastante complicado. Um dos pontos de campanha de ambos os vereadores foi justamente o asfalto⁴⁸ e a alegação do vereador, que encaminhou o pedido em 2014, é de que faltam recursos na prefeitura para execução das obras.

O representante se considera como “situação sem compromisso” em relação à atual administração municipal. Apesar de no seu discurso ficar claramente identificada a postura de oposição, ele refuta esta postura. As insatisfações oriundas da não aprovação dos pedidos reivindicados intensifica a tensão na relação com o executivo municipal. O Vereador 3 se vê como o primo mais próximo – ou menos distante – da atual gestão. Os pedidos reiteradamente rejeitados ou adiados gera um impasse no diálogo. Numa avaliação sobre as ações desenvolvidas junto às comunidades rurais, ambos os vereadores de São Luís Gonzaga enxergam um déficit, principalmente no apoio que foi dado a prefeitura municipal. No entanto a crítica do Vereador 3 é mais veemente. “A prefeitura tem olhado mal para estas questões. Falta pressão comunitária pra agilizar algumas coisas”.

⁴⁸ A estrada atualmente é de piçarra em estado bem precário

A respeito do número de vereadores necessários para um desenvolvimento municipal das políticas públicas voltadas para as comunidades quilombolas, o Vereador 3 justifica que dois representantes são suficientes para conduzir a política, mas reconhece que a estrutura política – ou aquilo que ele se refere de genericamente de “sistema” – atrapalha os planos do grupo.

4. Itapecuru-Mirim

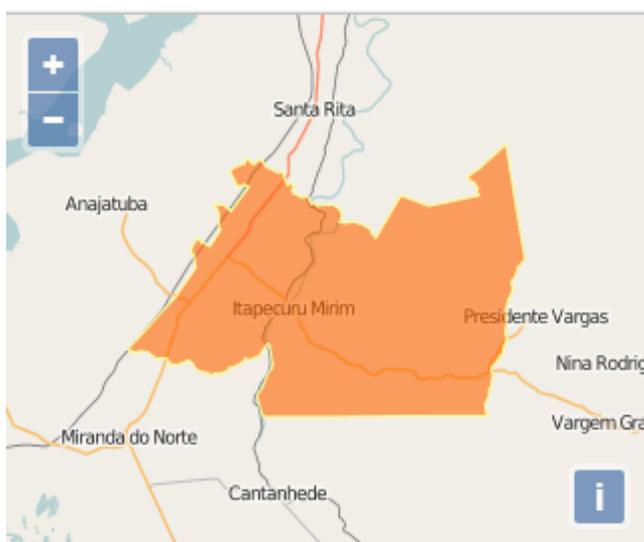


Figura 6 Mapa do município de Itapecuru-Mirim. Fonte: IBGE, 2010.

Localizado às margens da BR-135 e pertencente a microrregião maranhense de mesmo nome, o município de Itapecuru-Mirim também conta com dois vereadores quilombolas eleitos no pleito de 2012. Com uma população estimada de 66.433 hab. em 2015, distribuídos em uma área territorial de 1.471,438 km². O município possui um total de 55 comunidades quilombolas, destas aproximadamente 42 já possuem

certificação pela Fundação Cultural Palmares.

Pelo grau de industrialização, o setor de serviços é responsável por puxar o PIB do município, segundo dados do IBGE, com \$144.591. Estes dados são relevantes para ilustrar o contraste entre os municípios que fazem parte do universo da pesquisa.

A questão da representação política se intensifica no município em virtude de diversas lideranças quilombolas terem contribuído na formação dos principais movimentos sociais de combate. Esta é uma das razões de a questão étnica ser intensamente presente.

Da mesma forma que o município anterior, Itapecuru-Mirim elegeu dois vereadores quilombolas em 2012. Novamente, dois vereadores que não fazem parte do mesmo partido e enxergam a representação de maneira completamente diferente. A Vereadora 4 foi eleita pelo PP com 689 votos. No seu primeiro mandato, tentou concorrer

em 2008 pelo PT – com apoio do cônjuge – mas não teve a candidatura apoiada pelo partido. Isto fez com que migrasse para o PP, partido que inclusive deixou em outubro de 2015 para assumir o diretório municipal do PTB. Segundo a Vereadora 4, houve uma reorganização no comando do partido no âmbito regional e não comunicação do fato foi entendida como uma falta de respeito. Assim, resolveu transferir-se com objetivo de conseguir mais espaço e visibilidade.

Com 40 anos, a representante 4 é oriunda de uma comunidade quilombola pequena, com aproximadamente 27 famílias. Formada em Pedagogia por uma faculdade particular no próprio município, trabalhava na prefeitura como concursada no cargo de auxiliar de enfermagem até o ano de 2005, quando foi nomeada gestora da política de igualdade racial, função que exerceu até o início do mandato. A respeito das motivações para a entrada na política, a Vereadora 4 justifica:

Todo ano político as comunidades recebem o mesmo assédio dos candidatos. Eles chegam, pedem votos e depois nunca mais aparecem. A gente então pensou que podia mudar isso. Me reuni com a minha família e com a comunidade e resolvemos ser o candidato que as pessoas conhecessem de fato. O projeto funcionou. Apesar de todas as dificuldades penso sim em me reeleger. (VEREADORA 4 entrevista maio de 2015)

O cônjuge da Vereadora foi presidente da ACONERUQ no Maranhão, o que a impulsionou a almejar o cargo. Militante no movimento social até hoje, a vereadora se considera de direita. “Se direita for algo bom para o povo”. Foi presidente da associação de moradores da comunidade quilombola de Moreira, função que atualmente ainda exerce. A visão sobre os movimentos sociais é significativamente mais apurada que a dos vereadores anteriores. Desde 2003 na ACONERUQ, tem uma visão institucional a respeito da atuação do movimento. Com um número de membros maior em relação ao MOQUIBOM, tem um número considerável de convênios e recursos para execução de projetos.

Em verdade há uma distinção entre as duas organizações. Enquanto a ACONERUQ centra forças em políticas localizadas de apoio e estruturação das comunidades quilombolas, o MOQUIBOM se preocupa com comunidades em situação de conflito, caracterizando um viés muito mais politizado e reivindicatório. Via de regra

podemos afirmar que o MOQUIBOM surge para cobrir pontos cegos deixados pela outro movimento.

Única candidata dentro da comunidade, a vereadora já teve um primo eleito para o cargo de vereador na década de 80. Alterna a residência na sede do município para a casa do pai no quilombo. Conta que sua casa na comunidade foi doada para um parente que voltara ao Maranhão. Dos momentos em que a comunidade se reúne, todos são em momentos de eleição. A vereadora 4 comenta a respeito das orientações dadas aos membros da comunidade.

Nós orientamos as pessoas a tomarem cuidado com os candidatos que aparecem. Não forçamos ninguém nem indicamos um candidato. É apenas uma reunião para colocar para as pessoas a realidade que estamos vivendo. Como disse, muitos candidatos visitam a comunidade nessa época, muitos sequer voltam. Os moradores, principalmente os mais velhos, precisam ter atenção neste período. (VEREADORA 4 entrevista maio de 2015)

Segundo a representante, na última eleição houve votos em 4 candidatos diferentes dentro da sua comunidade, um indício de que as orientações não sugerem um “voto em bloco”. O momento eleitoral é de fato o único período em que os moradores se mobilizam politicamente. No entanto, a Vereadora 4 afirma que isto não é espontâneo: “Eles são contagiados pelo clima e acabam se envolvendo”. Assim, o envolvimento político dos indivíduos está condicionado a uma questão competitiva, fato que se confirma com os dados da representante de que não houve propostas sugeridas pela comunidade durante o mandato vigente.

Um ponto crítico no mandato da Vereadora diz respeito aos projetos enviados à câmara municipal. Todas as 6 ações estão em aberto na casa. Mesmo aquela que foi aprovada e sancionada não foi executada por “falta de recursos”

Tabela: Ações da Vereadora 4. Fonte: Elaboração Própria.

Ação da Vereadora 4	Status
Instalação de banheiros públicos	Aprovado e não sancionado
Regularização de feiras municipais	Em tramitação
Instalação de câmeras de segurança nas avenidas do município	Aprovado, sancionado e não executado
Incentivo a festejos tradicionais	Em tramitação
Identificação das entradas dos povoados do município	Em tramitação
Reconhecimento de utilidade pública das associações de moradores	10 comunidades reconhecidas

A dificuldade de aprovação e execução dos projetos indicam possíveis caminhos de análise. 1) Segundo o próprio discurso da representante, houve uma resistência a sua presença no legislativo no início do mandato. Pelo fato de estar ocupando o cargo pela primeira vez, em contraste com vereadores experientes; 2) As ações demandam uma especificidade étnica que não teve apoio suficiente na câmara, mesmo com a presença de outro vereador quilombola; 3) o Vereador 5 não apoiou efetivamente as ações da Vereadora 4.

Embora exista uma questão de gênero subjacente, parece-nos razoável que o fator étnico no caso das ações da Vereadora 4 é preponderante. Primeiramente pelos pontos acima mencionados, em segundo lugar pela questão do apoio interno. A partir do relato, a representante em nenhum momento articulou as propostas previamente com os demais vereadores, ou seja, foi uma atuação exclusivamente singular. Na mão deste raciocínio reside uma relação amplamente formal com o executivo municipal, que não consegue dialogar num sentido único.

A atuação do Vereador 5 segue outra vertente, por sua vez. Com 37 anos e eleito com 462 votos, representante do PMDB é da comunidade de Tingidor, a aproximadamente 55km da sede do município de Itapecuru-Mirim. O Vereador 5 é atualmente o presidente da associação de moradores da comunidade quilombola em que reside e se declara como oposição a vereadora 4. Não que seja uma questão amplamente

aberta, mas as linhas de atuação não se coadunam. O Vereador 5 reflete as divergências de maneira implícita:

Não somos adversários. Tenho muito respeito por ela. Acontece que, veja, é complicado mas o pensamento é diferente. Eu respeito as decisões dela, ela respeita as minhas. E por aí vai. Tudo que é feito pra ajudar as comunidades de Itapecuru-Mirim eu faço. Por mais que ela discorde eu respeito. Não concordo, mas não vou brigar por causa disso. (VEREADOR 5. Entrevista maio de 2015)

O conflito partidário dimensionado é suficiente para compreender a ausência de um vereador nas ações (manifestações, audiências públicas, etc.) propostas pelo outro. Além disto, o vereador 5 também se considera de direita, bem como o pai cuja liderança na zona rural é a fonte de legitimidade do representante. O pai do vereador 5 foi vereador no município por três mandatos não consecutivos e elegeu o filho mais velho por dois mandatos também não consecutivos. O segundo filho mais velho desistiu da carreira política e então o representante atual da câmara foi eleito em 2012. Dito de outra forma, é a sexta vez que a comunidade é representada no legislativo municipal.

Cabe aqui um parêntese a respeito da territorialização da comunidade de Tingidor. O processo de regularização fundiária foi iniciado com a comunidade completamente alheia a qualquer autodefinição étnica. Assim, foi garantida a terra preliminarmente como assentamento rural. Por se encontrar em uma área de fronteira com dois outros municípios, existe uma disputa feroz com relação à terra. Somente em 2004 a comunidade deu entrada na documentação para extinguir o processo fundiário junto ao Incra que os caracterizava enquanto assentamento rural para comunidade quilombola. Em termos pragmáticos uma regularização quilombola implica em um ônus igual a zero para os membros da associação, enquanto no processo de assentamento há um custo – parcelado em trinta, as vezes quarenta, as vezes cinquenta prestações – para os assentados.

Há uma sinceridade clara no discurso do Vereador 5 sobre a necessidade de dar continuidade ao trabalho político do pai na câmara municipal. O vereador não faz parte dos demais movimentos ligados a questão quilombola no município, embora tenha conhecimento da existência de todos eles. O discurso para o distanciamento se justifica no radicalismo assumido por muitos dos membros destes coletivos. Afirma que tem uma boa relação com o executivo municipal, mas que não existem quaisquer outras relações além das institucionais. Na comunidade de Tingidor também inexistem práticas de

deliberação coletiva ou prestação de contas a respeito da atuação do Vereador 5 na câmara.

A citação da “pressão” social exercida por algumas lideranças foi referenciada pelo representante como algo corriqueiro e inerente a função que exerce. Na outra ponta da falta de envolvimento político constante dos membros da comunidade está a cobrança cotidiana por transporte escolar, posto de saúde, melhoria nas vias de acesso, etc. Sobretudo há uma cobrança das ações do executivo municipal, que são associadas diretamente ao trabalho do vereador 5.

5. Vargem Grande

O município de Vargem Grande pertence à microrregião de Itapecuru-Mirim e no último censo do IBGE teve registrado 49.412 hab. em 1.957, 751 km². O produto interno bruto da cidade se concentra no setor de serviços, principalmente. Com 17 comunidades identificadas, o município elegeu em 2012 o primeiro vereador autodefinido como quilombola, sendo ele o segundo mais votado dos 13 que compõem a câmara municipal.

Variável	Vargem Grande
Agropecuária	28.309
Indústria	13.977
Serviços	61.996

O vereador pertence a uma comunidade pequena, a aproximadamente 5km da sede de Vargem Grande. A força eleitoral do Vereador 6 vem de uma atuação em movimentos eclesiais de base, bem como da militância em movimentos sociais e partidos de esquerda. No entanto, houve uma diversificação da atividade política nos últimos 7 anos com a reativação da colônia de pescadores do município, a qual ocupou o cargo de presidente de 2009 até 2016.

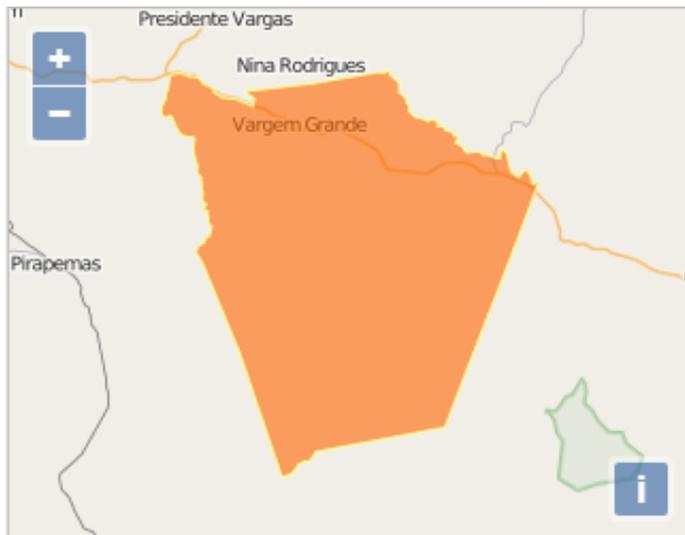


Figura 7 Mapa do município de Vargem Grande. Fonte: IBGE, 2010.

A trajetória política do vereador de fato perpassa os momentos citados, mas motiva-se pela atuação do pai junto as comunidades rurais da localidade. Com a idade e o estado de saúde debilitado, o Vereador 6 assume as funções de liderança comunitária que eram do pai e utiliza das influências obtidas junto a grupos de juventude para iniciar um trabalho

de articulação social. Em 1996 entrou na Pastoral da Juventude Católica e foi o fundador de cinco associações de jovens em bairros do município⁴⁹. No ano de 2003 fixa residência na sede do município (para concluir o ensino básico) e filia-se ao PT, partido pelo qual disputou as eleições de 2008 – na ocasião foi o primeiro suplente – e saiu por dissidências políticas nas eleições de 2012. Quando perguntado sobre seu posicionamento ideológico:

Eu costumo dizer que saí do PT mas o PT não saiu de mim. Quando você me pergunta se sou de esquerda, sou sim. Sou de esquerda porque milito nos movimentos sociais e a nossa luta é por causa dos trabalhadores. Ao longo dos anos eu mudei um pouco pra questão dos pescadores, mas continuo presente com os quilombolas, até porque vários deles fazem parte da colônia [...] E na realidade eu saí do partido em 2012 por causa das divergências com a regional. (VEREADOR 6, entrevista dezembro de 2015)

A mudança para a sede do município foi decisiva para ampliação da base política do vereador, que hoje compõe a chapa aliada da prefeitura municipal, mas se considera como um dos mais radicais. “As pessoas na verdade me chamam de polêmico porque não fico calado diante das coisas que não concordo com essa gestão”. De fato Vereador 6 atua como o mais opositor dos governistas e classifica a relação com o executivo municipal como razoável.

A minha relação com o prefeito pode-se dizer que é estável. Têm algumas questões que são, como eu posso dizer, complicadas, mas ele sabe e eu sei também que o apoio eleitoral é fundamental para todo mundo e por isso eu

⁴⁹ Nenhuma destas associações tinha caráter jurídico, mas são grupos organizados que funcionam até hoje. São elas Associação da Baixa Grande, Associação São Miguel, Assoc. Bairro Cerâmica, Assoc. Alto Alegre, Assoc. Novo Brasil.

conquistei o respeito na câmara municipal. Estas divergências acontecem em todo lugar e não é algo prejudique o mandato. (VEREADOR 6, entrevista dezembro de 2015)

O cenário político do município parece bem desenhado no discurso do vereador, uma vez que ele consegue diferenciar as atuações dos diferentes poderes e também da pressão exercida pelos movimentos sociais. Apesar de não ter presidido nenhuma associação de moradores, já foi membro da diretoria por diversas vezes, além de filiado ao sindicato dos trabalhadores. O associativismo que o colocou à frente da presidência da colônia de pescadores parece ser uma chave de explicação para a penetração junto aos eleitores. Isto aliada a diversificação nos movimentos sociais, uma vez que ele obteve êxito em aglutinar bandeiras de luta diferentes mas com uma etnogênese rural bastante semelhante. Pelo relato do vereador fica clara a intensa relação de segmentos sociais na busca principalmente por segurança social, especialmente no que toca a questão fundiária.

A luta é a mesma. No município de Vargem Grande, pescadores, quilombolas, quebradeiras de coco, todo esse pessoal tem uma luta em comum: contra a pressão que sofrem dos fazendeiros. Estas áreas são de conflito e por mais que a pessoa não queira, ela precisa se envolver com a política pra que alguma coisa mude. (VEREADOR 6, entrevista dezembro de 2015)

É esta percepção instrumental da política que coloca os membros das comunidades quilombolas em constante diálogo com os representantes políticos. A pressão, comenta o Vereador 6, é para que não sejam engolidos pelo latifúndio. Uma vez que inexistente qualquer documentação que comprove a posse das terras, a vulnerabilidade é mais que uma realidade para estes grupos. Segundo ele os movimentos sociais que apoiam a luta quilombola tiveram um papel importante na visibilidade das reivindicações, mas isto por si só não garante a melhoria da qualidade de vida deles. “Há dez anos atrás eles foram fundamentais, hoje eu de fato não sei como eles atuam”. Este distanciamento do núcleo ativo do combate por conta dos movimentos foi uma migração que o vereador reconhece como necessária. Sem ela, conta ele, não seria possível avançar. A visão de que os caminhos institucionais são mais eficazes para inclusão de grupos étnicos em políticas públicas em parte se dá pela formação de Vereador 6⁵⁰ que tem retórica e um vocabulário político suficientemente desenvolvido.

⁵⁰ Ele concluiu o curso de Serviço Social no ano de 2011.

Dos oito irmãos, o Vereador 6 é o único que ingressou na política. Aos 32 anos, pretende buscar a reeleição no ano de 2016. A força política concentrada visualiza-se na singularidade da liderança. Foi o único vereador quilombola candidato e esse contexto parece bastante consolidado. Mantém duas casas – uma na sede e outra no quilombo – e a prestação de contas relacionada a sua atuação se manifesta principalmente nas solicitações que recebe de lideranças vizinhas sobre projetos de infraestrutura, conflitos com latifundiários, projetos de habitação, etc. De 2008 até o início de 2016 foram 10 comunidades certificadas pela FCP, o que estabiliza os recursos federais para investimentos em educação e saúde. Neste aspecto, um avanço significativo resultado da atuação do vereador é o reconhecimento das comunidades quilombolas do município enquanto utilidades públicas, o que garante seguridade de recursos, bem como salvaguarda jurídica. Uma declaração de utilidade pública traz benefícios a associação de moradores. Entidades reconhecidas com essa declaração tem privilégios na transferência à conta do orçamento municipal ou auxílios de natureza diversa. Em todo caso, o recebimento de auxílio prevê a prestação de contas.

Há uma interação muito grande entre o representante político e o gestor da política de igualdade racial no município – ambos foram militantes em movimentos sociais no início da década de 2000 – e esse diálogo institucional resultou na aprovação, no ano de 2015, da lei municipal que reconhece o plano de igualdade racial. Em termos práticos: regulamentação de uma política orçamentária para a questão quilombola. Apesar do montante de repasses vir do governo federal, o município tem participação decisiva na efetivação destas ações. A questão da facultatividade é um ponto defendido veementemente pelo vereador, uma vez que os indivíduos se encontram geograficamente nos municípios “É dever do município cooperar na execução desta política. O meu trabalho é de fiscalizar e cobrar isso”.

No que toca o ambiente político, o que se percebe implicitamente na fala do vereador é que mesmo com a descrição de um respeito por parte dos pares, há uma discriminação implícita quando da atuação deste no espaço do legislativo. Isto se visualiza a partir de dois aspectos. 1) da tipologia enunciada pelo Vereador 6 para classificar os demais vereadores. Segundo ele, existem políticos tradicionais e políticos de movimento. Enquanto os primeiros têm uma postura mais conservadora e são oriundos de negócios agropecuários, os segundos – ele se inclui neste grupo – vêm de setores mais progressistas e combativos. Essa visão de luta de classes tem uma herança forte da formação política

do partido dos trabalhadores; 2) da autodefinição étnica que ele assume. No primeiro momento do discurso o respeito se estrutura na fala, mas fica nítida a questão de discriminação quando os relatos do cotidiano político começam a aparecer.

Sim, há um olhar diferente, por conta da nossa postura. Nos bastidores sou sempre tido como polêmico, ainda que ninguém diga nada pessoalmente. Com tanto tempo atuando junto aos quilombolas, a gente cria uma reputação. Isso influencia principalmente na velocidade que as coisas andam na câmara. Na realidade o perfil do militante incomoda. A gente defende bolsa família, a gente defende uma série de coisas que eles discordam. (VEREADOR 6 entrevista dezembro de 2015)

Mesmo com esses pontos, o vereador frisa o compromisso assumido na colônia de pescadores – principal fonte eleitoral – o que denota um esforço acumulado em lidar com diferentes segmentos, residindo aí a sua força política – multiplicidade representativa – lado a lado com o desafio de cobrir questões amplas e que se diferenciam em algum momento. É de se observar estes traços, que denotam a flexibilidade do representante, haja vista a competição eleitoral e necessidade de sobreviver politicamente, caminhos diversos são trilhados para manutenção do mandato. No entanto Vereador 6 não enxerga a duplicidade como ambiguidade. O entendimento de que é preciso vocalizar o máximo de vozes possíveis está no cerne de sua atuação política.

A flexibilidade também encontra respaldo no suporte – ou na ausência dele – que o vereador recebe do partido. Filiado ao PSL desde 2012, ele menciona que não há quaisquer indicações sobre posturas a serem adotadas ou mesmo intervenções leves sobre o comportamento político dele diante do seu eleitorado. Ou seja, não existem influências partidárias pesando sobre as decisões tomadas. “O partido elegeu dois deputados estaduais em 2014 e nenhum deles lida com nada relacionado ao tema, muito menos se pronuncia a respeito. Esta é uma questão própria”. Esta liberdade foi um dos motivos pelo qual o vereador escolheu o partido. Segundo ele, no PT havia sempre uma disputa muito grande sobre o posicionamento dos vereadores sobre temas que eram caros ao partido. “O PT sempre radicalizava as discussões”. Neste aspecto surge uma incerteza do representante: se por um lado ele deixou de ser impelido partidariamente por suas escolhas, por outro deixou de ser apoiado e atua livremente.

6. Perfil dos vereadores quilombolas

Diante dos dados obtidos na pesquisa de campo junto aos vereadores quilombolas podemos apreender alguns elementos que julgamos importantes para uma análise acerca do papel da representação em comunidades tradicionais. 1) Em primeiro lugar o caráter associativista é um elemento importante na ascensão política. O vínculo da associação com os moradores é intimista e proporciona uma base eleitoral germinada em quase duas décadas. A década de 2010 refletiu politicamente um apoio construído sobretudo durante os anos 1990. Em contrapartida, esta não é a única forma de liderança política. Em dois casos a trajetória política construiu-se incólume as associações de moradores. Tendo seus representantes – do mesmo município e mesma comunidade – construído sua base eleitoral para além de quaisquer envolvimento associativos. Nestes casos, as forças políticas oriundas da associação não se desenvolveram no interior da comunidade, buscando assim espaço em movimentos sociais – principalmente ACONERUQ.

2) A atuação dos vereadores independe de orientações partidárias. Ou seja, não existe um diálogo ou sequer conhecimento por parte dos referidos partidos sobre que decisões seus representantes tomam na câmara municipal, tampouco se estas ações contradizem os preceitos expressos na ideologia do partido. As implicações desta flexibilidade têm um peso tanto na escolha da filiação dos vereadores como na visibilidade que eles ganham dentro da instituição. Depreende-se pelo que foi observado que os partidos reconhecidos como progressistas têm um controle menos flexível no que diz respeito ao acompanhamento do que partidos mais conservadores.

3) A difusão territorial dos votos dos vereadores não se limita ao perfil étnico dos eleitores. Isto se justifica por questões numéricas – uma comunidade quilombola apenas não é suficiente para elegê-lo – mas residem outros elementos. Um vereador quilombola tem diversos outros segmentos sociais na sua base eleitoral, incluindo eleitores na sede do município. Nos casos pesquisados a influência na sede é determinante para a diversificação dos representados. Em casos como Vargem Grande e da Vereadora 4 em Itapecuru-Mirim, a maioria do eleitorado é de não quilombolas, o que torna ainda mais complexa as relações entre representante e representados.

4) A implicação direta disto se percebe nas desobrigações dos vereadores com relação as demandas locais de suas comunidades de origem. No caso de vereadores eleitos com o suporte de diversos povoados, quanto mais os votos são dispersos territorialmente, menor o poder de pressão exercido pela comunidade. Esta é uma relação direta de causalidade diante da ausência completa de espaços de discussão ou prestação de contas entre os vereadores e os membros da comunidade quilombola.

5) A relação com o executivo nos casos pesquisados é predominantemente formal. Em termos práticos, mesmo nos municípios em que existem dois vereadores quilombolas, a aprovação de ações junto à câmara é deficitária quando comparada às demandas das comunidades quilombolas. Em teoria, quanto mais representatividade mais eficácia na execução do projeto político de melhoria da comunidade. No entanto, a observação demonstrou que tanto inexistente um projeto político consolidado das comunidades quilombolas como o dobro de vereadores não tem efeitos diretos. A melhoria da qualidade de vida dos membros do grupo étnico é mais um sonho ideal do que propriamente uma meta objetiva de longo ou médio prazo. 5.1) A dificuldade de articulação política visualizada nos municípios de São Luís Gonzaga e Itapecuru-Mirim onde existem mais de um vereador na câmara é identificada a partir de formações políticas divergentes. Assim, o pertencimento ao grupo étnico não garante uma afinidade muito menos cooperação política em espaços institucionalizados.

6) Em termos de representação efetiva, os vereadores quilombolas encontram-se num campo político demasiado complexo. Por um lado enfrentam os limites de uma representação minoritária que busca espaço no legislativo. Na outra ponta existem as superposições de segmentos sociais cujo apoio foi decisivo para o êxito eleitoral do candidato. Neste ínterim de cobranças recorrentes – na maioria das vezes individuais – repousa a capacidade de dominar o fluxo administrativo da câmara, onde o grau de escolaridade é um fator decisivo para tanto. Na pesquisa, os vereadores com acesso ao nível universitário – Vereadora 4 e Vereador 6 – dispõem de uma compreensão sistêmica mais refinada sobre o papel do representante político no legislativo. Isto influencia de sobremaneira na construção de uma agenda de reivindicações. Ainda que haja dificuldades na execução desta, é deveras um avanço. No caso dos outros vereadores, há uma deficiência em enxergar as possibilidades e limitações do cargo.

7) O conhecimento técnico sobre a política de igualdade racial é um elemento de diferencial. Em municípios onde os vereadores dominam esta pasta e/ou já foram gestores da política prevalece uma atuação mais sólida, fundamentalmente no que diz respeito as atribuições de cada membro executor das ações específicas.

Estes pontos de análise são indispensáveis na observação da atuação dos vereadores. Uma vez que torna nítida a participação destes em termos objetivos. A despeito de qualquer impressão ou discurso nebuloso, é importante destacar as práticas desenvolvidas por eles na câmara e também junto aos seus representados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os desafios de uma representação política inclusiva

As teorias da representação política se debruçaram ao longo do último século em linhas explicativas que buscassem cada vez mais incluir minorias na estrutura democrática das nações. O percurso histórico destas lutas é de conhecimento público (lutas por inclusão de minorias negras nos EUA nos anos 1950 e 1960, movimentos feministas, movimentos sindicais, movimentos indigenistas, etc.). Por mais que existam diferenças nas reivindicações, há uma série de disposições comuns no que toca a estrutura destes grupos e elas passam quase que necessariamente por uma modificação no sistema tradicional de representação.

O desafio posto então é o de proporcionar condições que garantam as vozes ativas destes grupos na engrenagem representativa de modo que possa haver mudanças significativas no acesso destes à políticas públicas. No caso brasileiro, movimentos sociais exerceram mecanismos de pressão junto as instituições – mesmo em períodos de repressão – impulsionando o debate da inclusão cada vez para o interior de uma regulamentação, seja por garantias institucionais ou mesmo no que se refere as habilidades políticas de incluir na pauta aqueles que historicamente foram colocados à beira do “desenvolvimento nacional” – para colocar nestes termos.

Assim, pensamos este trabalho em termos de conectar uma literatura que não foi pensada em termos de uma especificidade étnica, enxergando nela elementos que nos seriam úteis para dar conta de uma realidade social que tem passado às vistas de qualquer análise política. Nosso intuito foi o de resgatar a discussão teórica acerca da representação política, de modo que pudesse ser útil à disciplina pensar 1) a amplitude da representação política. Ora, ela não se limita apenas aos grandes centros urbanos. O legado da democracia representativa se expandiu para muito além dos espaços formais de deliberação; 2) os limites deste legado principalmente no endosso por parte dos representantes de um grupo étnico idiossincrático. Neste aspecto buscamos a todo momento colocar olhares renovados e vigilantes sobre como as comunidades quilombolas e suas lideranças tratam de assuntos políticos tão importantes.

Desta forma o capítulo se concentrou em fazer uma discussão aprofundada sobre os termos de uma representação política, enfatizando a transição de sua

significação histórica ao longo do tempo. Fizemos a opção de manter a densidade da discussão por acreditar que ela estrutura um caminho longo – esperamos que não tanto cansativo – sobre as diversas acepções que um termo pode adquirir, indo além, sobre as diversas interpretações sociais de um mecanismo desenvolvido séculos atrás. A representação política nos tem servido desde tempos longuíssimos, mas foi lapidada institucionalmente duzentos anos atrás em uma forma semelhante a como nos reportamos a ela. Esta ponte histórica é fundamental quando se pretender compreender como grupos culturais específicos se utilizaram de ferramentas “não tradicionais” para organização social de suas questões públicas. Dialogar com autores clássicos como Pitkin Manin e mais recentemente Urbinati faz parte de uma empreitada de pesquisa delimitada. Deste modo, optamos por uma discussão estritamente conceitual neste primeiro momento.

No capítulo seguinte buscamos uma transição audaciosa entre a dimensão teórica e as colocações empíricas do trabalho. Fizemos isto mesclando representação com participação política, resgatando os aspectos históricos das comunidades quilombolas, fundamentalmente aqueles que foram cruciais para o seu entendimento contemporâneo e utilizado hoje em dia. Para além desta proposta, adicionamos uma questão nova qual seja, a de que estas comunidades na realidade reconfiguraram-se com o passar do tempo, dimensionando e ressignificando símbolos e signos – incluindo-se aí também os políticos – para uma organização social completamente diferente naquilo que chamamos *neocomunidades*. Desta forma, assumimos no capítulo que identidade e ancestralidade não são os únicos elementos que – aliados a uma questão territorial – alicerçam uma autodefinição étnica. Incorpora-se a estes elementos a questão premente da participação política. Participação esta que é decisiva no desenho geográfico de um quilombo e também nos ajuda a compreender os gradientes existentes do envolvimento político dos membros.

O último capítulo deste trabalho trouxe questões empíricas para sustentar aquilo que foi mencionado anteriormente. Mas não somente isto, implicou na descrição e análise da atuação dos vereadores quilombolas na câmara municipal. Se no capítulo 2 enxergamos a transição e o amadurecimento associativo das comunidades quilombolas, no capítulo 3 discutimos as consequências deste amadurecimento: é a partir de uma visão mais refinada do cenário político que as comunidades puderam dispor de candidatos que, ao menos no plano discursivo, se

identificam com as questões que eles julgam mais emergenciais. Essa necessidade política se desdobra num momento completamente novo que surge como resultado de uma trajetória de reivindicações, mas que carrega consigo uma série de contradições inerentes a qualquer dimensão humana.

Longe de qualquer intenção de refutar as análises antropológicas realizadas sobre estes grupos e que construíram uma tradição acadêmica no Estado do Maranhão, buscamos adicionar elementos novos ao debate, seja pelo redirecionamento do olhar para aspectos ditos como pacíficos seja pelo cuidado em refletir sobre práticas culturais que ora impulsionam ora retraem a participação destes indivíduos no universo da política.

Desta forma, tal qual fizemos no final do capítulo 3, elenco aspectos que apontam para considerações a respeito da representação política nas comunidades quilombolas pesquisadas:

Os vereadores quilombolas são sobretudo representantes políticos de infraestrutura. No nível mais elementar de garantia de condições de vida adequadas para seus representantes, todo debate étnico é secundário. Assim, via de regra, não existem diferenciações significativas da atuação de um vereador quilombola para um não quilombola. Nos casos pesquisados a preocupação com temas consagrados do legislativo municipal é absolutamente a mesma (saúde, educação, segurança, pavimentação, etc.) salvo nos casos dos Vereadores 4 e 6 onde a presença de elementos étnicos foram encontradas como valorização de uma cultura africana e/ou afrodescendente, resgate de práticas culturais específicas, olhar diferenciado de políticas públicas e visibilidade ao grupo étnico.

O conhecimento institucional do representante político acerca da política de igualdade racial é relevante na sua visão sistêmica sobre a própria atuação. Quanto mais recursos informacionais ele dispõe, mais fluente e dinâmica é sua atuação na câmara municipal. Nos casos onde os vereadores desconhecem parcial ou completamente o papel dos movimentos sociais – na cobrança – e de órgãos municipais – na execução – de políticas públicas, há uma dificuldade de elaboração de requerimentos ou mesmo de mobilização dos indivíduos para uma maior participação nas questões que envolvem o mandato. A este ponto, concluímos que no caso dos vereadores pesquisados há uma desobrigação local por conta da difusão

territorial do voto de seus eleitores. Mesmo nos casos onde existem dois vereadores – Vereador 2 e 3 – na mesma comunidade quilombola, não foram encontrados quaisquer sinais de participação política dos indivíduos.

Um grande desafio que recai sobre os ombros dos vereadores pesquisados é a questão da multiplicidade representativa, ou seja, o fato de estarem ligados a diversas vozes reivindicatórias dentro do município. Seja por lutas agregadas ou pela diversificação de questões sociais os vereadores lidam com demandas quilombolas e não quilombolas. Em primeiro lugar porque um vereador tem a obrigação com todos os munícipes, sem restrição étnica. Em segundo porque a dificuldade em assimilar as diversidade de questões é algo com que quase nenhum dos vereadores sabe lidar no cotidiano.

Como confirmaram as observações realizadas, um número maior de representantes quilombolas não é um sinal de maior eficiência no avanço de demandas do grupo. 1) Tanto os vereadores 2 e 3 como os 4 e 5 não dispõem de uma agenda conjunta de propostas ou sequer se utilizam das ações do outro para colocar em prática ações que favoreçam uma gama maior de indivíduos com pertencimento étnico no município; 2) A atuação individual é prerrogativa em ambos os municípios onde existe mais de um vereador; 3) As diferenças de visão política entre os vereadores de mesmo município – e também de mesma comunidade e mesmo parentesco – é um elemento relevante na não comunicação e não articulação de vontades.

A representação minoritária de vereadores se reflete também na estrutura do legislativo, primordialmente no que tange a aprovação de medidas ou requerimentos destes junto à câmara. Assim, vereadores mais atuantes são tão efetivos quanto vereadores menos atuantes. Isto em virtude da não aprovação das ações propostas. Salvo o vereador 6 – que para obter mais força aglutinou e ampliou sua representação política junto aos segmento dos pescadores do município – todos os demais vereadores enfrentam dificuldades no legislativo. Mesmo quando conseguem avançar, há sobretudo uma resistência do executivo municipal em afirmar estas ações.

Outro aspecto que merece destaque nestas considerações é o fato de que os vereadores quilombolas não diminuam os espaços intermediários entre sociedade civil e instituições políticas. Um representante político, pelo que vimos durante o

trabalho inteiro, é responsável por fazer circular as demandas da sociedade, colocando-as em consonância, traduzindo-as em um idioma político inteligível junto ao Estado. Não que as comunidades não saibam se expressar politicamente – longe disto – mas o representante as alinha, agrega valor aquilo que é urgente. Nos casos pesquisados o vereador – mesmo sendo historicamente identificado com as comunidades – mantém-se nas mesmas distâncias de um representante que não tivesse uma autodefinição quilombola.

Há também aí a questão da facultatividade dos municípios em relação às demandas quilombolas. Vimos que já existe uma agenda pública que preconiza a inclusão de minorias nas engrenagens representativas, mesmo assim, os vereadores pesquisados ainda encontram dificuldades em transpô-las para o nível municipal. Isto é, reside ainda um caráter opcional dos prefeitos em implementar ações de caráter étnico e uma deficiência dos vereadores em implementá-la minimamente. Ainda que apenas com a visibilidade desta.

Pensamos que as discussões apresentadas aqui podem gerar uma mudança de cenário tanto na análise de mecanismos de decisão política na zona rural como também de um olhar mais atencioso sobre as diversas facetas que a representação política pode tomar. Vereadores quilombolas enfrentam questões seríssimas e tentamos utilizar da análise do discurso para firmar caminhos inteligíveis de uma análise que buscou sobretudo qualificar contextos interpostos e complexos. O desafio enfrentado por toda pesquisa também atinge esta que se encerra: o próximo passo é sempre o mais instigante.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Quilombos: sematologia face a novas identidades. In: Frechal terra de preto: quilombo reconhecido como reserva extrativista. São Luís: CCN, 1996.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faixinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas. Alfredo Wagner Berno de Almeida. – 2.^a ed, Manaus: pgsca–ufam, 2008.

ALMOND, Gabriel A. (Ed.). The civic culture: Political attitudes and democracy in five nations. Sage, 1989

BENHABIB, Seyla. Las reivindicaciones de la cultura: igualdad y diversidad em la era global – Buenos Aieres: Katz, 2006

BIGNOTTO, Newton. Maquiavel Republicano. São Paulo: Edições Loyola, 1991.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. @ Cidades. Disponível em: www.cidades.ibge.gov.br/

BURITY, Joanildo A. Identidade e cidadania: a cultura cívica no contexto de uma nova relação entre sociedade civil, indivíduos e estado. Cadernos de Estudos Sociais, v. 15, n. 2, p. 223-253, 1999.

CRICK, Bernard. Em Defesa da Política. – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

DA SILVA, Adriano Viaro. Quilombo dos Palmares: Historiografia do período colonial. XII Encontro Estadual de História ANPUH/RS. São Leopoldo – 2014.

DE VITA, Álvaro. Democracia deliberativa ou igualdade de oportunidades políticas?. Participação e deliberação: teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo, 2004.

DIAS, Rodrigo Araújo. COMUNIDADE CÍVICA: o círculo virtuoso democrático da eficácia institucional. Revista ORG & DEMO, v. 6, n. 1/2, p. 69-82, 2010.

DOS SANTOS JUNIOR, Orlando Alves. Democracia e governo local: dilemas da reforma municipal no Brasil. Observatório IPPUR/UFRJ-FASE, 2001.

FERNANDES, Antônio Sérgio Araújo. A comunidade cívica em Walzer e Putnam. Lua Nova, v. 51, p. 71-96, 2000.

GIDDENS, Anthony. As Consequências da Modernidade. São Paulo: Ed. Unesp, 1991.

INGLEHART, R. (1990). *Culture Shift in Advanced Industrial Society*. Princeton University Press.

LABRA, Maria Eliana; FIGUEIREDO, Jorge St Aubyn de. Associativismo, participação e cultura cívica. O potencial dos conselhos de saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 7, n. 3, p. 537-547, 2002.

LIFSCHITZ, Javier Alejandro. *Comunidades tradicionais e neocomunidades*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011

MACHADO, Amanda. A contribuição do comunitarismo de Michel Walzer e da Teoria do Reconhecimento para reflexões sobre cidadania. III Encontro Internacional de Ciências Sociais: Crise e emergência de novas dinâmicas sociais. De 08 a 11 de Outubro de 2012. Arquivo em pdf. Disponível em: http://www.ufpel.tche.br/isp/ppgcs/eics/dvd/documentos/gts_1lleics/gt2/gt2amanda.pdf. Acessado em : 05/01/14.

MANIN, BERNARD. *The Principles of representative government*. Cambridge University Press, 2007: Melbourne

O'DWYER, Eliane Cantarino. *Terra de quilombos*. Rio de Janeiro: Associação brasileira de antropologia, 1995.

O'DWYER, Eliane Cantarino. *Quilombos: identidade étnica e territorialidade*. Editora FGV, 2002.

PINHEIRO, Marina Brito. *Os dilemas da inclusão de minorias no parlamento brasileiro: a atuação das frentes parlamentares e bancadas temáticas no Congresso Nacional*. Dissertação de Mestrado – UFMG, 2010.

PINTO, Hesaú Rômulo Braga; PINTO, Glenda Ribeiro. Título do trabalho: Republicanismo moderno: considerações sobre o distanciamento entre comunidade cívica e democracia. XV Encontro De Ciências Sociais do Norte e Nordeste e Pré-Alas Brasil 04 a 07 de setembro de 2012, UFPI, Teresina – PI.

PITKIN, Hanna Fenichel. *The Concept of representation*. California: University of California Press, 1972.

PROJETO NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA Série: Movimentos sociais, identidade coletiva e conflitos FASCÍCULO 9 Quilombolas de Codó, Peritoró e Lima Campos São Luís, 2006

PRZEWORSKI, Adam; CHEIBUB, José Antônio; LIMONGI, Fernando. Democracia e cultura: uma visão não culturalista. *Lua Nova*, v. 58, p. 09-36, 2003.

PUTNAM, Robert David. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. FGV Editora, 2005.

SACCHET, Teresa. Representação política, representação de grupos e política de cotas: perspectivas e contendas feministas. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 399-431, Aug. 2012.

SCHMITT, Alessandra; TURATTI, Maria Cecília Manzoli; CARVALHO, Maria Celina Pereira de. A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas. *Ambiente & Sociedade*, v. 10, n. 1, p. 1-10, 2002.

SIRIANNI, Carmen. *Civic Innovation in America: community empowerment, public policy, and the movement for civic renewal/ Carmen Sirianni and Lewis Friedland*. – California: University of California Press, Ltd. 2001

UGARTE, Pedro Salazar. *Qual participação para qual democracia? Participação e deliberação: teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo*. – São Paulo: Ed. 34, 2004

URBINATI, Nadia. (2006). O que torna a representação democrática?. *Lua Nova*, . 191-228.

WALZER, Michael. The communitarian critique of liberalism. *Political theory*, v. 18, n. 1, p. 6-23, 1990.

YOUNG, Iris Marion. "Representação política, identidade e minorias." *Lua Nova* 67 (2006): 139-190.

YOUNG, Iris Marion. *Inclusion and democracy*. Oxford University Press on Demand, 2002.

ANEXO A – Roteiro de entrevista

QUANDO INGRESSOU NO PARTIDO?

ESCOLARIDADE:

JÁ FOI DE OUTRO PARTIDO, QUAL?

ONDE NASCEU?

QUANTOS MANDATOS JÁ EXERCEU?

PARA QUAIS CARGOS JÁ CONCORREU

JÁ ASSUMIU ALGUMA FUNÇÃO NA PREFEITURA, GOVERNO DO ESTADO?

O QUE MOTIVOU A CANDIDATURA?

SE CONSIDERA DE ESQUERDA OU DIREITA?

JÁ FOI PRESIDENTE DE ASSOCIAÇÃO DE MORADORES?

Se sim

DESDE QUANDO? DE MAIS DE UMA?

Se não

JÁ OCUPOU ALGUM CARGO EM ALGUMA ASSOCIAÇÃO?

É ASSOCIADO AO SINDICATO DOS TRABALHADORES?

JÁ PRESIDIU O SINDICATO?

Se sim

QUAL O PERÍODO? MAIS DE UMA VEZ? (BREVE RELATO SOBRE A PASSAGEM)

PARTICIPA DE ALGUMA ENTIDADE? (CPT, MOQUIBOM, ACONERUQ)

JÁ FOI FILIADO A ALGUMA DELAS? (PERGUNTAR SOBRE A OPINIÃO SOBRE O TRABALHO QUE ELAS DESEMPENHAM)

PRETENDE REELEIÇÃO?

TEM PARENTES QUE JÁ EXERCERAM MANDATO? (FILHO, IRMÃO, PAI, CONJUGE)

COMO AS INSTITUIÇÕES COLABORAM COM A MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS?

FOI O ÚNICO CANDIDATO QUE CONCORREU PELA COMUNIDADE? MORA NA COMUNIDADE?

Se sim,

QUAL A FREQUÊNCIA QUE REÚNE COM OS MORADORES PARA TRATAR DE TEMAS RELACIONADOS AO MANDATO? (VOTAÇÕES, ORÇAMENTO, RECURSOS PARA A COMUNIDADE, COTIDIANO POLÍTICO)

Se não,

QUANTAS VEZES VISITA A COMUNIDADE? COM QUE FREQUÊNCIA?

VOCÊ ACREDITA QUE OS MORADORES SE ENVOLVEM COM AS QUESTÕES POLÍTICAS?

Se sim,

COMO ELES FAZEM ISSO?

Se não,

A QUE VOCÊ ATRIBUI ESSA DIFICULDADE?

DURANTE O MANDATO HOUVE PROPOSTAS SUGERIDAS POR MEMBROS DA COMUNIDADE QUE AUXILIARAM A SUA ATUAÇÃO?

Se sim, QUAIS?

QUAIS AÇÕES TEM DESENVOLVIDO PARA MELHORAR A APROXIMAÇÃO COM A COMUNIDADE?

QUAIS AS PRINCIPAIS DEMANDAS DA(S) COMUNIDADE(S) ATUALMENTE? (INFRAESTRUTURA, SAÚDE, EDUCAÇÃO)

QUANTOS VEREADORES EXISTEM NA CÂMARA MUNICIPAL? QUAIS OS DIAS DE SESSÃO?

FAZ PARTE DA OPOSIÇÃO OU SITUAÇÃO?

QUANTOS PROJETOS DE LEI JÁ SUBMETEU?

Se sim, QUAIS?

Se não, QUAIS ÁREAS CONSIDERA PRIORITÁRIAS?

DIFICULDADES ENFRENTADAS NA CÂMARA? (ESPAÇO NA COLIGAÇÃO, COMUNICAÇÃO OU EXPRESSÃO ENTRE OS PARES)

DESCREVA O AMBIENTE POLÍTICO DA CÂMARA (SE FAVORÁVEL, SE CONFLITUOSO)

QUAL SUA RELAÇÃO COM O EXECUTIVO MUNICIPAL (PREFEITO)?

COMO O EXECUTIVO MUNICIPAL LIDA COM AS QUESTÕES QUILOMBOLAS?

UM VEREADOR É SUFICIENTE PARA SUPRIR AS DEMANDAS?

Se sim, justifique

Se não, QUAL SERIA O NÚMERO IDEAL?

VOCÊ SENTE QUE O PARTIDO DÁ SUPORTE PARA A CAUSA REIVINDICADA?